

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO**

SUZINARA DA ROSA FEIJÓ



**BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES:
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE SERVIDORES
(1961-1982)**

**Florianópolis
2017**

SUZINARA DA ROSA FEIJÓ

**BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES:
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE SERVIDORES (1961-1982)**

Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito básico para obtenção do título de mestre. Linha de Pesquisa: Informação, Sociedade e Memória.

Orientadora: Prof^a. Dra. Gisela Eggert-Steindel

**Florianópolis
2017**

F297b Feijó, Suzinara da Rosa
Biblioteca Clóvis Vergara Marques: histórias e memórias de
servidores: (1961-1982) / Suzinara da Rosa Feijó. – 2017.
116 f.; il. color.; 29 cm

Orientadora: Gisela Eggert-Steindel.
Bibliografia: f. 100-106
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado
Profissional em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis,
2017.

1. Biblioteca Clóvis Vergara Marques – História. 2. Biblioteca –
Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus* Porto Alegre.
I. Eggert-Steindel, Gisela. II. Universidade do Estado de Santa
Catarina. III. Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de
Informação. IV. Título

CDU 027.8(09)

SUZINARA DA ROSA FEIJO

**BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES:
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE SERVIDORES (1961-1982)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Unidade de Informação.

Banca Examinadora

Orientadora:

Prof. Dra. Gisela Eggert-Steindel
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Prof. Dr. Valdir Morigi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Tânia Regina Rocha Unglaub
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 20 de julho de 2017

A meu marido, Taylor Fagundes, pela paciência durante todo este período em que nossas vidas se transformaram por conta das ausências e pela dedicação aos estudos. E, principalmente, pela disponibilidade, pela parceria e pelo cuidado por estar sempre a postos na rodoviária de Porto Alegre nas noites e madrugadas frias das minhas idas e vindas a Florianópolis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que torceram por mim e não mediram esforços para que eu fizesse esta caminhada e tirasse o melhor proveito possível deste momento de aprendizado, dentre eles, minha família, que me motiva a procurar ser uma pessoa melhor a cada dia.

Um agradecimento especial à minha orientadora, profa.dra. Gisela Eggert-Steindel, pelo apoio e pelo profissionalismo durante o percurso no Mestrado Profissional.

Aos meus amigos Filipe Xerxeneski da Silveira, Douglas Neves Ricalde e Isaías Magalhães Quintana, que assumiram as atividades da Biblioteca Clóvis Vergara Marques para que eu pudesse me dedicar aos estudos.

Às minhas colegas do Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - SiBIFRS, por entenderem minha ausência e por assumirem minhas funções no grupo, mesmo sabendo que isso geraria sobrecarga de trabalho a todos e todas.

À minha querida Ana Springer, incansável e sempre disponível para me auxiliar a encontrar e contatar minhas fontes orais.

Em memória de Maria José L. Augusto, que abriu sua casa, revolveu suas lembranças, mas, por conta do Senhor desejá-la mais cedo junto d'Ele, não participou deste estudo.

Às minhas estimadas entrevistadas, profa. Liana Richter, profa. Elisabeth Passos, Ana Springer e Teresa, que enriqueceram e tornaram esta dissertação um estudo singular.

Aos meus colegas de profissão, que abriram suas bibliotecas e dispensaram um pouco do seu tempo para me auxiliar, especialmente as bibliotecárias Lilian Maciel e Eliana Gonçalves, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Por meio delas, consegui acesso às fontes documentais guardadas no Arquivo Histórico da faculdade.

Aos meus mestres e colegas de aula do Mestrado Profissional em Gestão em Unidades de Informação da Udesc. Foi muito prazerosa nossa convivência, pois me proporcionou novas formas de encarar a profissão de bibliotecária.

À Rita Vencato, por me ouvir e trazer para este projeto a veia artística de sua família, e a Fabiano Vencato, que gentilmente criou a caricatura do prof. Vergara, para que eu pudesse dar uma identidade simbólica ao livro.

À direção do *campus* Porto Alegre, na pessoa do prof. Marcelo Augusto Rauh Schmitt, por entender minha ausência e por me proporcionar livre acesso aos ambientes da Escola em busca de fontes documentais.

RESUMO

O estudo investiga a trajetória histórica da Biblioteca Clóvis Vergara Marques (BCVM), inserida no *campus* Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), entre os anos de 1961 a 1982, período em que a Biblioteca era um setor estratégico da Escola Técnica de Comércio (ETC), instituição centenária, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A investigação apresenta abordagem teórico-metodológica pautada nos conceitos de história e memória presentes nas obras de autores como Pierre Nora, Jacques Le Goff, Sandra Pesavento, entre outros. A realização do estudo valeu-se de um exame documental dos registros existentes nos arquivos históricos da UFRGS e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e de fontes orais, por meio da realização de entrevistas. Como produto da pesquisa, propõe-se a produção de um livro eletrônico a partir das fontes documentais e orais coletadas, com o intuito de documentar e preservar a história desta instituição pública de estudo e leitura.

Palavras-chave: Escola Técnica de Comércio (UFRGS). Biblioteca Clóvis Vergara Marques – História. Biblioteca – Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus* Porto Alegre.

ABSTRACT

The study investigates the historical trajectory of the Clóvis Vergara Marques Library (BCVM), inserted in the Porto Alegre Campus of the Federal Institute of Rio Grande do Sul (IFRS), between 1961 and 1982, when the library was a strategic sector of the Technical School of Commerce (ETC), a centennial institution, at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). The research presents a theoretical-methodological approach based on the concepts of history and memory present in the works of authors such as Pierre Nora, Jacques Le Goff, Sandra Pesavento, among others. The study was based on a documentary examination of the records in the historical archives of UFRGS and the Federal Institute of Rio Grande do Sul (IFRS) and oral sources, through interviews. As a research product, it is proposed to produce an electronic book from documented and oral sources collected, with the purpose of documenting and preserving the history of this public institution of study and reading.

Keywords: Technical School of Commerce (UFRGS). Clóvis Vergara Marques Library. History. Library - Federal Institute of Rio Grande do Sul (IFRS) – *Campus Porto Alegre.*

LISTA DE ABEVIATURAS

POA	Campus Porto Alegre
EC	Escola de Comércio de Porto Alegre
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ETC	Escola Técnica de Comércio
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFs	Institutos Federais
URGS	Universidade do Rio Grande do Sul
PREMEM	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
PPGINFO	Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação
HC	História Cultural
AC	Análise de Conteúdo
CESPSH	Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos

..

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Decreto-Lei Nº 789, de 11 de maio de 1945.....	63
Figura 2– Portaria Nº 41.....	68
Figura 3 – Descrição da Biblioteca da ETC em maio de 1982.....	79
Figura 4 – Relatório de Atividades, 1981, fl. 4.....	80
Figura 5 – Ofício nº 34/1982.....	82
Figura 6 – Proposta de capa para o livro.....	102
Figura 7 – Folha de rosto e ficha técnica.....	103
Figura 8 – Proposta de sumário.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Transcrição do Decreto-Lei nº 789, de 11 de maio de 1945.....	64
Quadro 2 – Transcrição da Portaria nº 41, de 03 de outubro de 1961.....	69
Quadro 3 – Transcrição do extrato de texto do Relatório das Atividades Desenvolvidas pela Escola Técnica de Comércio no ano de 1981, fl. 3	79
Quadro 4 – Transcrição Relatório de Atividades, 1981, fl. 4.....	81
Quadro 5 – Transcrição de extrato de texto do Ofício nº 34/1982.....	82
Quadro 6 – Transcrição do ANEXO A – Portaria interna de 1º de junho de 1982.....	127
Quadro 7 – Transcrição do ANEXO B – Ofício nº 90/89.....	129

SUMÁRIO

1	UM DESEJO DE PESQUISA.....	23
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	27
2	A HISTÓRIA CULTURAL E SUAS REFLEXÕES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DE UM AMBIENTE DE PESQUISA E LEITURA.....	35
2.1	NAS VEREDAS DA HISTÓRIA ORAL – UM APORTE DE IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	39
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.1	O DOCUMENTO COMO FIO CONDUTOR DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL.....	46
3.2	A ORALIDADE – VOZES QUE CONTAM UMA HISTÓRIA	47
3.2.1	<i>A entrevista como meio de recuperação da história institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.....</i>	48
4	BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES DO CAMPUS PORTO ALEGRE – INDÍCIOS	55
4.1	ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE.....	59
4.2	A FIGURA HUMANA DO PATRONO DA BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES.....	67
4.3	AS FONTES DOCUMENTAIS DA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA BCVM.....	76
4.4	AS LEMBRANÇAS: A BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES NOS RELATOS DOS SERVIDORES.....	85
5	DO DOCUMENTO, DA ORALIDADE AO REGISTRO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	101
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	115

FONTES DOCUMENTAIS	123
ANEXOS	125
ANEXO A – Portaria interna, 1º de junho de 1982.....	126
ANEXO B – Ofício nº 90/1989	128
APÊNDICES	131
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista.....	132
APÊNDICE B – Livro eletrônico - propostas de capas.....	133

1 UM DESEJO DE PESQUISA

Em nossa cultura, há um silêncio quase constrangedor quando buscamos pelos registros de nossas bibliotecas, sejam públicas, escolares ou especializadas. Bibliotecas são criadas a partir de iniciativas de um ou de muitos indivíduos, e a manutenção desses espaços fica em muitos casos à mercê da benevolência daqueles que sucedem os seus criadores. O objeto de pesquisa desse estudo não foge à regra, pois poucos são os documentos capazes de testemunhar a história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

A constituição do *campus* Porto Alegre (POA), onde está inserida a biblioteca em questão, não se inicia com a Lei nº 11.892 de 2008; tem sua origem na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (VIZENTINI, 1979, p. 12, 23), em 26 de novembro 1909, com a denominação de Escola de Comércio de Porto Alegre (EC): uma unidade de ensino centenária, que iniciou as suas atividades de ensino profissionalizante no “subsolo” (CORAZA, 2009, p. 16) da Faculdade, com um curso de formação geral que habilitava os seus alunos aos “[...] cargos da Fazenda, sem concurso, e às funções de guarda-livros e perito judicial [...]”; o curso superior habilitava os seus egressos, também sem concurso, aos “[...] cargos do Ministério de Relações Exteriores, Corpo Consular, Atuário de Companhias, chefe de Contabilidade de Empresas Bancárias e Grandes Casas Comerciais [...]” (VIZENTINI, 1979, p. 10).

No ano de 1945, com a criação da Faculdade de Economia e Administração, a Escola de Comércio tem sua primeira mudança de mantenedor, passando a ser tutelada por essa faculdade. Em 1947, a Faculdade de Economia e Administração é federalizada e, mais uma vez, a Escola vinculada à sua mantenedora é incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (UFRGS, 1983, p. 31).

Na década de 1970, por conta de uma mudança na legislação, é criado o Estatuto e Regimento Geral da UFRGS. E, a partir desse estatuto, a Escola Técnica de Comércio (ETC) foi desvinculada da Faculdade de Ciências Econômicas e vinculada ao “[...] Centro Integrado de Educação Primária e Média, órgão auxiliar da Faculdade de Educação” (UFRGS, 1983, p. 32), permanecendo por três anos ligada ao órgão. No ano de 1973, a ETC passa por novas mudanças. É vinculada temporariamente à Superintendência Acadêmica, por conta de não ter ainda sua

estrutura organizacional definida. Com a extinção da Superintendência Acadêmica, foi criada a Pró-Reitoria de Graduação, no ano de 1983 (UFRGS, 1983), o que, para a ETC, pareceu vantajoso, pois, com essa mudança, a escola começa a fazer parte do orçamento da Universidade como órgão independente e seus gestores passam a apresentar seus projetos diretamente à Reitoria, sem a dependência de intermediários, o que lhe garantiu certa autonomia.

É no cenário apresentado acima que está pautado a presente pesquisa, que surgiu de minhas inquietações na condição de bibliotecária da Biblioteca Clóvis Vergara Marques, no que diz respeito à história dessa biblioteca, pertencente ao *campus* Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) desde 2008, por conta da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia¹ (IFs).

No que diz respeito à denominação de Escola de Comércio de Porto Alegre (EC) para Escola Técnica de Comércio (ETC), não foi localizada nas fontes documentais ou bibliográficas pesquisadas a data precisa dessa mudança. Destaca-se, na obra de Vizentini (1979), quando o autor aborda o período em que a ETC é federalizada e passa a compor o quadro estrutural da UFRGS, que a nova denominação surge sem qualquer menção aos motivos que a suscitaram, o que leva a pensar que essa mudança ocorreu a partir dessa reestruturação.

O breve histórico acima foi construído com vistas a contextualizar e apresentar o cenário onde está localizada a Biblioteca Clóvis Vergara Marques e justificar a presente pesquisa, que buscou, nas fontes documentais e orais, fatos que relatassem a criação, a constituição e o desenvolvimento da Biblioteca na esteira temporal na qual a ETC foi consolidada, e levassem a descobrir quais os caminhos

¹ Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados no Brasil com o propósito de ofertar formação e qualificação a seus alunos, com vistas ao mercado de trabalho. Com isto, buscam desenvolver o espírito crítico de seus educandos e estimular a pesquisa. A legislação que formaliza os IFs é criada em 2008: “Os IFs são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e ‘multicampi’, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (BRASIL, 2008). Assim, a rede de ensino profissionalizante não surge em 2008: ela vem se constituindo ao longo do tempo, e muitos dos *campi* que a compõe são instituições centenárias, alocadas nas capitais e no interior do país. Um dos objetivos da criação dos IFs é estarem presentes e levar a possibilidade de conhecimento e qualificação às comunidades afastadas dos grandes centros e oferecer capacitação voltada para o nicho de mercado de cada região.

ou critérios que definiram a criação de um espaço de leitura e de pesquisa dentro da instituição de ensino, à mercê de tantas transformações ao longo de sua história.

Para que não haja equívocos sobre a abordagem adotada na pesquisa, que trata da memória institucional de um ambiente de leitura e pesquisa, optou-se por apresentar e discutir os motes em que os termos memória institucional e memória organizacional se apartam – a saber, dois temas que costumam ser entendidos algumas vezes como sinônimos, quando não o são: memória institucional e memória organizacional.

A memória organizacional é um tema que transita em estruturas que têm o mercado como objeto de exploração. Segundo Barbosa (2016), “a organização pode ser entendida como a estrutura empresarial construída com fins específicos de mercado”. A memória organizacional “[...] se refere à informação armazenada a partir da história da organização e que pode ser recuperada para suportar decisões do presente. Essa informação é armazenada como uma consequência de decisões implementadas [...]” (PEREIRA, 2013, p. 3).

Ainda discorrendo sobre o tema, para Pereira (2013, p. 11) a memória organizacional visa recuperar a “trajetória da organização em um determinado período de tempo e espaço” que possibilite a recuperação de informações, para o tempo presente, das várias transformações que essas organizações sofrem, e que essas experiências passadas possam ser utilizadas nas tomadas de decisões presentes e futuras das organizações.

A memória institucional, por sua vez, também trata da história de vida de instituições/organizações, de suas transformações ao longo do tempo e da percepção e envolvimento da coletividade na qual está inserida. A administração dessas instituições difere das tomadas de decisões das organizações, pois prima pela gestão compartilhada (ou pelo menos deveria), onde as redes de relações e afetividades são levadas em conta. Barbosa (2016) esclarece que, “[...] no caso de uma instituição, é preciso ressaltar o caráter social das ações desse tipo de empresa. Nela, os valores são pensados e têm como metas o bem social e o acesso a ações sociais e culturais, são pensados e servem de guia às ações de seus integrantes” (BARBOSA 2016).

Estão incluídas ou representadas nesse conceito as empresas do terceiro setor, a saber: ONGs; instituições de ensino e de atendimento à saúde física e

emocional. Suas consolidações são construídas pela coletividade, por sujeitos que circulam por suas estruturas e pelos meios nos quais estão inseridas.

A preservação da memória institucional não tem por objetivo fazer uma leitura esmiuçada do passado, mas sim “compreender as diferenças e reconhecer os limites de cada período” (FUNDACENTRO, 2016), e que as interpretações e análises possam servir de balizamento para tomadas de decisões futuras, “[...] não apenas como quem recorda, mas exercitando uma verdadeira práxis, em que a reflexão e a prática andam lado a lado” (FUNDACENTRO, 2016). É com essa concepção que se busca desenvolver esta pesquisa sobre a memória institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques. Que ela seja proveitosa para a comunidade acadêmica da instituição na qual está inserida, o *campus* Porto Alegre, e que a ação de guarda e preservação da memória institucional se estenda às demais bibliotecas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Não se nega o valor da informação e do conhecimento para os avanços culturais e econômicos de nossa sociedade, mas o processamento e o compartilhamento desses avanços dependem dos formatos nos quais são produzidos e os espaços onde são socializados. Quando discutimos, no campo da Biblioteconomia, e até mesmo no da Ciência da Informação, acerca da importância das bibliotecas, pensamos sempre no acervo, na organização, no acesso à informação e no usuário, pois, no nosso imaginário, enquanto estudantes e muitas vezes até mesmo como profissionais, o formato tradicional de bibliotecas já é de nosso conhecimento.

Algumas vezes, sendo simplistas, concluímos que estamos prontos para o mercado de trabalho, mas não estamos, visto que as bibliotecas estão inseridas nos seus contextos sociais, servindo suas comunidades há algum tempo. Conhecer a história de uma biblioteca, isto é, a sua constituição histórica, nos aproxima da comunidade que pretendemos atender com excelência, mas também nos ajuda, muitas vezes, a entender os costumes, as tradições do(s) lugar(es) que escolhemos para viver e trabalhar. Poucas vezes nos preocupamos com as origens desses ambientes, ou o que levou ou leva determinados indivíduos a formalizarem a biblioteca, desconhecendo, assim, o esforço das pessoas que pensaram e constituíram esses ambientes de cultura e sociabilidade.

Nas instituições de ensino, na maioria das situações esses cuidados ocorrem por conta da legislação, principalmente nas universidades, mas fora desses circuitos

a questão é mais complexa. Algumas vezes, a determinação de um único indivíduo é capaz de motivar essa ação. É com esse olhar, o de uma bibliotecária que há treze anos circula profissionalmente entre bibliotecas universitárias, escolares e públicas, que a pesquisa ocorreu, com suas bases calcadas nas documentações guardadas em arquivos institucionais e na memória das pessoas que tomaram parte na construção da Biblioteca Clóvis Vergara Marques, sendo esses os sujeitos que podem tornar possível desvendar a história da Biblioteca (STEPHANOU; BASTOS, 2005).

Este estudo se justifica pela necessidade de se preservar e ressignificar a história e as memórias das pessoas que não só idealizaram, mas colocaram em movimento a Biblioteca Clóvis Vergara Marques, em sua origem uma sala de leitura, com acervo diversificado, e, com o decorrer do tempo, uma unidade de informação com um acervo desenvolvido para educação profissional.

Abarcar toda a história da Biblioteca é uma tarefa árdua e morosa. Por conta desse aspecto, foi definido um recorte temporal: 1961 a 1982. O marco inicial deste estudo se justifica por um levantamento prévio realizado em fontes documentais e orais a respeito do patrono da Biblioteca; já o recorte final refere-se ao único documento que trata da formalização institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques na Escola Técnica de Comércio do qual se tem notícia até a presente data.

Apresentadas as questões iniciais da pesquisa, na seção que segue são apresentados a problematização e os objetivos do estudo.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

As bibliotecas vêm sendo criadas nas instituições de ensino sem que haja, muitas vezes, cuidado com seu planejamento, com os registros de sua formalização. A falta desses registros em fontes documentais faz com que sejam relegadas ao esquecimento, o que dificulta a obtenção de fontes documentais sobre suas histórias (MARANON, 2010). A falta de planejamento faz com que elas se tornem, por vezes, setores subutilizados pela comunidade acadêmica. Nesse sentido, o registro documental é fundamental, pois permite identificar as razões de sua elaboração e as pessoas envolvidas em sua construção, nos auxilia a compreender a história das instituições e as intenções que levaram os gestores à criação desses setores, bem como o momento político que pode ter influenciado tais decisões.

A possibilidade da existência desses registros instigou este trabalho de pesquisa, pois é discurso comum, na área de Educação, que a biblioteca é um setor primordial nas instituições de ensino. Contudo, o modo como esses ambientes de ensino e cultura são pensados e planejados dentro da estrutura educacional nem sempre é claro, sendo que muitos sequer possuem registros documentais ou identidade.

A Escola Técnica de Comércio é uma instituição centenária: sua origem data do ano de 1909, e o planejamento de sua biblioteca foi descrito e apresentado em uma reunião de coordenação no ano de 1982². Se pensarmos a data de fundação da ETC – uma escola de formação profissional, técnica – e a apresentação do projeto para a constituição da biblioteca, o esboço de uma intenção, datilografado em dez folhas, teremos uma lacuna temporal de setenta e três anos até a sua criação, o que nos levou a questionar por onde transitaram seus alunos quando precisavam realizar suas pesquisas escolares.

O meu desafio, na condição de bibliotecária, mergulhou no universo da pesquisa histórica referente à biblioteca no início do ano de 2010. O raciocínio foi: se a instituição é centenária, a biblioteca, por hipótese, acompanhou os avanços de sua mantenedora. No entanto, não foi esse o cenário observado ao conhecer a biblioteca.

Deste modo, aos poucos, em conversas com servidores e por conta de um curso interinstitucional de Capacitação em Gestão de Documentos oferecido pela UFRGS e pelo IFRS, teve início a busca por relatos e atos administrativos que ratificassem a criação da biblioteca e a intenção política do seu nome. Afinal, quem era esta pessoa que, entre tantas outras, foi eleita como patrono da biblioteca? As buscas por informações propiciaram o primeiro contato com os documentos guardados em arquivos deslizantes na Secretaria da ETC, ainda na antiga sede, na rua Ramiro Barcelos.

A busca tinha nome, ou, pelo menos, termos comuns à área de Biblioteconomia, campo com o qual tenho mais intimidade: história e memória institucional. Cuidamos, sim, da guarda da história e da memória institucional depois da tarefa árdua de historiadores e pesquisadores das mais diversas áreas, pois

² Documento datilografado, 10 f. Essa fonte histórica, no ano de 2013, desapareceu da sala de processamento técnico, que estava provisoriamente alocada no 6º andar, na Rua Cel. Vicente, 281, atual sede da ETC, hoje *campus* Porto Alegre do IFRS.

nossa tarefa é possibilitar o acesso a seus trabalhos, suas pesquisas, que nos chegam em diversos formatos: impressos, digitais, analógicos, manuscritos. Mas estar apto a tratar a informação nos seus mais diversos suportes não nos impede de ousar, e muitas vezes é o que nos instiga.

Foi com essa inquietação, e instigada pela falta de informações a respeito da biblioteca onde passo grande parte dos meus dias, que formalizei e apresentei este projeto de pesquisa ao Mestrado Profissional de Gestão de Unidades de Informação (PPGINFO) na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Trata-se do olhar de uma bibliotecária frente à sua instituição, da história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques e da possibilidade de construir registros históricos para a comunidade acadêmica do *campus* Porto Alegre do IFRS. A memória coletiva de pessoas ou grupos de pessoas que participam da construção de um espaço cultural é fonte rica para a pesquisa histórica e para a reconstrução da memória institucional (THIESEN, 2013).

É esse entrelaçamento de intenções que atribui valor e faz com que a organização se transforme no institucional, com vistas a um bem maior: o coletivo.

A Biblioteca Clóvis Vergara Marques e sua história foram o cerne deste trabalho. O levantamento documental e a memória individual e coletiva foram contribuições importantes para o estudo e provas relevantes da importância do espaço pedagógico, a Biblioteca e seus serviços, no contexto no qual se encontra inserida, a educação profissional.

São estas relações de trabalho e aprendizado nas quais estão inseridos os atores desta narrativa, servidores e alunos. Trata-se de um cenário de sociabilidade onde transitam os diversos atores responsáveis pela formação continuada e permanente de indivíduos. Essas intervenções, por vezes involuntárias, na tarefa cotidiana do ensino, do aprender a apreender, colaboraram na formação voltada para o mercado de trabalho e, também, na capacitação de um corpo discente voltado para a área do ensino comercial, mas sem perder de vista o aspecto humano da formação.

Esta pesquisa buscou indícios não só nos documentos, mas também nos feixes de lembranças, nas memórias de sujeitos que vivenciaram e executaram muitas das atividades desenvolvidas na Escola e na Biblioteca (FREITAS, 2006). Tais feixes de memórias têm o caráter de subsídios auxiliares, mas não menos importantes do que as fontes documentais, para a construção da memória

institucional e para a idealização da Biblioteca Clóvis Vergara Marques que hoje percebemos.

Os administradores públicos costumam abrir, deslocar e fechar setores de acordo com a/o visão/discurso político em vigor. Para que os projetos sejam pensados ao nível institucional, sem vinculação a cargos, faz-se necessário salientar que administradores públicos ou privados, ao pensarem as estruturas de ensino (seus recursos humanos, seus setores de apoio pedagógico), devem estar cientes da importância de tais estruturas no labor educacional (SILVA, 2009).

Silva (2009), ao discutir acerca do papel da escola e da biblioteca no que diz respeito às políticas de implantação, refere-se a estas gestões como falhas. Para o autor, elas reproduzem “[...] o saber autoritário e elitista, produzido em gabinetes centralizadores de tecnoburocratas [...]” (SILVA, 2009, p. 191-192). Tais atitudes falhas vêm se repetindo, quase sempre, pois se baseiam mais nos movimentos políticos dos quais resultam, do que em um planejamento perene. Eggert-Steindel (2009) trabalha a partir dessa mesma percepção, ao referir-se ao zelo que a administração pública deveria ter com a formalização dos seus atos de gestão ao idealizar um centro de informação e cultura para suas comunidades.

A falta desta produz para toda e qualquer instituição um quadro de instabilidade e fragilidade perante o político, o econômico e o social no tempo. A legislação não constitui a única prerrogativa para a existência de uma instituição, mas, para além da garantia política, ela conforma em si a possibilidade da construção de sua identidade institucional. (EGGERT-STEINDEL, 2009, p. 95)

A idealização de uma biblioteca, objeto deste estudo, necessita que seu planejamento seja pensado pelo prisma da continuidade e que a biblioteca seja um ente permanente dentro da instituição que a abriga. Para Eggert-Steindel (2009, p. 95), a inexistência de formalização não impede a criação “de uma instituição”, mas o documento em qualquer suporte registra as intenções individuais ou coletivas. Segundo Moreno (2008, p. 83), o documento “[...] tem características próprias e bem definidas, que as distinguem dos demais, não pelo suporte sobre o qual está construído, mas pela razão de sua origem ou função pela qual é criado”. O documento é o registro concreto, palpável, capaz de gerar indagações e, quem sabe, ajudar a descrever o grupo social que fez parte de um determinado período da

história de uma instituição. Para Eggert-Steindel (2009, p. 95), o documento “conforma em si a possibilidade da construção de sua identidade institucional”.

Os relatórios de gestão publicados pela UFRGS (2000, f. 4; 2003, f. 3) dão mostras do olhar que era dispensado à ETC pela Universidade. Nem mesmo o nome da escola recebe destaque, escrito em letras minúsculas, diferentemente do tratamento dado ao Colégio de Aplicação (CA), que atende alunos do ensino básico, apresentado nos relatórios com destaque tipográfico. A pedagogia da memória das instituições de ensino é complexa. Segundo Farias Filho (2013, p. 6), os registros nos trazem e nos ensinam “[...] possibilidades de guardar, de arquivar e produzir memórias”. Mostram-nos a importância das fontes para a construção da memória institucional das bibliotecas, das escolas, da própria história da educação. Ao desvendar as instituições, geram questionamentos “[...] sobre o que ocorre (ocorria) na sala de aula [...]”, nos laboratórios, “[...] nos pátios e nos recreios [...]” (FARIAS FILHO, 2013, p. 6). A possibilidade de recuperar estes “[...] cacos da história [...]” (FARIAS FILHO, 2013, p. 6) vem das memórias dos sujeitos que tiveram participação neste espaço de labor educacional.

É comum em nossa sociedade o esquecimento, seja de fatos históricos, seja das pessoas/profissionais que labutam para os avanços educacionais e econômicos. Esta pesquisa buscou, nos documentos e nas narrativas obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas, discursos que sirvam como aporte para as fontes documentais capazes de cumprir a finalidade de construir a história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques, preservando sua história para as gerações futuras, reiterando a importância do ambiente biblioteca. Os dados acima relatados determinaram o problema de pesquisa que instigou o presente estudo: qual o percurso histórico da Biblioteca Clóvis Vergara Marques no âmbito da Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no período de 1961 a 1982?

O questionamento levou ao objetivo geral, que teve como foco compreender o processo de criação e implantação da Biblioteca Clóvis Vergara Marques na Escola Técnica de Comércio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no período de 1961 a 1982, e, conseqüentemente, aos objetivos específicos:

- a) caracterizar a Biblioteca Clóvis Vergara Marques;
- b) identificar as atividades realizadas pela Biblioteca Clóvis Vergara Marques no período de 1961 a 1982;

- c) descobrir as fontes documentais que tratam da criação e implantação da Biblioteca Clóvis Vergara Marques:
- verificar os motivos de sua criação;
 - apontar os fatos relacionados à sua criação;
 - revelar a legislação que a criou;
 - identificar os principais responsáveis por sua criação e implantação.
- d) registrar a memória institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques;
- e) propor a produção de um documento digital (livro eletrônico), com o intuito de documentar e preservar a história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

Problematizado e, de certo modo, justificado o objeto de pesquisa, a construção do projeto, que se iniciou a partir do desejo de conhecer a história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques, foi se delineando em etapas, a fim de que fosse possível alcançar os objetivos propostos.

A dissertação está estruturada em cinco seções. A primeira (e presente) seção, intitulada “Um desejo de pesquisa”, é uma introdução a respeito dos propósitos deste estudo. Já a segunda seção apresenta a fundamentação teórica por meio da qual o estudo transitou, a História Cultural, e carrega consigo embasamento teórico para a compreensão da própria história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques. Os autores Le Goff, Sandra Pesavento e Pierre Nora, que se utilizam da história das periferias, auxiliam a pensar a história construída em ambientes reconhecidamente comuns, onde seus protagonistas são indivíduos do cotidiano, que promovem, através do seu labor, eventos capazes de transformar seu meio social.

Na terceira seção, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na busca pela resposta ao problema de pesquisa levantado, a partir da pesquisa histórica e de suas especificidades. O uso de documentos e da história oral é o fio condutor que tece os questionamentos, por meio de uma abordagem qualitativa.

A quarta seção apresenta os resultados alcançados no decorrer da pesquisa, ou seja, trata-se da parte empírica do estudo, a partir das fontes documentais e das fontes orais coletadas, que definiram e formaram o fundo documental da dissertação, em uma tentativa de construir a história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

A quinta seção trata da proposta de produto apresentado ao Mestrado Profissional. Apresenta as partes pré-textuais em um formato eletrônico, ou seja, o “boneco do livro”, termo comum em editoração e relacionado às partes iniciais que compõem um livro. No livro estará o registro de todo o fundo documental captado para a pesquisa.

A seguir, são apresentadas as bases teóricas utilizadas na dissertação, capazes de dar fundamentação e auxiliar na compreensão das origens da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

2 A HISTÓRIA CULTURAL E SUAS REFLEXÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DE UM AMBIENTE DE PESQUISA E LEITURA

A História Cultural (HC) surgiu como uma nova vertente para o campo histórico que não aceitava mais ficar limitado a trabalhar em cima das narrativas de fatos ou das figuras tradicionais da política, da economia ou das sociedades.

A nova História Cultural, segundo Pesavento (2005) surge na crise de maio de 1968, durante a guerra do Vietnã. Para a autora houve um esgotamento dos modelos e de um regime de verdades e explicações globalizantes. As análises históricas, que se apresentavam como certezas ou normativas, não oportunizaram posicionamentos capazes de gerar discussões contraditórias, as quais deixariam de existir, trazendo à tona novas práticas de pesquisa e estudo. Com a expansão da informação, sistemas adotados e mantidos por quem detinha o poder tiveram suas práticas divulgadas e, mais do que isso, foram denunciados. Já não eram mais aceitos como verdades definitivas.

A dinâmica social descrita por Sandra Pesavento (2005) estava mais complexa. Compunham os cenários novos grupos, com novas inquietações e interesses.

Os modelos correntes de análise não davam mais conta, diante da diversidade social, das novas modalidades de fazer política, das renovadas surpresas e estratégias da economia mundial e, sobretudo, da aparentemente *escapada* de determinadas instâncias da realidade – como a cultura, ou os meios de comunicação de massa – aos marcos racionais e de logicidade. (PESAVENTO, 2005, p. 9, grifo da autora)

Esta corrente de historiadores ganha força na França, com o grupo de pesquisadores da Escola dos Annales. Fonte de inúmeros estudos, os Annales, incluindo três gerações, segundo Burke (1997), foram os precursores destes estudos no campo da história. A ampliação das abordagens de pesquisa, por outras áreas do conhecimento, possibilitou estudos a respeito do comportamento humano e dos grupos até então marginalizados pelos historiadores tradicionais.

Para Burke (1997, p. 89), a expansão do “[...] território histórico está vinculada à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las”. O historiador também destaca a colaboração interdisciplinar do campo da história com as demais áreas, movidas pelo mesmo discurso das ciências ancoradas ao estudo das humanidades: “[...] da geografia à linguística, da economia à psicologia” (BURKE, 1997, p. 127). Burke declara que “essa colaboração

interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. [...]” (BURKE, 1997, p. 127). Para o autor, “a historiografia jamais será a mesma” (BURKE, 1997, p. 127).

A memória institucional não vem apenas de registros documentais formais, tais como atas, relatórios, correspondências e ofícios, mas também da vivência de sujeitos que compartilharam o dia a dia da ETC, que vivenciaram seus avanços e, por que não dizer, alguns de seus percalços na história da educação profissional de Porto Alegre no período circunscrito por este estudo.

Para Burke (1997) e Pesavento (2005), as histórias de vida narradas, individual ou coletivamente, dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade, capturadas através dos discursos construídos pelos sujeitos e pelas narrativas que nos permitem o registro dos acontecimentos, produtos finais da escrita histórica e da historiografia.

O homem, como ser social, surge a partir de sua necessidade de sobrevivência e, através do seu trabalho, constrói suas relações sociais, que se firmam por meio de interações com o coletivo. Como um ser histórico, está propício a mudanças, já que se encontra inserido em um mundo em constante transformação, onde “suas ações e pensamentos mudam no tempo, a partir de diferentes situações vividas” (ARANHA, 1991, p. 3).

Para Aranha (1991), as relações sociais e de trabalho que são travadas no decorrer da existência mudam a maneira de pensar, agir e sentir. São situações às quais os homens são submetidos e por meio das quais, conseqüentemente, transformam-se: não “permanecem os mesmos” (ARANHA, 1991, p. 3). E é a possibilidade de metamorfose que tem movido o ser humano ao longo do tempo. A partir dela, ele é capaz de mudanças e de gerar novas formas de ver e de se colocar frente ao mundo.

A História Cultural (HC), base teórica que fundamenta este estudo, permite que se traga para o campo da história os sujeitos – segundo Freitas (2006, p. 67), verdadeiros “agentes históricos” – e suas ligações com o lugar de onde falam e criam possibilidades. Nela, suas intervenções são aceitas como eventos históricos. Segundo Aranha (1991, p. 3), “é nesse sentido que podemos dizer que, pelo trabalho, o homem se autoproduz, ao mesmo tempo em que produz sua própria cultura”. Muitas vezes, é do resultado de seus movimentos, de seus processos de

construção e de pertencimento, que surgem as transformações sociais e culturais atualmente conhecidas e com as quais são estabelecidos contatos.

São estes indivíduos que, a partir de suas memórias e de suas vivências, servirão como fontes de informação para a construção da memória institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques. Trata-se de uma história que não mais depende apenas do documento, haja vista que pode trazer atores tidos comumente como coadjuvantes em determinados momentos institucionais e torná-los, por meio de suas memórias, protagonistas de acontecimentos históricos.

Configura-se, assim, a história de uma instituição, contada sob um novo ângulo – no caso desta dissertação, por trabalhadoras e ex-alunas da educação profissional que vivenciaram as transformações de uma unidade de informação, a Biblioteca Clóvis Vergara Marques. Traz-se para dentro do círculo histórico (LEVI, 2011) os que tradicionalmente são deixados de fora. Segundo Pesavento (2005),

É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que essa tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. (PESAVENTO, 2005, p. 57)

Durante a construção da pesquisa, balizada na experiência notadamente adquirida pelos autores, sempre se levou em conta que os documentos não podem ser encarados como uma reprodução da verdade. Trata-se da “não-inocência dos documentos”, da qual fala Le Goff (1990, p. 11), pois não há neutralidade em seus conteúdos ou sua concepção. De acordo com Pesavento (2005), a história oral também não pode ser encarada como verdade absoluta. As narrativas dos sujeitos de pesquisa devem ser vistas apenas como visões de um indivíduo ou de um coletivo sobre determinado acontecimento (THOMPSON, 1998).

Para Peter Burke (2008, p. 12), a História Cultural é “[...] um campo fragmentado [...]” que permite a inserção em “‘culturas’ inteiras”. A fragmentação da qual fala o autor apresenta campos específicos, especialidades que abarcam vários temas: “[...] história da população, diplomacia, mulheres, ideias, negócios, guerra e assim por diante” (BURKE, 2008, p.12).

Ainda discorrendo sobre o aporte teórico da HC, para o historiador francês Duby³ (1990), citado por Barros (2003, p. 146), há uma delimitação moderna da HC. Para o autor, este campo do saber estuda, dentro de um contexto social, os mecanismos de produção dos objetos culturais (aqui entendidos como quaisquer objetos culturais, e não apenas as obras-primas oficialmente reconhecidas). Para os autores, a HC não dá ênfase apenas aos “mecanismos de produção dos objetos culturais”, mas também aos “mecanismos de recepção” (BARROS, 2003 p. 146).

Corroborando com tais concepções, Le Goff (1990, p. 40) afirma que a história não é apenas uma área do conhecimento, mas sim uma “forma intelectual para compreender o mundo”. E complementa: “É uma questão de estado de espírito e resta-nos aqui seguir Huizinga quando declara que a história não é apenas um ramo do saber, mas também ‘uma forma intelectual para compreender o mundo’” (HUIZINGA⁴, 1936 apud LE GOFF, 1990, p. 40).

Burke (1997) e Pesavento (2005) compartilham essa mesma linha de pensamento utilizada na concepção da HC. Para os autores, as histórias de vida narradas, individual ou coletivamente, dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. E são estas representações, capturadas através dos discursos construídos em espaços coletivos, que permitem o registro dos acontecimentos.

Tratar a narrativa e a escrita histórica como produtos é uma das reflexões de Michel de Certeau. Discutindo com seus pares o estilo literário dos historiadores franceses, Certeau (1984) não considera a escrita um problema, e sim um método, já que, segundo ele, “[...] a escrita é o próprio produto” do trabalho do pesquisador. Para o autor, a “história, arte de tratar os restos, é também uma arte de encenação, e as duas estão estreitamente ligadas” (CERTEAU, 1984, p. 20-21).

Os restos aos quais o historiador se refere são as fontes documentais e, na falta destas ou para sua complementação, também as memórias dos sujeitos que fizeram parte do momento histórico ao qual um pesquisador se dedica. Quando analisadas e transcritas, podem ser fontes de informação relevantes para a

³ DUBY, Georges. Problemas e Métodos em História Cultural. In: **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 125- 130.

⁴ HUIZINGA, J. A Definition of the Concept of History. In: KLIBANSKY, R. e PATON, H. J. (org.). **Philosophy and History: Essays presented to Ernst Cassirer**. Oxford: Clarendon Press, 1936.

constituição da investigação de um fato histórico, uma necessidade de se reconhecer, uma recuperação da própria identidade, conforme Le Goff (1984, p. 25).

É nesta vertente da HC que se busca construir a história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques para além de um instrumento pedagógico dentro da Escola Técnica de Comércio, mas, também, como um ambiente de cultura e de sociabilidade.

2.1 NAS VEREDAS DA HISTÓRIA ORAL: UM APORTE DE IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Há muito vem se discutindo sobre a história oral como método científico e seu resultado, a narrativa. Para Lawrence Stone (1979, s.p.), a narrativa vem de uma organização de documentos em uma “[...] ordem cronológica e a concentração deste conteúdo numa única estória coerente”. Segundo o autor, a história narrativa se aparta da história estrutural por conta de “[...] dois aspectos [...]”: sua abordagem é “[...] mais descritiva do que analítica [...]”, seu foco é o indivíduo, e não as circunstâncias. Assim, “ela trata do particular e do específico, de preferência ao coletivo ao estatístico” (STONE, 1979, s. p.). A narrativa, segundo Stone (1979, s.p.), “[...] é uma modalidade de escrita histórica[...]” que “[...] afeta e é afetada [...]” por suas fontes e por seu método.

A construção da escrita histórica, objeto deste estudo, será a memória individual e/ou coletiva, evidenciando a importância da narrativa para a construção da memória institucional e social, quer seja de um determinado recorte temporal, quer seja do local do qual se fala.

Questão de enfrentamento nas Ciências Sociais e na História, a escrita histórica vem para dar conta das ausências, do silêncio em acontecimentos que necessitam ser reconstruídos, vozes que precisam vir à tona; a nova história: História Cultural. Le Goff (1990) demonstra certa surpresa com este enfrentamento pois, segundo o autor, a História sempre foi construída em cima de narrativas:

Assim, a história começou como um *relato*, a narração daquele que pode dizer “Eu vi, senti”. Este aspecto da história-relato, da história testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica. Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica deste tipo de história pela vontade de colocar a explicação no lugar da narração, mas também, ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história-testemunho através do “retorno do evento” (Nora) ligado aos novos *media*, ao surgimento de

jornalistas entre os historiadores e ao desenvolvimento da “história imediata”. (LE GOFF, 1990, p. 9, grifo do autor)

Para Le Goff (1990), a história escrita, a narrativa, é um renascimento; já para Burke (2011, p. 10), é um ato de rebeldia “[...] contra o ‘paradigma’ tradicional, termo útil, embora impreciso [...]”, forjado e “[...] posto em circulação por Thomas Kuhn⁵”.

A dependência da escrita histórica capturada ou aprendida da história oral possibilita a discussão entre o imaginário e as representações de mundo de cada sujeito envolvido no trabalho de recuperação de lembranças do passado, da história vivida e narrada e compreendida por cada ator imerso no cenário que se quer recompor frente aos documentos encontrados.

Contudo, limitações da análise de fontes documentais foram o aspecto defendido pelos pesquisadores da Nova História com base na narrativa histórica. Fontes documentais oficiais precisam ser suplementadas por outros tipos de fontes. E, como a História Cultural se envolve com a corrente histórica que se ocupa com a “[...] história vista de baixo [...]” (BURKE, 2011, p. 13), da periferia marginalizada, precisa contar com fontes postas do lado de fora de arquivos oficiais.

A Nova História caminha a passos largos e sua preocupação são os sujeitos envolvidos na pesquisa histórica (BURKE, 2011) e como essa história envolveu e foi envolvida por seus atores; se estes temas serão constituídos de fontes documentais, fontes narrativas, ou ambas, não importa. É preciso que a história tratada seja contada considerando o passado e seus reflexos no presente, já que toda a interferência ou investigação busca revelar intenções do investigador e dos investigados.

Para Pesavento (2005), a História Cultural trabalha com a seguinte proposta: “[...] decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 42).

A narrativa tem sido vista com certa desconfiança por alguns historiadores, segundo a literatura do campo da História, e, conforme Pesavento (2005, p. 27), é decorrente deste método de trabalho da pesquisa histórica ter sido utilizado erroneamente e “[...] utilizado no sentido pejorativo [...]”, omitindo ou alterando

⁵ Kuhn, T.S., *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

conteúdos de relatos na apresentação das análises dos dados. No entanto, a ocorrência destes fatos, seja por exercício equivocado da profissão ou por inexperiência, não pode desqualificar um método de trabalho e profissionais que têm compromisso com a verdade.

As narrativas históricas sobre as quais a historiadora se refere são diferentes das literárias, pois a escrita histórica é construída a partir de dados, de fatos ocorridos no passado, em um determinado recorte de tempo e espaço. O pesquisador tem compromisso, escreve a partir de dados concretos, resultado de sua pesquisa nas fontes documentais e fontes orais. A narrativa literária não observa estes critérios. Ela se constitui a partir da livre imaginação do autor.

A escrita histórica, apesar de utilizar fontes documentais, não extingue a subjetividade do pesquisador, mas deve vir sempre apoiada na fundamentação teórica da corrente histórica escolhida para embasar o trabalho.

Para Jacques Le Goff (1996), apesar de o campo da História não ter suas bases construídas nas mesmas bases das Ciências Exatas ou das Ciências da Natureza, onde a primeira se fundamenta na análise quantitativa e a segunda na observação de seu universo de pesquisa, a História busca fontes que respondam às suas indagações, que possam gerar testemunhos e fundamentar a verdade dos fatos ocorridos. A narrativa pode ser um dos métodos utilizados, desde que assuma compromisso com a verdade.

Esta pesquisa teve por objetivo buscar bases concretas (na literatura, na documentação arquivística e na história oral) e fundamentações que permitam descrever seu aspecto científico, a fim de constituir, a partir das lembranças de um coletivo de mulheres – ex-diretora, servidoras técnicas-administrativas, bibliotecária, ex-aluna e professora – as lacunas deixadas pelas fontes documentais. E, a partir destas fontes orais, coletar dados críveis para estabelecer um diálogo com as obras dos autores aqui apresentados. Trata-se, assim, de buscar o reconhecimento da narrativa histórica como método válido na construção da escrita histórica e na constituição da pesquisa.

Autores como Peter Burke (2011), Jacques Le Goff (1984, 1990) e Michel de Certeau (1984) abordam nos seus discursos a narrativa histórica como o insumo, a matéria-prima do pesquisador na construção da História Cultural.

A história oral e as lembranças de mulheres que fizeram parte da história, no passado, na constituição de ambientes de informação e sociabilidade podem ser

utilizadas para um melhor entendimento do futuro, ou simplesmente para descrever ou explicar a existência do movimento histórico e político no qual estavam inseridas.

Sandra Pesavento (2005) diz, em sua obra, que “História e Memória são representações narrativas” e que, a partir das narrativas, é possível se fazer uma reconstrução do passado, para a autora o “registro de uma ausência de tempo” (Pesavento, 2005, p. 57). Quando se busca a história oral para a composição de um registro histórico, a ação independe da participação dos atores e das ações que envolvem o evento em questão. Para a autora, a “Memória permite que se possa lembrar sem a presença da coisa ou da pessoa evocada, simplesmente com a presença de uma imagem no espírito e com o registro de uma ausência dada pela passagem do tempo” (PESAVENTO, 2005, p. 57).

No que se refere ao conceito de memória, para Pesavento (2005) há duas modalidades de memória: a memória involuntária – a que vem à mente, ativada pelo inconsciente, sem que se possa controlá-la –, e a memória voluntária – que, apesar de ser recuperada de forma espontânea, é instigada por fatores externos ao sujeito envolvido no processo de rememoração. Segundo a autora, “o final desse processo de rememoração seria dado pelo reconhecimento, por aquele que rememora, da certeza do acontecido: foi ele, foi lá, foi então, foi assim” (PESAVENTO, 2005, p. 57). E, nestes casos, a relação de confiança entre o sujeito da pesquisa e o pesquisador estará plenamente consolidada.

A narrativa é uma das técnicas de escrita defendida e utilizada “[...] pelo círculo de pesquisa histórica [...]”, termo utilizado por Giovanni Levi (2011, p. 141) referindo-se à corrente de pesquisadores da micro-história: historiadores e cientistas sociais. Para o autor, a pesquisa científica neste campo se constitui de uma série de “[...] tentativas, observações [...]” (LEVI, 2011, p. 141) em busca de entendimentos que, caracterizados e ajustados de forma inteligível, possam explicar e servir como fonte para registros escritos.

É a memória institucional que legitima a instituição de onde se fala ou a qual se representa. Segundo Thiesen (1997), “[...] toda instituição tem suas formas de organização, sem as quais não poderia exercer sua prática, que é coletiva. A prática está ligada diretamente à organização, enquanto a instituição está ligada à legitimidade” (THIESEN, 1997, p. 50).

A legitimidade sobre a qual fala a autora é expressa por meio da missão e visão sobre as quais a instituição concentra seu fazer cotidiano e, por se tratarem de

ações grupais/conjuntas, abarcam a coletividade que a constitui: alunos e servidores. No livro *Memória institucional*, Thiesen (2013) diz que tais ações são

[...] na realidade, memórias e saberes, que interagem nas relações sociais, institucionais, interinstitucionais. O mecanismo é similar. A instituição é um corpo em processo e, como tal, necessita que suas células trabalhem solidárias para que seu funcionamento seja padronizado [...]. (THIESEN, 2013, p. 269)

A narrativa como parte destas tentativas depende das pessoas envolvidas na pesquisa, que, ao descreverem fatos significativos e não perceptíveis em documentos, contribuem para a fundamentação do pesquisador e para a compreensão do discurso social.

Na próxima seção, são abordados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento dessa pesquisa histórica. Espera-se, com isso, poder comprovar a importância da narrativa para a escrita histórica e das fontes documentais encontradas para este estudo e, sobretudo, propiciar uma melhor compreensão e construção da memória institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa histórica ocupa-se do passado do homem: “[...] consiste em ‘localizar, avaliar e sintetizar sistemática e objetivamente as provas, para estabelecer os fatos e obter conclusões referentes aos acontecimentos do passado’” (BORG⁶, 1974, p. 81 apud RICHARDSON et al., 2011, p. 243). Contudo, essas fontes específicas da pesquisa histórica, o documento e o sujeito como copartícipes de uma história social, não prescindem da busca em fontes bibliográficas, pois são estes estudos já realizados que muitas vezes determinam o caminho a ser seguido na construção do objeto de pesquisa, fornecendo pistas dos métodos e técnicas que podem ser utilizados ou, dependendo da análise feita, evitados (CERVO, BERVIAN, 1983).

Entretanto, isso não quer dizer que a pesquisa documental se interesse por todos os acontecimentos ocorridos no decorrer da história; para Richardson et al. (2011), isto é impossível, pois muitas vezes pode inviabilizar um estudo. Levando em conta tal aspecto, este estudo investigou um determinado extrato temporal da vida institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques. Este recorte de tempo, já explicitado por Richardson et al. (2011), é indispensável para que o projeto aconteça de fato, seja exequível; portanto, é necessário estabelecer datas limites. Para o presente estudo, e para que se consiga atingir as metas propostas nos objetivos gerais e específicos, o recorte temporal investigou as fontes documentais produzidas no período de 1961 a 1982.

Definidos a pergunta e os objetivos descritos na seção 1.1, determinou-se o tipo de pesquisa: a pesquisa histórica com seus métodos específicos, o levantamento bibliográfico; as fontes documentais e as fontes orais. São estes processos específicos da pesquisa histórica que, segundo Barros (2015, p. 25, grifos do autor), dão a este estudo a “[...] *viabilidade* da investigação e a *originalidade* [...]” que possibilitaram a constituição do *corpus* documental da história institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

A abordagem qualitativa de conteúdo foi um dos vieses deste estudo, com vistas a balizar as fontes orais, cujas narrativas, juntamente com documentos

⁶ BORG, Walter. Investigación educacional: una introducción. In: HAYMAN, J. C. **Investigación y educación**. Buenos Aires: Paidós, 1974.

impressos, compõem o fundo documental. Trata-se de confrontar fontes orais e documentais e, com isso, formar o constructo deste estudo. Segundo Bardin (1977, p. 30-31), “[...] um método muito empírico depende do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objectivo”.

A história oral, garimpada a partir das narrativas de servidores ativos, inativos e discentes, coletada por meio de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A), é fonte essencial ao trabalho do pesquisador, definida por Richardson et al. (2011, p. 253) como “[...] aquela que teve uma relação física direta com os fatos analisados [...]”. Agregada aos registros existentes em arquivos públicos e privados, ajudam a descrever o cenário no qual a Biblioteca Clóvis Vergara Marques foi concebida como um setor pedagógico importante dentro da Escola Técnica de Comércio.

O planejamento inicial deste estudo, com base na bibliografia disponível, envolveu a coleta de documentos e buscas de fontes orais que pudessem trazer fatos relevantes para este estudo, etapas descritas a seguir.

3.1 O DOCUMENTO COMO FIO CONDUTOR DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A história institucional, para ser validada/aceita em meios acadêmicos, exige, no seu *corpus*, documentos formais, registros produzidos para consolidação de atos administrativos e perpetuação de sua intenção em determinados períodos de tempo nos quais ocorreram.

A busca de provas em espaços formais de armazenamento e guarda de documentos institucionais foram realizadas no Arquivo Histórico Prof. Pery Pinto Diniz da Silva, da Faculdade de Ciências Econômicas, na Biblioteca Central da UFRGS e nos documentos históricos guardados na sala 817 do *campus* Porto Alegre do IFRS. Uma busca manual em livros de registros de pessoal, atas, relatórios, correspondências expedidas e recebidas deram pistas para se ter uma ideia de como ocorria a administração da Escola Técnica de Comércio e a organização de seus espaços de ensino. Percebem-se algumas das questões que levaram o professor Vergara a prospectar a criação de uma biblioteca com acervo específico para os alunos da ETC.

Para que a pesquisa tivesse robustez na sua fundamentação, foi realizada uma busca em jornais locais, optando-se pelo jornal *Correio do Povo*, já que este periódico aparecia diversas vezes nas correspondências expedidas como meio

divulgador dos cursos da ETC, bem como nos boletins de gestão emitidos pela UFRGS, dentro do recorte temporal estabelecido para o estudo.

Muitas das informações utilizadas neste trabalho foram extraídas dos livros de correspondências expedidas ou recebidas na década de 1980 e do Relatório de Atividades Desenvolvidas pela Escola Técnica de Comércio no Período Letivo de 1981, enviado pela Direção a Pró-Reitoria de Administração da Universidade, conforme ofício nº83/82, também dentro do recorte temporal eleito para este estudo, 1961 a 1982. Tais documentos, apesar de escassos, foram encontrados na sala 817 do *campus* Porto Alegre e contribuíram para formar o fundo documental utilizado na presente pesquisa. Juntaram-se a essas fontes dois documentos cedidos pela professora Elisabeth Passos, a partir de seu arquivo pessoal, uma portaria interna (Anexo A), datada de 14 de abril de 1982, e o Ofício nº 90/89 (Anexo B), datado de 14 de abril de 1989, que confirmam os dados vistos anteriormente no projeto de constituição da Biblioteca Clóvis Vergara Marques, hoje desaparecido.

Na subseção que segue, são abordadas as fontes utilizadas na pesquisa, com destaque para os sujeitos da pesquisa, quatro senhoras que aceitaram se envolver neste estudo quando convidadas a falar de fatos que deram origem à Biblioteca, fontes orais que, agregadas aos documentos, consubstanciaram a história institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

3.2 A ORALIDADE: VOZES QUE CONTAM UMA HISTÓRIA

Este trabalho não aconteceu de forma solitária, muitas são as pessoas envolvidas neste processo de pesquisa e escrita histórica. Estou desde o ano de 2010 no *campus* Porto Alegre em busca de documentos que melhor revelem meu local de trabalho. Ouvir e me interessar pela história da “minha biblioteca” não era o suficiente, nem tampouco realizar buscas nos arquivos institucionais e pesquisas bibliográficas.

A generosidade e o conhecimento de uma servidora – que também foi fonte oral desta pesquisa – por alguns fatos que aconteceram na ETC foi importante e contribuiu grandemente na busca por fontes orais que pudessem testemunhar as intenções que levaram à idealização da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

Quatro mulheres foram selecionadas para este estudo. Para Tomphson (1998, p. 10), “[...] a história sobrevive como atividade social apenas por ter hoje um

sentido para as pessoas. A voz do passado tem importância para o presente. Mas de quem é a voz – ou de quem são as vozes – que se deve ouvir?”. No caso desta pesquisa, foram as vozes de quatro senhoras, uma professora e três alunas que vivenciaram as rotinas da ETC e o início de concepção da Biblioteca.

Essas senhoras, mais tarde, tornaram-se servidoras públicas e atuaram na ETC como servidoras, sendo que uma delas ainda hoje atua no *campus* Porto Alegre. Portanto, tiveram uma trajetória longa e significativa junto à instituição. Dentre o universo das entrevistadas, apenas uma das senhoras pediu para não ser identificada e será tratada neste estudo com um nome fictício, Teresa.

Essas mulheres conviveram com o professor Vergara e algumas delas foram levadas e mantidas no ensino profissionalizante por ele. São elas: Ana Springer, ex-aluna e hoje servidora no *campus* Porto Alegre; Teresa, ex-aluna e atualmente servidora da UFRGS; Liana Yara Richter, ex-aluna na década de 1970 e posteriormente professora e diretora da ETC, na década de 1990; Elisabeth Ibarra Passos, professora de Biblioteconomia e Arquivologia da UFRGS, hoje aposentada.

A entrevista foi o instrumento escolhido para colher os depoimentos, através da gravação digital, meio para reter os discursos e permitir, em algumas situações, a confrontação não só com os documentos, mas também com a fala das demais participantes da pesquisa (GODOI, MATTOS, 2012). Na subseção seguinte, dá-se continuidade à abordagem da história oral, com ênfase ao instrumento utilizado para captar as fontes orais: a entrevista.

3.2.1 A entrevista como meio de ressignificação da história institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques

A comunicação escrita e oral foi e é, desde sempre, a forma por meio da qual os humanos reafirmam suas relações (BAUER, GASKELL, ALLUM, 2002). E, é por meio da palavra grafada no papel e da oralidade que são construídas as histórias pessoais e institucionais. Segundo os autores o mundo que vivenciamos é constituído “através de processos de comunicação” Bauer, Gaskell, Allum (2002, p. 20), assim com a pesquisa social “[...] apoia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social[...].” Bauer, Gaskell, Allum (2002, p. 20), resultantes e construídos “[...] nos processos de comunicação”. (BAUER, GASKELL, ALLUM, 2002, p. 20).

A entrevista é uma técnica de pesquisa que proporciona a busca de respostas para estudo onde os documentos não são suficientemente claros, ou não respondem sozinhos aos objetivos do pesquisador em seu trabalho. Para Meihy e Holanda (2015, p. 13), a entrevista é precedida por um conjunto de procedimentos “realizados no tempo presente”, pontos de partida para a construção da história oral e que implicam criar registros, fundamentações, respostas aos objetivos previamente descritos em um projeto de pesquisa e que podem vir a ser determinantes na formação da história das instituições e de grupos sociais.

No projeto desta dissertação, essa metodologia já estava implícita: uma pesquisa empírica, temática (FREITAS, 2006), de cunho histórico, apresentada e aceita na linha de pesquisa “Informação, Sociedade e Memória” do PPGInfo da Udesc.

As pistas deixadas por documentos e os objetivos deste estudo serviram para determinar as perguntas que seriam levadas até as entrevistadas. Construiu-se um roteiro (Apêndice A) capaz de nortear os encontros e de servir como auxílio na condução dos diálogos mantidos com as colaboradoras do estudo.

Antes que as entrevistas fossem concretizadas, foi realizado um pré-teste com servidores que conheciam a história da ETC e que hoje atuam no *campus* Porto Alegre, até que este instrumento fosse tido como apropriado. O roteiro de entrevista foi encaminhado, juntamente com o restante da documentação do projeto, ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Udesc (CEPSH/ Udesc), órgão responsável por “revisar eticamente toda e qualquer proposta da pesquisa envolvendo seres humanos [...]” (CEPSH/Udesc, 2016), para só então as entrevistadas serem contatadas.

Foram propostas cinco questões abertas (Apêndice A), que possibilitaram um diálogo informal com essas senhoras. Trivinos (1987) destaca a importância da oralidade para a construção da história institucional e o cuidado necessário para a seleção dos sujeitos de pesquisa.

É útil esclarecer, para evitar qualquer erro, que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semiestruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram *a priori*. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas. (TRIVINOS, 1987, p. 146)

As questões discutidas anteriormente e a base teórica que as amparam direcionou este estudo para a utilização da entrevista semiestruturada como instrumento de mediação junto às entrevistadas. A entrevista propiciou um diálogo fácil, tornando os encontros agradáveis e deixando as senhoras à vontade para externarem seus pensamentos. Segundo Trivinos (1987), Manzini (2004) e Freitas (2006), a entrevista semiestruturada concede mais liberdade de expressão aos sujeitos envolvidos na pesquisa, pois permite que os entrevistados tragam para a conversa fatos que ficaram de fora das questões levantadas no roteiro, não pensados ou até mesmo desconhecidos pelo pesquisador.

As pessoas envolvidas foram comunicadas acerca do objetivo da pesquisa e dos aspectos legais que nortearam este trabalho, com total segurança quanto à guarda de seus direitos de escolha de serem ou não identificadas, bem como dos procedimentos necessários para uso, guarda e armazenamento dos depoimentos. Todos estes cuidados são necessários para que se construam procedimentos confiáveis na execução de uma pesquisa acadêmica. Para Meihy e Holanda (2015, p. 15), “não é apenas a entrevista ou outra fonte oral que marca a história oral”, e sim um conjunto de procedimentos que exigem planejamento para sua execução e que devem corresponder aos objetivos da pesquisa.

Os encontros foram agendados com antecedência⁷: dois ocorreram em locais públicos e os demais nas residências das entrevistadas. Três entrevistadas autorizaram a gravação. Os encontros gravados com autorização duraram em torno de uma hora a uma hora e trinta minutos. Teresa preferiu uma conversa informal, permitindo que fossem feitas apenas anotações.

Alguns teóricos brasileiros discorrem sobre a forma de construção da história oral e a problemática da falta de sistematização que envolve vários estudos na área. Para esses autores, isso ocorre, por vezes, pelas falhas no estabelecimento de uma metodologia e na escolha de um modelo ou técnica para a análise e a apresentação dos dados coletados.

Dentre estes teóricos, estão Meihy e Holanda (2015), Freitas (2006), Alberti (2003) e Minayo (2013). Para esses autores, a pesquisa precisa ser validada por meio de procedimentos científicos. A história oral obtida por meio de entrevistas e as

⁷ Os locais para as entrevistas foram determinados pelas colaboradoras do estudo.

narrativas, para que sejam aceitas como tais, necessitam passar por processos de análise/interpretação que gerem resultados.

Levando-se em conta os pressupostos levantados e o caráter acadêmico deste estudo, foi necessário estabelecer uma metodologia, eleger um modelo de aplicação e análise de resultados, a fim de que os discursos resultantes deste estudo recebessem um tratamento, uma análise que alcançasse um resultado, uma resposta para o estudo em questão. Bauer, Gaskell e Allum (2002, p. 19) descrevem estes processos em quatro dimensões: primeiro, “[...] delineamento da pesquisa de acordo com seus princípios estratégicos [...]” – no caso deste estudo, a pesquisa histórica; segundo: geração e coleta de dados – para este estudo, as fontes documentais e orais; terceiro: análise dos dados – seleção da documentação pertinente, transcrição das entrevistas e análise do *corpus* constituído para a pesquisa; e quarto: chegar a um resultado válido ou não.

A pesquisa qualitativa se mostrou a metodologia pertinente a ser adotada, por conta da base teórica por onde transita este estudo. Sua sistematização possibilita que os registros, documentos e falas agreguem valor histórico e cultural e possam gerar inferências/interpretações Bardin(1997) que colaborem com a memória institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

Neste estudo, a Análise de Conteúdo (AC) se mostrou a técnica mais apropriada para uma abordagem qualitativa das fontes selecionadas. Desenvolvida por Bardin (1977), esta técnica permite uma melhor utilização das fontes orais captadas através da entrevista. Para que a pesquisa tenha fundamentação, segundo Minayo (2008) é necessário que se trabalhe em cima de “[...] conceitos, preposições, métodos e técnicas [...]” (MINAYO, 2008, p. 25).

A Análise de Conteúdo teve por base as narrativas resultantes das entrevistas, que totalizaram 22 laudas e aproximadamente trinta horas de transcrição. O processo de recorte e análise das transcrições contou com o auxílio de tecnologias próprias para este fim: o *software* alemão MaxQdata⁸, na sua versão

⁸ O MAXQDA é um *software* profissional para análise de dados qualitativos e métodos mistos de pesquisa. O uso do MAXQDA é reconhecido pela comunidade científica internacional e atualmente ele é utilizado por milhares de acadêmicos ao redor do mundo. Ele está disponível como uma aplicação universal para os sistemas operacionais Windows e Mac OS X. O MAXQDA pode ser usado na análise de todos os tipos de dados não estruturados, tais como entrevistas, artigos científicos, arquivos multimídia, perguntas de questionários, dados do Twitter, entre muitas outras possibilidades. Disponível em: <<http://www.maxqda.com/portugues-do-brasil>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

free, que proporcionou a migração das entrevistas transcritas e permitiu que se criassem estratégias que colocassem em evidência trechos e parágrafos extraídos das transcrições, com a finalidade de responder às questões selecionadas do roteiro de entrevista (Apêndice A) e, ao mesmo tempo, dialogar com os objetivos específicos. Estas questões embasaram a análise resultante das entrevistas, armazenadas em tecnologia digital.

As narrativas gravadas foram transcritas⁹ e migradas para o *software*, que, entre algumas de suas funcionalidades, após a definição das estratégias, permite a categorização e a criação de indicadores que otimizaram a análise dos dados, as fontes orais, e oportuniza o cruzamento e a comparação das narrativas, suas análises ou inferências, como prefere utilizar Bardin (1977).

Caregnato e Mutti (2006) também tratam a comunicação, a palavra, como um meio capaz de produzir conhecimento. Para as autoras,

A maioria dos autores refere-se à AC como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicável ao seu contexto social. Na AC o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 682)

A representação das entrevistas em unidades de registros, originadas a partir da seleção dos temas/categorias, identifica termos comuns, frases ou parágrafos onde as narrativas de cada entrevistada podem compor um conjunto de percepções, por vezes não registradas nas questões propostas no roteiro (Apêndice A). Para Bardin (1977, p. 42-43), “esta abordagem tem por finalidade efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens)”, ou seja, a AC permitiu ver onde as falas se encontravam, representando uma mesma ideia, se apresentavam características comuns, se iam de encontro aos documentos e se, em alguns casos, até assumiam pontos de vista contraditórios.

Para Bauer (2002, p. 195), “[...] os métodos não são substitutos de uma boa teoria e de um problema de pesquisa sólido. A teoria e o problema – que carregam

⁹ Gravações de uma hora, uma hora e meia, levaram em torno de cinco a dez horas para serem transcritas.

em si os preconceitos do pesquisador – serão responsáveis pela seleção e categorização dos materiais de texto, tanto implícita, como explicitamente”. Com base nas premissas eleitas, a pesquisa se desenvolveu de acordo com os objetivos pretendidos. Prevaleceu a base teórica adotada na História Cultural, que permitiu colocar os sujeitos (pesquisado e pesquisador) como partes importantes para a construção da história das instituições, dando-lhes sentido de pertencimento, mas, ao mesmo tempo, não prescindindo de um método que validasse essas percepções.

Na busca de uma indagação que respondesse ao problema de pesquisa da dissertação, o presente estudo almejou um pouco mais: tratar as fontes documentais e fontes orais com a maior isenção possível e fazer o registro de todo o fundo documental encontrado, quer seja no formato impresso, quer seja no formato digital (em uma publicação), bem como construir e perpetuar, a partir destes dados, a história institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques e disponibilizá-la para acesso (Apêndice B).

Este aspecto não só atende a uma exigência do Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, da Udesc, por seu caráter de educação continuada, de inserção no mercado de trabalho de pessoas aptas a inovar, a rever e melhorar seus métodos de trabalho, mas também é uma resposta do investimento feito com verba pública na formação dos estudantes de pós-graduação.

Os resultados desta pesquisa são apresentados a seguir. As fontes documentais, que, mesmo esparsas, confirmam os processos de criação da Biblioteca Clóvis Vergara Marques, e as fontes orais, que colocam indivíduos no local e no tempo da ação investigada, são capazes de motivar um grupo social, por vezes disperso, em uma instituição de ensino.

4 BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES DO IFRS CAMPUS PORTO ALEGRE: INDÍCIOS

A história do ensino técnico profissionalizante passou por diversas mudanças devido às conformações políticas que se alteravam e das quais era dependente. A escola, como ente social complexo, passa por essas transformações, adequando-se de acordo com as propostas de ensino impostas.

O recorte temporal de 1961 a 1982 representa um cenário de mudanças para as políticas de ensino no Brasil. Segundo Saviani (2005, p. 34), “sob a hegemonia das ideias novas” é proposto um projeto de ensino voltado para o produtivismo, quase um adestramento. Consolidam-se os colégios de aplicação, são criados os ginásios vocacionais e é dado ênfase ao ensino de Ciências e Matemática. Este espírito pouco inovador, conforme Saviani (2005), surge com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961).

Em 1964, com o golpe militar, toda a legislação educacional é reorientada. As propostas vigentes de ensino são ajustadas conforme o novo projeto político. Em um curto espaço de tempo, a partir da Lei nº 5.692, de 11 de agosto 1971, o ensino profissionalizante passa a ter a duração de três anos, enfatizando habilidades que qualificassem a mão de obra disponível. Houve uma preocupação com o desenvolvimento industrial e de serviços. O foco era o chão de fábrica. Para Saviani (2005), mantém-se o dualismo explícito na construção das políticas educacionais e a blindagem do ensino superior às classes trabalhadoras.

A Escola Técnica de Comércio enfrentou diversas dificuldades para se adequar às novas propostas de ensino. De acordo com a história oral e os documentos impressos encontrados, seus alunos pertenciam aos extratos sociais menos privilegiados. Tratava-se de educandos que necessitavam de formação qualificada para atender às exigências do mercado de trabalho e que precisavam compor ou aumentar a renda familiar. Com uma estrutura ainda deficitária, falta de professores, setores de auxílio à aprendizagem precários e ausência de biblioteca, o corpo docente tinha que se reinventar para cumprir as metas propostas para certificar seus alunos, os quais recorriam às bibliotecas da Universidade em busca de auxílio à pesquisa e ao ensino.

Na esteira de tantas mudanças, o artefato livro e o ambiente biblioteca ainda eram fortes indicadores e fronteiras explícitas de extratos sociais, círculos fechados

em uma sociedade autoritária. Segundo Souza (2005), esses elementos, o livro e o espaço de leitura, conjugavam em si as escalas de contrastes macroscópicos entre dominantes e dominados, ideia presente nas políticas de educação profissional nas décadas de 1960 a 1980, reafirmando o conceito de dualismo presente no discurso de Saviani (2005).

A concepção de poder representado pela posse de um bem aparece na obra de Maranon (2010), quando o autor se refere às instituições biblioteca e arquivo. Para o autor, bibliotecas e arquivos não eram instituições democráticas como são hoje conhecidas, pois eram criadas com a finalidade de guardar documentos gerados para o “exercício de algum tipo de poder” (MARANON, 2010, p. 12). São nestes espaços, reservados a poucos, que estas instituições se consolidaram.

Desde então, a história das bibliotecas vem passando por gradativas transformações. Para Martins (2002), este é um processo ininterrupto e simultâneo, descrito em quatro fases: a primeira, laicização; a segunda, democratização; a terceira, especialização; e a quarta, socialização.

A instituição biblioteca tem procurado acompanhar as evoluções sociais. Aos poucos, foi tornando seu acervo laico e constituindo sua coleção com obras que contribuíssem com a formação cultural das sociedades nas quais estava inserida. As ordens religiosas, obviamente, continuaram existindo, como se pode verificar na sociedade atual, mas suas concepções de ensino e de acesso mudaram consideravelmente.

Assim como o livro perde sua concepção de sagrado e sigiloso, tornando-se um instrumento de formação e cultura ao alcance de todos, a sociedade passa a apoiar-se mais em documentos do que em dogmas e faz do contrato sua garantia na execução de compromissos formais, em vez de mandamentos, e se utiliza da crítica e da análise científica para fazer o contraponto a ditas revelações. Para Souza (2005), a instituição biblioteca ainda precisa reestabelecer sua importância, derrubando o estigma que ainda carrega de ser uma guardiã, um depósito do saber.

Em sua trajetória a biblioteca serviu a reis e sacerdotes, filósofos e eruditos, ao sagrado e às elites culturais. Por muitos anos foi guardiã dos saberes acumulados pelos conquistadores e dos tesouros e segredos dos dominadores. No terceiro milênio a biblioteca tem que reencontrar sua importância social, vencendo o desafio de ser mais do que guardiã da cultura, uma provedora de informação, educação e cultura e uma servidora da sociedade, que vai ao encontro de suas necessidades básicas de bem estar, que coopera lado a lado com suas organizações comunitárias, que se

aproxima de outras agências provedoras e se reconhece parceira e apoiadora de todas as iniciativas que objetivam reduzir os índices de subdesenvolvimento humano, de uma maneira cada vez mais universal. (SOUZA, 2005, p. 11)

As bibliotecas, conforme Martins (2002) transformam-se em instituições laicas e civis, públicas no sentido estrito da palavra, com seus acervos abertos, tornando-se, de fato, instrumentos úteis às sociedades que as cercam, cumprindo seus objetivos democráticos, cooperando com o avanço do conhecimento através de pesquisas científicas nas bibliotecas especializadas e atuando nos demais níveis de ensino por meio de bibliotecas escolares e universitárias, sendo, ainda, fonte de lazer e cultura para aqueles que as procuram com esta intenção.

Na década de 1990, as bibliotecas modificam grandemente os serviços e os processos de trabalho na área de Biblioteconomia. Para Sales e Sayão (2012), este salto para o mundo contemporâneo causa um rebuliço nas unidades de informações localizadas nos grandes centros econômicos, especificamente no Brasil. Sistemas automatizados são utilizados na inserção de acervos, nos serviços oferecidos, na pesquisa, nos serviços de circulação e principalmente na disseminação seletiva da informação, permitindo que o usuário cadastrado saiba que obras de seu interesse constam ou foram adquiridas nas suas instituições. Assim, esta relação é facilitada e reforçada, e os vínculos, por conta da prestação de um serviço eficiente, estreitados. A biblioteca não é mais meramente um depósito de livros: é um ente dinâmico, abrigando os mais diferentes formatos, totalmente voltados para a coletividade.

Há uma otimização na prestação de serviços das bibliotecas, devido à utilização de ferramentas tecnológicas. Para Oliveira (2010), “o papel da biblioteca como um organismo social” só se ratifica com estas ações. Para a autora, a transformação do documento em uma fonte de informação segura depende da ação humana, “através das ferramentas da documentação (registro, catalogação e sistematização) [...]” (OLIVEIRA, 2010).

Para Santos (2010, p. 59), “[...] a biblioteca não deve ser entendida apenas como um fenômeno social e cultural, mas sim como uma instituição social das mais complexas e importantes do sistema de comunicação humana [...]”. Responsável pela preservação e transmissão da cultura, por conta de suas especificidades armazena e dissemina o conhecimento e, com o advento das tecnologias, coloca em prática a teoria da biblioteca sem paredes.

As bibliotecas, assim “como arquivos e museus” Maranon (2010, p. 28), constroem-se e se reconstituem em torno da memória. Para o autor, estas organizações são concebidas a partir de um princípio político, de uma preocupação com projetos de “construção ou manutenção de identidades locais ou globais [...]” Maranon (2010, p. 28), e de elementos articuladores de uma identidade, quando estes ambientes de informação são reconhecidos como elementos de representatividade de um grupo social, que se percebem como parte de instituições que “[...] representam um passado comum, agindo no imaginário e no cotidiano dos indivíduos como lugares privilegiados no convívio social” (MARANON, 2010, p. 29).

A história institucional é construída a partir destas representações – individuais ou coletivas – de indivíduos que circulam nestes ambientes, denominados por Nora (1993, p. 21) como “os lugares de memória”, que podem ocorrer em três sentidos distintos: o material, o simbólico e o funcional.

Na construção desta pesquisa, o sentido simbólico se firmou como o mais pertinente, pois fez-se da história oral e do documento impresso o lastro na constituição da memória institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques. Os fragmentos de memória recuperados por partes dos sujeitos envolvidos neste estudo possibilitaram que, ao rememorarem, fortalecessem as relações de pertencimento ao ambiente no qual não mais interagem. Para Nora (1993, p. 21), “[...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma áurea simbólica [...]”, e se o sujeito se vê e se reconhece neste espaço reconstruído por suas lembranças e o torna fato ou tempo histórico.

A regressão temporal exigida das alunas e servidoras da ETC envolvidas neste estudo foi uma viagem ao passado. Elas recuperaram e compartilharam fragmentos de memória e, por meio deles, expressaram suas histórias. Com isso, realizaram uma seleção do que mereceu ou julgaram conveniente lembrar. Conforme Le Goff (1990, p. 13), “[...] o tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta [...]”. O autor ressalta a necessidade que muitas vezes se tem do rememorar para se sentir parte de uma história local. Com isso, constrói-se o rito e cria-se um vínculo. É construída uma simbologia por um indivíduo ou seu coletivo social, o que pode lhes dar um sentimento de pertencimento (NORA, 1993).

Para Maranon (2010, p. 8), as memórias coletivas “[...] não existem no singular [...]”, são composições diversas, “[...] memórias subalternas que se

relacionam de forma diversa com a memória oficial [...]” (MARANON, 2010, p. 8). Por estarem submersas, até certo ponto esquecidas e serem passíveis de seletividade, precisam ser analisadas com cuidado e imparcialidade pelo pesquisador.

Para Nora (1993) e Maranon (2010), nesta busca do passado por uma identidade ou pelo reconhecimento de seu pertencimento, os indivíduos criam espaços, lugares comuns para um coletivo social – no caso da presente pesquisa, a biblioteca. Trata-se de espaços que “[...] podem ser simbólicos ou físicos [...]” (MARANON, 2010, p. 8). Seu simbolismo se reafirma quando ocorre uma representação de um local, de um fato a partir da memória; uma “[...] função informacional [...]” Maranon (2010, p. 8), que, ao recuperar lembranças de determinados acontecimentos, traz para o presente os sujeitos e os fatos ocorridos nestes ambientes, indo ao encontro das percepções de Maranon, que vê “[...] arquivos, bibliotecas e museus como lugares de memória [...]” (MARANON, 2010, p. 8).

4.1 A ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

A formação para o trabalho é pensada a partir do início do século XX como alternativa de geração de mão de obra, mas, segundo Biagini, não para resolver a questão da mão de obra qualificada, já que o país, neste período, tem toda a sua economia voltada para o setor agrário e de exportação. Servia para consolidar a criação de guetos e aumentar a disparidade social no país, pois restava aos pobres e a seus descendentes a formação de chão de fábrica, e à população abastada o acesso à universidade. No governo de Nilo Peçanha esta situação é ratificada, como está explicitado na obra de Machado¹⁰ apud Biagini:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-lo adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; *que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação.* (MACHADO, 1982 apud BIAGINI, s. p., grifo do autor)

¹⁰ MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho**: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiros. São Paulo: Cortez, 1982

O ensino técnico tem sua origem em 1909, quando Nilo Peçanha assume a presidência do Brasil, por conta da morte de Afonso Pena, em 14 de novembro de 1909. É a partir desta data que surgem os primeiros centros de formação profissional, as Escolas de Aprendizes, criadas com os seguintes propósitos: “A educação articulada ao trabalho surge, então, como marca de ‘preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional” (KUENZER¹¹, 1992, s.p. apud BIAGINI, s.p.). Restavam para pobres, negros e mulheres os ofícios ditos de segunda, ou muitas vezes nem isso. Este projeto de ensino foi construído com a finalidade de estabelecer castas e ratificar extratos sociais já existentes (ARANHA, 1991, p. 5).

O ensino profissionalizante, como já dito anteriormente, tem sua origem durante o governo do presidente Nilo Peçanha. É neste governo que se pensa em uma política educacional considerada pouco instrutiva, podendo até ser chamada de tosca, elitista. Criam-se, então, as já mencionadas Escolas de Aprendizes, cuja concepção parte do princípio de qualificar os pobres, de certo modo criando guetos, já que o pensamento da época era que somente os filhos dos nobres poderiam ascender a categorias ou profissões tidas como pertencentes à elite, aos que “tinham berço”. Para estes últimos, era reservada a formação especializada: médicos, engenheiros, juristas; já para os primeiros restava a formação básica, ou ofícios, como eram denominadas as atividades de sapateiros, marceneiros, ferreiros, tipógrafos, etc.

Quando o país começa a se modernizar, já na metade do século XX, partindo de uma economia agrícola rumo à modernização industrial, o ensino profissional vai, paulatinamente, sofrendo diversas mudanças – entre elas, está a Lei nº 4.024, de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), segundo Saviani (2005, p. 35) conhecida pelo *slogan* “ensino secundário para nossos filhos e ensino profissional para os filhos dos outros”. Este dualismo exposto pelo autor evidencia mais uma vez que a política educacional pensada privilegiava as elites, mantendo para os seus a prioridade do acesso ao ensino superior, restando ao resto da população o ensino profissional, ou seja, a “unificação legal do produtivismo

¹¹ KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

pedagógico [...]” (SAVIANI, 2005, p. 34). Diferentemente da história da educação profissional que se desejava, a LDB de 1961 define bem os papéis de cada nível de ensino e as classes a que visava atender.

Com a ditadura militar imposta em 1964, a LDB de 1961 é em parte revogada. Segundo Aranha (1991, p. 254), as Leis nº 5.540, de 1968, e nº 5.692, de 1971, são impostas “autoritariamente à sociedade civil por militares e tecnocratas”, que dão ao ensino um caráter fortemente tecnicista.

A expansão do ensino comercial, segmento com o qual lida a ETC desde a sua fundação, resultou do próprio desenvolvimento econômico do Brasil na virada do século XX, quando o país começa a abandonar uma economia exclusivamente agrícola. Surgem mercados consumidores mais promissores e a produção em larga escala de bens industrializados. Criam-se as empresas de grande porte, com operações vinculadas ao comércio exterior e com necessidades de importação e exportação de bens. Para Saes (2001), a expansão do ensino comercial foi uma resposta à necessidade crescente de “profissionais qualificados para as tarefas de gestão” (SAES, 2001, p. 44). Para o autor, a urgência em promover a qualificação profissional acontecia tanto por parte do governo, que promovia a ampliação das estruturas do Estado, quanto para as empresas, que buscavam enfrentar o crescente nível de complexidade da economia nacional.

No Rio Grande do Sul, tais mudanças também eram percebidas. Havia uma Porto Alegre em plena expansão econômica. Comércio e indústria tinham carência de mão de obra qualificada. Faltavam cursos superiores nas áreas comerciais e econômicas. É neste cenário de desenvolvimento econômico que nasce a Escola de Comércio de Porto Alegre:

[...] da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre criou-se uma comissão constituída pelos professores Manoel André da Rocha, doutores Leonardo Macedonia Franco e Souza e Francisco Rodolpho Simch, com a finalidade de elaborar o projeto para criação de uma Escola de Comércio. [...]. Na 66ª reunião de Congregação da Faculdade, realizada em 26 de novembro de 1909, o senhor Normélio Rosa relata o parecer favorável de sua comissão ao projeto. [...] ‘O professor Desembargador Manoel André da Rocha declarava fundada a Escola de Comércio de Porto Alegre, custeada e anexa à Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre’. (VIZENTINI, 1979, p. 9-10)

Em 26 de novembro de 1909, foi criada a Escola de Comércio de Porto Alegre, com a proposta de minimizar a falta de recursos humanos especializados, anexa e custeada pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Segundo estudo

realizado pelo Departamento de Pesquisa Institucional da UFRGS (1983), do ponto de vista pedagógico:

[...] a Escola de Comércio de Porto Alegre organizou-se obedecendo ao Decreto Federal nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905, que fixava normas para a organização de um plano curricular pragmático, nos moldes dos já seguidos pelas escolas de comércio de São Paulo e Rio de Janeiro. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1983, p. 31)

O Decreto Federal nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905 (BRASIL, 1905), foi alterado pelo Decreto Federal nº 20.158, de 1931(CÂMARA DE DEPUTADOS, 1932), que reformulou o ensino comercial em todo o país.

A Escola de Comércio de Porto Alegre oferecia dois cursos com níveis diferentes de ensino, o Curso Geral, que teve início em 1910, e o Curso Superior, ambos com um ano de duração. O Curso Geral foi o primeiro a ser ofertado, já que o acesso ao Curso Superior dependia da conclusão do primeiro.

O acesso ocorria por meio de prova de seleção, na qual os conhecimentos de Português, Francês, Alemão, Inglês, Matemática, História, Estenografia e Caligrafia eram avaliados. Em 10 de dezembro de 1911, a Escola de Comércio formou sua primeira turma no Curso Geral. São estes formandos que vão integrar e formar a primeira turma do Curso Superior. Graduaram-se em 18 de novembro de 1913.

Desde sua fundação, a Escola de Comércio ficou instalada no subsolo da Faculdade de Direito até o ano de 1935, sob a direção do desembargador Manoel André da Rocha. Dependente da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, a Escola de Comércio de Porto Alegre permaneceu subordinada a esta por trinta e cinco anos.

Em 1916, o Decreto nº 3.169, de 4 de outubro do mesmo ano, aprovado pelo Congresso Nacional no governo do presidente Wenceslau Braz, declarou a Escola Técnica de Comércio como instituição de utilidade pública, desde que executasse o programa de ensino de acordo com as diretrizes do Decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905. Este decreto determinou que o ensino deveria ser essencialmente prático. Mais tarde, em 1931, passou por uma nova reorganização do ensino, por conta do Decreto nº 20.158, dentro do contexto da Revolução de 1930, onde a preocupação com o ensino aumentou (VIZENTINI, 1979). A escola adere a mais esse projeto político, e com isso garante o registro dos diplomas de seus alunos.

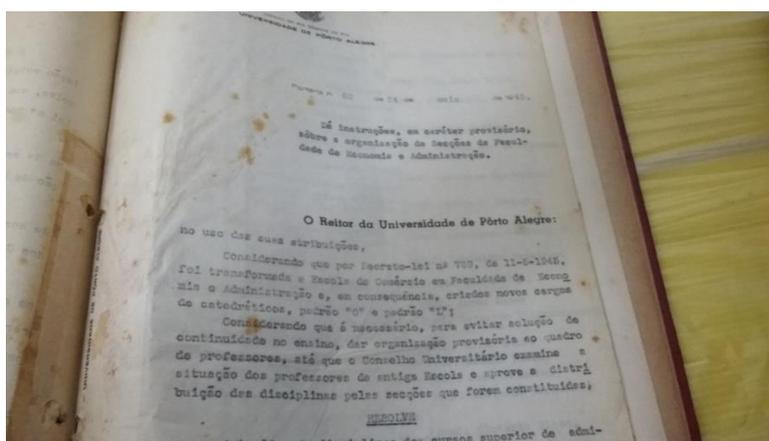
Devido ao nível de excelência de seus currículos, a EC cresceu, atingindo um alto padrão de ensino, que resultou em grande procura pelo Curso Superior, assim como pelo curso Técnico de Perito Contador, que substituiu o Curso Geral.

No ano de 1933, criou-se o curso Propedêutico¹², com três anos de duração, em substituição ao Curso Técnico de Perito Contador. Vizentini (1979) registra em sua obra a mudança, que ocorre por conta de mais uma alteração nas diretrizes de ensino para os cursos comerciais oferecidos no Brasil.

Em 28 de novembro de 1934 foi criada a Universidade Porto Alegre, pelo Decreto nº 5.758, e a Faculdade Livre de Direito e sua Escola de Comércio fundiram-se à nova Universidade pelo Art. 2º do mesmo Decreto. Com isso, as duas instituições de ensino passaram a depender financeiramente do Estado. Em 1939, o Curso Técnico foi substituído pelo Curso de Contador e, em 1948, passou a se chamar Curso Técnico em Contabilidade (UFRGS, 1983, p. 24).

O Decreto-Lei nº 789, de 11 de maio de 1945 (Figura 1), transforma a Escola de Comércio na Faculdade de Economia e Administração, desvinculando a Escola definitivamente da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, subordinando-a integralmente à Faculdade de Economia, sendo ambas antes dependentes do Estado. Em 1947, por ser uma extensão da Faculdade de Economia, incorporou-se à Universidade do Rio Grande do Sul (URGS).

Figura 1 - Decreto-Lei nº 789, de 11 de maio de 1945



Fonte: a autora, 2016. Portarias 1953 - 1962. Arquivo Histórico Prof. Pery Pinto Diniz da Silva da Faculdade de Ciências Econômicas.

¹² “Em geral, refere-se a uma educação iniciadora para uma especialização posterior. Como característica principal, temos uma preparação geral básica capaz de permitir o desdobramento posterior de uma área de conhecimento ou estudo” (MENEZES, SANTOS, 2001).

Quadro 1 – Transcrição do Decreto-Lei nº 789, de 11 de maio de 1945

Estado do Rio Grande do Sul
Universidade de Porto Alegre

Portaria n. 82, de 24 de maio de 1945.

Dá instruções, em caráter provisório
sobre a organização de secções da Faculdade de Economia e Administração,

O Reitor da Universidade de Porto Alegre:

no uso de suas atribuições,

Considerando o Decreto-lei nº 709, de 11-5-1945, foi transformada a Escola de Comercio em Faculdade de Economia e Administração e, em consequência, criados novos cursos de catedráticos, padrão “O” e padrão “L”;

Considerando que é necessário, para evitar solução de continuidade do ensino, dar organização provisória ao quadro de professores, até que o Conselho Universitário examine a situação dos professores da antiga Escola e aprove a distribuição das disciplinas nas secções que forem constituídas.

RESOLVE

Art. 1º - As disciplinas dos cursos Superior de Administração e Economia [...].

Fonte: a autora, 2016. Portarias 1953 - 1962. Arquivo Histórico Prof. Pery Pinto Diniz da Silva da Faculdade Ciências Econômicas.

Os anos de 1945 a 1950 foram tempos difíceis para a EC, pois, com todas as mudanças pelas quais passou, sem planejamento, sua pouca autonomia era comprometida pela falta de orçamento. Muitos de seus professores atuaram nos cursos sem rendimentos. Docentes da Faculdade de Economia se revezavam para

dar conta das disciplinas e com isso impedir o fechamento dos cursos (VIZENTINI, 1979, p. 14).

A Escola de Comércio, anexa à Faculdade de Ciências Econômicas, insere-se na UFRGS e, agora com verbas federais, é denominada Escola Técnica de Comércio (ETC). Este novo *status* lhe dá condições para continuar oferecendo o Curso Técnico de Contabilidade; em 1954, tem início o Curso Técnico de Administração e, em 1955, o Curso Técnico em Secretariado (MACHADO, 2002, p. 53).

As instituições de ensino comercial (UFRGS, 1983) buscavam aperfeiçoar seus mestres devido às exigências do mercado de trabalho. A Escola Técnica de Comércio, uma instituição profissionalizante e com corpo docente apto na área de comércio, passa então a oferecer o Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial, de 1956 a 1971, subsidiado pelo Ministério do Trabalho.

A política da direção da Escola para melhorar currículos e preparar corpo docente de excelência fez com que a ETC se destacasse em seu nicho de mercado, o ensino comercial, e se tornasse modelo pedagógico, além de suas estruturas servirem de espelhamento às demais escolas brasileiras da área técnico-comercial. Em 1970, com a Reforma Universitária, a ETC passou a ser vinculada ao Centro Integrado de Educação Primária e Média, ligado à Faculdade de Educação.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional e divide os cursos profissionalizantes em três níveis distintos: básico, técnico e tecnológico. No nível básico, os cursos podem ser oferecidos por qualquer unidade escolar, pois são articulados para atender pessoas com nível de instrução mais baixo. O nível técnico já exige autorização das secretarias estaduais de educação, e atendem estudantes do nível médio, ou seja, o aluno cursa um nível de ensino médio e sai qualificado profissionalmente. Os cursos tecnológicos são realizados por faculdades, instituições ligadas ao ensino superior e aparecem como nível de graduação ou especializações (pós-graduações).

A ETC torna-se, aí, uma unidade de ensino profissionalizante da UFRGS, oferecendo formação subsequente ao Ensino Médio até o ano de 2008, mais precisamente até a criação dos Institutos Federais (IFs). Há relatos de que a decisão desta cisão com a UFRGS aconteceu por conta da falta de investimento da

Universidade no ensino técnico, que há muito se ressentia do descaso dos gestores da UFRGS para com a ETC.

A criação dos IFs veio para modificar e motivar servidores e discentes acerca da importância da qualificação profissional, mas também da educação continuada, que permite que o aluno do ensino técnico prossiga com seus estudos, por meio do oferecimento, por parte das instituições, de uma formação profissional verticalizada. A Lei nº 11.892, de 2008 (BRASIL, 2008), institucionaliza a expansão do ensino técnico e ratifica este compromisso; é neste viés de propostas de ensino que a ETC passa a se denominar *campus* Porto Alegre, com gestão autônoma, inserida no IFRS. Atualmente, o *campus* Porto Alegre do IFRS oferece os seguintes cursos:

- cursos técnicos (15):
 - ✓ Administração
 - ✓ Biblioteconomia
 - ✓ Biotecnologia
 - ✓ Contabilidade
 - ✓ Enfermagem (em parceria com o GHC)
 - ✓ Informática
 - ✓ Instrumento Musical – Flauta Doce ou Violão
 - ✓ Meio Ambiente
 - ✓ Panificação e Confeitaria
 - ✓ Química
 - ✓ Redes de Computadores
 - ✓ Registros e Informação em Saúde (em parceria com o GHC)
 - ✓ Secretariado
 - ✓ Segurança do Trabalho
 - ✓ Transações Imobiliárias
- cursos de nível superior (5):
 - ✓ Licenciatura em Ciências da Natureza – Biologia e Química
 - ✓ Licenciatura em Pedagogia
 - ✓ Tecnologia em Gestão Ambiental
 - ✓ Tecnologia em Processos Gerenciais
 - ✓ Tecnologia em Sistemas para Internet
- cursos de pós-graduação (7):
 - ✓ Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*:
 - Mestrado Profissional em Informática na Educação
 - ✓ Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*:
 - Gestão Empresarial
 - Saúde Mental: Gestão, Atenção, Controle Social e Processos Educacionais
 - Gestão da Atenção à Saúde do Idoso
 - Saúde da Família e Comunidade: Gestão, Atenção e Processos Educacionais
 - Urgência e Emergência: Gestão e Atenção no SUS
 - Atenção Domiciliar com Ênfase na Gestão em Redes
- cursos a distância (3):
 - ✓ Técnico em Administração
 - ✓ Técnico em Biblioteconomia
 - ✓ Técnico em Redes
 - curso na modalidade PROEJA (1):
Ensino Médio e Técnico em Administração. (CAMPUS PORTO ALEGRE, 2016)

Aranha (1991, p. 9) defende, na introdução de sua obra *História da Educação*, um programa de ensino que privilegie “formação e profissionalização, saber e fazer, trabalho intelectual e trabalho manual”, escolas verdadeiramente democráticas, diferentemente da proposição que se encontra ainda hoje em instituições de ensino e em parte do levantamento bibliográfico realizado para este estudo. Não basta mais ser *expert* em martelar pregos, ou simplesmente ser uma peça na cadeia de produção: é preciso ser criativo e empreendedor.

Para que este projeto cumprisse seu objetivo maior, o registro da história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques, foi preciso uma regressão temporal e local, um movimento na busca por documentos impressos em arquivos institucionais e privados e, a partir destes, chegar a uma possível identificação dos sujeitos que cooperaram, sem perceber, para a criação da Biblioteca. Uma tarefa complexa, desenvolvida por meio de documentos impressos e pela história oral, que acionou lembranças e mexeu com emoções. Viram à tona narrativas de fatos vividos, a história oral guardada e trazida ao conhecimento por cada uma das senhoras que aceitaram participar da pesquisa.

4.2 A FIGURA HUMANA DO PATRONO DA BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES

A figura de Clóvis Vergara Marques surge na ETC em 1953, ano em que foi contratado como professor, no momento de transição de mantenedora, quando a Escola é apartada da Faculdade de Direito e subordinada à recém criada Faculdade de Economia. É necessário fazer uso de uma construção mental para imaginar um militar, recém saído de um universo tão rígido, assumindo a função de docente.

O professor Vergara, forma carinhosa com que era tratado pelos que o conheciam, conforme os relatos das alunas e servidoras participantes desta pesquisa, nasceu em Jaguarão, em 02 de abril de 1922. Formado em Geografia, obteve na Diretoria de Ensino Comercial do MEC o registro de professor nº 3.036¹³, que lhe dava habilitação para ministrar as disciplinas de História, Geografia, Merceologia e Tecnologia Merceológica. Talvez, o perfil profissional que trouxe da

¹³ Fonte: homenagem feita ao professor Vergara no discurso manuscrito proferido nas comemorações de 100 anos da Escola Técnica de Comércio, em 2009, nesta data já incorporada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, sob a nova denominação de IFRS *campus* Porto Alegre.

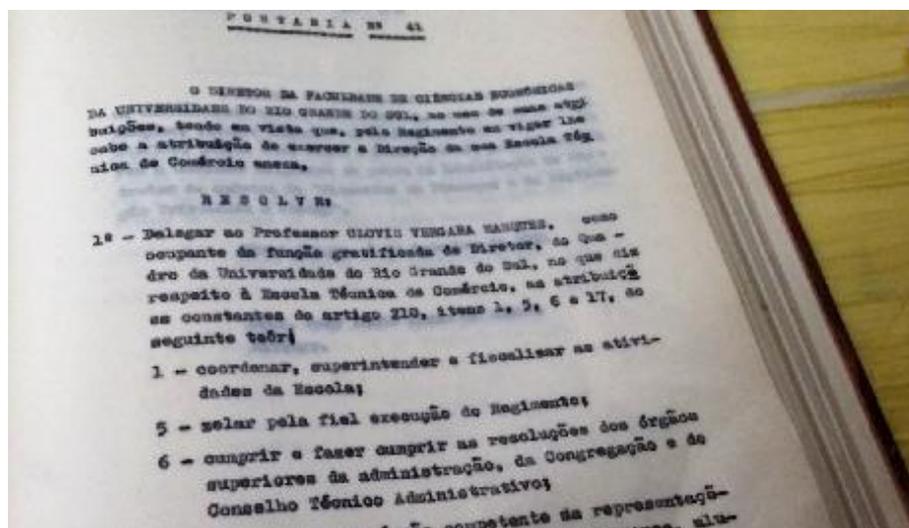
vida militar fez com que conseguisse se destacar dentro de uma estrutura como a Faculdade de Economia, órgão mantenedor da ETC e que administrava toda a vida financeira da Escola.

Nos documentos localizados no arquivo histórico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, foi possível perceber a trajetória do professor Vergara na ETC. Sua admissão em 1953 tinha como finalidade que assumisse a cátedra de Geografia. Entretanto, seu conhecimento profissional e seu zelo no trato com as pessoas fizeram com que se destacasse e fosse se envolvendo nas rotinas da Escola, sendo designado para compor equipes e assumir funções diversas.

A Portaria nº 6, de 18 de março de 1954, designa o professor Vergara para servir como assessor da Direção, com o encargo de coordenador do Curso Técnico de Contabilidade. Em 1958, a Portaria nº 41 resolve designá-lo, juntamente com o professor Jayme Chaves Barlem, para reger a disciplina de Geografia Humana do Brasil, do Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Comercial – Turma 4.

Em 02 de abril de 1960, atribui-se ao “Prof. Vergara e ao Prof. Caramuru Oliveira a Coordenação de Orientação Pedagógica dos Cursos Ministrados na Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade” (URGS, 1960). Essas nomeações, assinadas pelo professor Pery Pinto Diniz da Silva, diretor da Faculdade de Economia desde sua fundação, demonstram a trajetória do professor Vergara dentro da educação profissional em Porto Alegre, que culmina com a sua nomeação para diretor da ETC, a partir da Portaria nº 41, de 03 de outubro de 1961 (Figura 2).

Figura 2 – Portaria nº 41, de 03 de outubro de 1961



Fonte: a autora, 2016. Portarias 1953- 1962. Arquivo Histórico Prof. Pery Pinto Diniz, da Faculdade de Ciências Econômicas.

Quadro 2 – Transcrição da Portaria nº 41, de 03 de outubro de 1961

<p>Ministério da Educação e Cultura Universidade do Rio Grande do Sul</p> <p>Faculdade de Ciências Econômicas</p> <p><u>PORTARIA Nº 41</u></p> <p>O DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, tendo em vista que, pelo Regimento em vigor lhe cabe a atribuição de exercer a Direção de sua Escola Técnica de Comércio anexa,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>1º - Delegar ao Professor CLÓVIS VERGARA MARQUES, como ocupante da função gratificada de Diretor, do quadro da Universidade do Rio Grande do Sul, no diz respeito à Escola Técnica de Comércio, as atribuições constantes do artigo 210, itens 1, 5, 6 e 17 do seguinte teor;</p> <p>5 – zelar pela fiel execução do Regimento;</p> <p>6 – cumprir e fazer cumprir as resoluções dos órgãos superiores da administração, da Congregação e do Conselho Técnico Administrativo;</p> <p>17 – encaminhar ao órgão competente as representações, reclamações ou recursos de professores, alunos e funcionários.</p> <p>2º - Apresentar regularmente, relatórios de atividades de ensino, a Direção.</p> <p>Porto Alegre, 03 de outubro de 1961.</p> <p>Prof. Pery Pinto Diniz da Silva Diretor</p>

Fonte: a autora, 2016. Portarias 1953- 1962. Arquivo Histórico Prof. Pery Pinto Diniz, da Faculdade de Ciências Econômicas.

Os documentos analisados no *corpus* desta pesquisa revelam a caminhada profissional de um homem que dedicou grande parte de sua vida à educação profissional. Os fatos narrados pelas senhoras participantes deste estudo permitem conhecer um pouco mais de sua personalidade, de seu comprometimento com a

formação de seus alunos para o mercado de trabalho e para a vida, fugindo do discurso tecnicista adotado no recorte temporal deste estudo.

O professor Vergara ocupou o cargo de diretor por vinte e três anos. Atravessou junto com a Escola os anos obscuros da ditadura e, mesmo tendo sido empossado de forma nada democrática, seus atos administrativos e sua visão humanitária na educação lhe renderam o respeito de seus colegas e a admiração dos seus alunos. Foi diretamente responsável pela formação de muitos deles, já que não media esforços para conter a evasão e buscava auxílio para os alunos mais carentes. Ana Springer, ex-aluna do Curso de Contabilidade na década de 1980, hoje servidora federal, é um exemplo dos muitos alunos que ele ajudou a manter no ensino profissionalizante. Muitos dos servidores técnicos-administrativos que hoje trabalham na Universidade passaram pela ETC. Sua formação técnica apreendida na Escola Técnica de Comércio se transformou em cartão de acesso ao serviço público federal.

Nas fontes documentais analisadas no arquivo histórico da Faculdade de Economia ou na sala 817 da Torre Norte do *campus* Porto Alegre do IFRS não havia qualquer referência à homenagem feita ao professor Clóvis Vergara Marques. Os livros com as atas das Reuniões de Congregação da ETC não foram localizados, assim como o projeto que descrevia o planejamento traçado para a implantação da biblioteca. A falta de zelo e de compromisso com a guarda da documentação histórica por parte dos administradores das unidades comprometem a recuperação da memória das instituições de ensino e, conseqüentemente, da história da educação profissional.

Junto a este projeto, havia um conjunto de aproximadamente oito fotos, e em uma destas fotos o professor Vergara aparecia cortando a faixa de inauguração da Biblioteca. Por meio deste ato simbólico, concretizou um projeto desenvolvido a muitas mãos. Na foto, ele aparece sozinho, mas, segundo a história oral captada, estavam presentes no ato diversos servidores que participaram ativamente da implantação da Biblioteca, como a professora Beth Passos e Teresa, assim como representantes dos setores que compunham a Escola.

A trajetória profissional do professor Vergara na ETC foi mais do que suficiente para que fosse eleito patrono da Biblioteca, haja vista o compromisso que tinha com a Escola. O rememorar de servidores e alunos da ETC, que compartilharam com o professor aquele ambiente de ensino em tempos tão difíceis,

ratificam a homenagem. O que determina a figura do patrono são as relações que ele constrói no decorrer de sua carreira profissional e no trato social que estabelece com os grupos dos quais faz parte. A Biblioteca precisava de uma figura simbólica que a representasse e a unisse frente à instituição que recebeu seu nome.

Contudo, a partir de que bases legais esta figura é instituída? Não se encontrou na legislação estadual do Rio Grande do Sul ou nos documentos analisados regramentos para que a homenagem fosse prestada a qualquer figura pública. Encontrou-se sim um documento publicado pela Assembleia Legislativa do estado, a Lei nº 4.207, de 25 de novembro de 1961, publicada no DOE nº 109, de 27 de novembro de 1961, que proibia homenagens a pessoas vivas: “Proíbe homenagens a pessoas vivas em repartições públicas e dá outras providências [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 1961, 1f.). No entanto, este critério não foi levado em consideração na década de 1980. No recorte temporal que envolve este estudo, não foi encontrada qualquer referência legal a respeito do estabelecimento da figura do patrono, a não ser a Lei nº 4.207, anteriormente citada, que proíbe homenagens a pessoas vivas. Ao que tudo indica, as instituições tomavam para si a responsabilidade de indicar a figura representativa de seus espaços de ensino, quer fossem públicos, quer fossem privados.

Por conta da lacuna na legislação, em 20 de abril de 2006 o deputado federal Celso Russomanno apresenta à Coordenação de Comissão Permanente da Câmara dos Deputados a proposta do Projeto de Lei nº 6.901-B, de 2006, devido às várias solicitações que chegam até a Câmara, com o objetivo de tornar figuras públicas patronas dos segmentos dos quais fazem parte ou se destacam. A justificativa para apresentação do projeto e da solicitação de pareceres das Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania é para que a ação não seja tomada ao atropelo, ou seja, sem critérios mínimos. Conforme o autor do projeto,

Um patrono é sempre um paradigma. Sua escolha fundamenta-se na forte identidade de um grupo com certa personalidade, forma de atuação ou conjunto de peculiaridades marcantes que sejam capazes de manter vivas características admiráveis e inspiradoras para aquela categoria. No Brasil, a tradição de se escolher um patrono representa forma de veneração respeitosa pelos homens ilustres que engrandeceram a nossa história e, ao mesmo tempo, o desejo do brasileiro comum de contribuir para esse engrandecimento. É prática que fortalece os grupos – na medida em que lhes preserva a memória e lhes consolida a identidade – e permite o reconhecimento público da atuação destacada ou da especial dedicação daquele que se escolhe como ícone. (BRASIL, 2006, p. 2-3)

O Projeto de Lei obtém parecer positivo nas duas Comissões a que foi submetido na Câmara dos Deputados e é sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em 26 de julho de 2011. Tomando a legislação vigente como base e as falas das entrevistadas, a homenagem prestada ao professor Vergara ainda em vida pareceu mais do que justa. A professora Beth Passos deixa claro este ponto de vista em vários trechos de seu discurso:

[...] porque acho que é uma homenagem mais do que justa para um homem que dedicou a vida ao ensino técnico em Porto Alegre... (Prof.^a Beth Passos)

A Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, descreve os critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona. O parágrafo único dá destaque às condições mínimas exigidas para que se estabeleça a figura de patrono como representante de uma instituição: “[...] distinguido por excepcional contribuição ou demonstrado especial dedicação ao segmento para o qual sua atuação servirá de paradigma” (BRASIL, 2011). Nas conversas com as entrevistadas, várias vezes a figura do professor Vergara era mencionada, aludida sempre com respeito e admiração. Nada mais justo, então, que recebesse a homenagem.

Para Teresa, servidora que participou ativamente da organização da Biblioteca, o professor Vergara não só representava bem a descrição contida no parágrafo único da Lei nº 12.458, no que diz respeito à dedicação à Escola e aos alunos, mas também, segundo ela, levava sua prática de sala de aula, sua habilidade de lidar com as pessoas, para o seu labor cotidiano frente à direção da Escola Técnica de Comércio.

[...] tudo funcionava, já que o professor Vergara sabia administrar os espaços e os conflitos quando ocorriam. (Teresa)

No *blog* da Biblioteca Clóvis Vergara Marques há uma fotografia do professor¹⁴: estatura baixa, cabelos branquinhos, mas dono de uma determinação gigante, segundo seus contemporâneos. Foi seu comprometimento com os alunos da ETC que o fez endereçar inúmeras cartas aos mais diversos setores da Universidade, sempre buscando melhorias para a Escola e seus alunos. A professora Beth Passos comprova a saga diária do professor Vergara nos diversos setores da Universidade em busca de melhorias nos serviços oferecidos pela Escola, ou, como conta a professora Beth, pela “Escolinha do Vergara, lá atrás da Economia”, expressão comumente utilizada por alguns servidores da Universidade quando se referiam à ETC. Na fala da professora percebe-se sua admiração pela pessoa humana do diretor e, talvez, certo ressentimento pelo tratamento dispensado à Escola por algumas estruturas da Universidade.

Para conseguir manter a Escola funcionando... Tu imaginas o que vinha de verba para a Escola Técnica, era isso ((faz gestos de mínimo)) aqui dentro da Universidade. (Prof.^a Beth Passos)

Para a professora, muito além de ser um idealizador da educação profissional em Porto Alegre, o professor Vergara exercitava na ETC o seu lado humanista, já que se preocupava também com a formação de seus alunos para a vida. Buscava que se colocassem no mercado trabalho de acordo com a formação de cada um e os incentivava a prosseguirem com seus estudos.

[...] Então eu acho assim... o Vergara foi um precursor desse movimento assim... de botar o jovem para trabalhar [...]. (Prof.^a Beth Passos)

Os fatos narrados aparecem nas páginas da publicação comemorativa dos setenta anos da Escola, em que o professor Vizentini (1979) faz um registro a respeito dos alunos que complementaram sua formação na Escola e prosseguiram com seus estudos, conquistando uma vaga na universidade: “um percentual

¹⁴ BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES. Vergarina. Disponível em: <http://vergarinha.blogspot.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2016.

significativo desses formandos ingressou em cursos superiores, principalmente na área de Economia, Administração e Contabilidade [...]” (VIZENTINI, 1979, p. 61), dando prosseguimento, assim, à formação.

Por meio de suas práticas e seus valores, o professor Vergara foi consolidando o ensino profissionalizante em Porto Alegre, procurando, sempre que possível, melhorias para a Escola e oportunidades de atendimento igualitário a seus alunos dentro da Universidade. Em um dos ofícios endereçados ao Reitor da Universidade, Vergara reclamava do tratamento diferenciado, já que a instituição possuía caráter público e seus serviços deveriam ser estendidos a toda comunidade acadêmica.

Tais convicções, registradas por meio de correspondências, deixavam clara sua visão da administração pública e justificavam a preocupação que ele tinha com a evasão dos seus alunos, e também em cercar de mais cuidados os indivíduos em que percebia algum tipo de vulnerabilidade social. Ana Springer e Beth Passos confirmam em suas falas os cuidados do professor Vergara com seus alunos:

[...] ahn... que fossem melhorados... ou que fossem estendidos... porque tinha alguns que nem eram... oferecidos aos nossos alunos... (Prof.^a Beth Passos)

Os relatos da professora Beth Passos e de Ana Springer no transcorrer das entrevistas confirmam que ambas compartilham da mesma percepção a respeito da posição do professor Vergara frente à administração da Universidade. O constrangimento aos alunos no que dizia respeito ao acesso ao Restaurante Universitário (RU) e às bibliotecas da Universidade era recorrente. Segundo as entrevistadas, estes espaços não acolhiam bem os alunos da ETC:

... só que as bibliotecas da Universidade não tinham material ((material específico)) de nível técnico, né... era material de nível superior e algumas faziam boquinha para emprestar os livros porque o aluno era da Escola Técnica... enfim... (Prof.^a Beth Passos)

O professor Vergara tomou para si a responsabilidade de fazer a ETC sobreviver dentro de uma das maiores universidades do país, mesmo que isso significasse ficar horas sentado na antessala do Reitor para ser atendido e se fazer ouvir e, dessa forma, levar ao conhecimento do gestor máximo da Universidade as necessidades básicas de uma de suas unidades, a ETC.

[...] ele manteve esta Escola sim... ele conversava com um... ele conversava com outro... ele conseguia as coisas... era um diplomata... (Prof.^a Beth Passos)

Definir o Diretor como um “diplomata” na administração de questões básicas parece pertinente, já que, para as alunas Ana Springer e Liana Richter, ele era uma figura protetora; para as servidoras Beth Passos e Teresa, um administrador justo.

A sobrevivência da Escola em uma área complexa e ao mesmo tempo efervescente politicamente se deve em grande parte à determinação do professor Clóvis Vergara Marques, já que tudo que se propunha a fazer em termos de educação era controlado pelo governo. Mesmo assim, ele se mostrou capaz de alinhar todos os acordos possíveis para proteger a Escola e seus alunos. A ETC atravessou e sobreviveu às várias transformações das políticas educacionais graças ao professor Vergara.

[...] ele ia atrás... ele cavoucava... ele falava com um... ele falava com outro e funcionava... e a coisa se manteve... quer dizer que... então eu acredito que ele tenha sido um ótimo gestor... (Prof.^a Beth Passos)

No prefácio do livro escrito por Vizentini (1979), o professor Clóvis Vergara Marques (1979, p. 5) declara publicamente seu compromisso com a educação profissional, ao referir-se às dificuldades vividas pela ETC no decorrer de seus setenta anos: “Após a longa trajetória percorrida, muitas vezes com enormes dificuldades, mas sempre com verdadeira devoção à causa do ensino comercial do país [...]”.

Neste registro histórico, ele não se esquece dos seus colaboradores e das pessoas que o antecederam. Os relatos levam a pensar que sua prática pedagógica foi sempre agregadora, mesmo nos momentos difíceis. A homenagem feita em vida

ao professor Vergara não só preenche os requisitos da Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, mas também revela o homem que administrou por vinte e três anos uma Escola de ensino profissionalizante.

Parágrafo único. O patrono ou patrona de determinada categoria será escolhido entre brasileiros, vivos ou mortos, que se tenham distinguido por excepcional contribuição ou demonstrado especial dedicação ao segmento para o qual sua atuação servirá de paradigma. (BRASIL, 2011).

A descrição, contida no parágrafo único da Lei nº 12.458, vai ao encontro da figura do patrono Clóvis Vergara Marques, nome escolhido para a biblioteca da ETC, homenagem prestada ainda em vida e tida por toda a comunidade acadêmica como merecida. O professor Vergara esteve à frente da Escola Técnica de Comércio nos momentos mais críticos de sua administração, e sua persistência e comprometimento com o ensino profissionalizante evitaram o término de alguns cursos e garantiram a certificação de muitos alunos. No texto que elaborou para o prefácio do livro que marcou os setenta anos da ETC, o professor Vergara encerrou dividindo com seus colaboradores a responsabilidade e o sucesso da Escola, sempre consciente do seu papel de educador:

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que a Escola Técnica de Comércio se mantivesse sempre a serviço da coletividade, procurando dar sempre o melhor de si para a formação da juventude do Rio Grande do Sul, os nossos sinceros agradecimentos. (MARQUES, 1979, p. 5)

4.3 AS FONTES DOCUMENTAIS DA CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES

Pouco se escreve sobre as bibliotecas de instituições de ensino, e o levantamento bibliográfico feito para este estudo comprova a lacuna. As menções, quando ocorrem, são esparsas e referem-se muitas vezes a dados estatísticos.

Talvez isso aconteça pelo fato das bibliotecas não receberem a devida atenção por parte das instituições que as abrigam. Elas são criadas, na maioria das vezes, para responder a questões legais, ou simplesmente ao acaso. Procurar indícios que deem conta do registro desses espaços de ensino e conhecimento nem sempre é tarefa fácil. É uma “arqueologia”, conforme declara Eggert-Steindel (2009,

p. 73). Faz-se necessário garimpar documentos, por vezes guardados em ambientes inóspitos, bem como procurar nos registros impressos pistas que indiquem o que determinou sua criação e as pessoas que se envolveram na empreitada. Essas informações, em sua maioria, não são explícitas: encontram-se escondidas nas entrelinhas e precisam ser decifradas ou complementadas a partir das lembranças de seus contemporâneos.

Por setenta e quatro anos os alunos do ensino técnico não tiveram uma biblioteca própria; a princípio, cogitou-se que as bibliotecas das instituições às quais a ETC era subordinada ofereciam este serviço de apoio pedagógico. Mas, pelos relatos, e também pelas correspondências trocadas com a Reitoria pelo diretor da ETC, solicitando melhoria nos serviços oferecidos aos alunos da Escola, percebe-se que a realidade era outra.

Incomodado com a situação, por sentir a necessidade dos alunos de material que os auxiliasse na complementação de suas formações, no ano de 1980 o professor Vergara resolveu iniciar uma sala de leitura a partir de doações próprias, mesmo com um acervo inicialmente composto por doações de obras que abrangiam áreas diversas. O acervo da Biblioteca abriga, ainda hoje, um conjunto composto por três exemplares da área de Música com dedicatória do professor Vergara à Biblioteca da ETC. A iniciativa do diretor sensibilizou seus colegas docentes, que também se engajaram no propósito de melhorar e diversificar as fontes documentais disponibilizadas para os alunos da Escola. As correspondências que tratam das solicitações e agradecimentos referentes a essas doações levam a acreditar que é a partir desse movimento, realizado pelo diretor, que a biblioteca da ETC começa a ser gestada.

A busca por registros que descrevessem sua história foi tarefa árdua. As fontes documentais guardadas no Arquivo Histórico Prof. Pery Pinto Diniz da Silva¹⁵, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, diziam respeito mais à administração geral. Já as fontes documentais armazenados na sala 817¹⁶ do oitavo

¹⁵ Situado à Av. João Pessoa, nº 52, sala 06; Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

¹⁶ As fontes documentais outrora guardadas dentro de arquivos deslizantes na Secretaria do *campus*, na antiga sede, na rua Ramiro Barcelos, obedecia, pelo menos, a uma ordem cronológica. Atualmente, esses documentos encontram-se guardados em caixas, sacos plásticos e armários na sala 817, no oitavo andar, na nova sede, localizada na rua Cel. Vicente; alguns, em estantes. Há documentos dispersos, em ambientes insalubres, literalmente jogados, como foi presenciado e documentado no auditório térreo, onde seguidamente ocorrem alagamentos. Esta pesquisadora não tem conhecimento de alguma previsão para a guarda e organização adequada desses documentos,

andar do IFRS *campus* Porto Alegre, guardadas em caixas e sacos plásticos, colaboraram para a descrição da trajetória da Biblioteca Clóvis Vergara Marques. Os documentos forneceram alguns dos indícios da Biblioteca e como o ambiente de leitura começou a ser idealizado dentro da Escola.

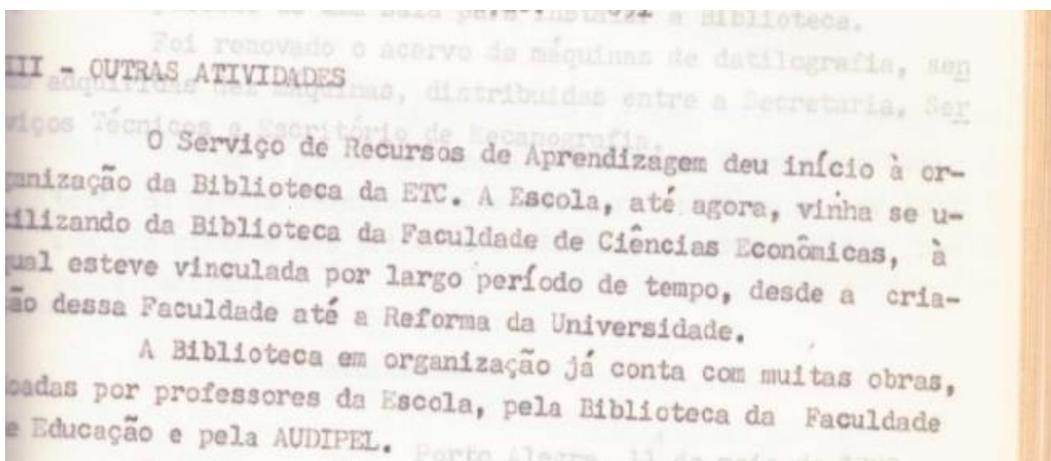
Os vestígios que deram conta das intenções que levaram à criação da Biblioteca estavam em livros de correspondência datados da década de 1980. Trata-se de cartas, ofícios, solicitações e matérias que traziam na descrição de seus conteúdos algumas referências à Biblioteca ou justificativas junto à administração da Universidade para ampliar o quadro de recursos humanos, tendo em vista a formalização do ambiente dentro da Escola. Tais documentos são, para Richardson et al. (2001), pistas que conferem significados e justificam a existência de espaços de cultura. Para o autor, “[...] os acontecimentos atuais só possuem significados quando estes têm relação com os fatos passados dos quais surgiram” (RICHARDSON et al., 2001, p. 245).

No início da década de 1980, como já anteriormente tratado, teve início, por parte do diretor da Escola, um movimento para a formalização da biblioteca da ETC. Os dados relativos ao episódio aparecem no relatório de prestação de contas do ano de 1981 (UFRGS, 1982, fl. 3), endereçado pelo professor Vergara ao Pró-Reitor de Graduação da UFRGS, professor Eloy Julius Garcia, de 11 de maio de 1982. No relatório foram descritas as atividades desenvolvidas pela ETC no ano de 1981 (Figura 3). Dentre elas, destaca-se o início da organização da biblioteca da Escola: “A Biblioteca em organização já conta com muitas obras, doadas por professores da Escola, pela Biblioteca da Faculdade de Educação e pela AUDIPEL¹⁷” (UFRGS, 1982, fl. 3). Exemplo concreto das doações é um livro da área de Secretariado, *Manual de Técnicas de Secretariado*, um dos primeiros registros da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

por conta da falta de ambiente adequado que prime por normas de preservação e guarda de documentos dentro das estruturas do *campus* Porto Alegre. A falta de zelo e organização prejudicou esta pesquisa, pois dificultou a recuperação de dados e implica mais morosidade, característica comum da pesquisa histórica. Mas, diante de tais condições de guarda, este aspecto é mais gritante, resultado da má gestão e de pessoas não qualificadas cuidando desses documentos.

¹⁷ A papelaria AUDIPEL, nos anos de 1970 e 1980, atuava no mercado livreiro de Porto Alegre. Seu catálogo de livros apresentava obras técnicas nas áreas de Contabilidade, Administração, Secretariado e foi uma grande doadora da Biblioteca. Hoje, a entidade atua no mercado de papelaria e materiais de escritório. No Guias.net há sua descrição comercial apenas como livraria. Disponível em: <<http://guias.net/empresas/RS/porto-alegre/audipel-audio-visuais-ltda-263717.html>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

Figura 3 – Extrato de texto do Relatório das Atividades Desenvolvidas pela Escola Técnica de Comércio no ano de 1981, fl. 3



Fonte: a autora, 2016. Livro de correspondências expedidas em 1982 - Fundo documental armazenado na sala 817, Torre Norte, 8º andar do IFRS *campus* Porto Alegre.

Quadro 3 – Transcrição do extrato de texto do Relatório das Atividades Desenvolvidas pela Escola Técnica de Comércio no ano de 1981, fl. 3

<p>III – OUTRAS ATIVIDADES</p> <p>O serviço de Recursos de Aprendizagem deu início à organização da Biblioteca da ETC. A Escola, até agora, vinha se utilizando da Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas, à qual esteve vinculada por largo período de tempo, desde a criação dessa Faculdade até a reforma da Universidade.</p> <p>A Biblioteca em organização já conta com muitas obras, doadas por professores da Escola, pela Biblioteca da Faculdade de Educação e pela AUDIPEL.</p>
--

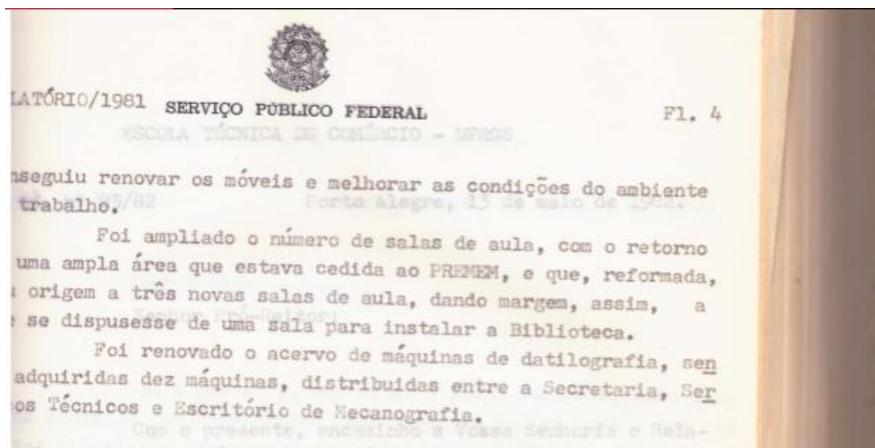
Fonte: a autora. Livro de correspondências expedidas em 1982 - Fundo documental armazenado na sala 817, Torre Norte, 8º andar do IFRS *campus* Porto Alegre.

O professor Vergara registrou sua intenção de implantar a Biblioteca na ETC ao relatar à Pró-Reitoria de Graduação os projetos de gestão desenvolvidos na Escola no ano de 1981. No documento, o diretor faz uma síntese das principais atividades de sua gestão à frente da ETC no referido ano. Percebe-se que já neste período a Biblioteca é uma das metas de planejamento da Escola. Em um dos

trechos do Relatório (UFRGS, 1982), o diretor cita a futura Biblioteca “[...] com o retorno de uma ampla área que estava cedida ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEM), e que, reformada, dará origem a três novas salas de aula, dando margem, assim, a que se dispusesse de uma sala para instalar a Biblioteca” (UFRGS, 1982, fl. 4), revelando ter consciência da necessidade desse ambiente de apoio ao ensino na Escola.

Na prestação de contas que o professor Vergara faz à administração da Universidade, dá destaque tipográfico ao ambiente Biblioteca (Figura 4), deixando margem para que se pense acerca da relação simbólica de respeito e de importância que este espaço de ensino e leitura tinha em sua percepção de educador. Os indícios encontrados nas correspondências dispersas, fontes documentais garimpadas entre caixas e sacos plásticos, possibilitaram a descrição de um cenário provável de criação da Biblioteca Clóvis Vergara Marques, que foi sendo descoberto à medida que o conteúdo dos textos foi sendo explorado.

Figura 4 – Relatório de Atividades, 1981, fl. 4



Fonte: a autora, 2016. Livro de correspondências expedidas de 1982 – Fundo documental armazenado na sala 817, Torre Norte, 8º andar do IFRS *campus* Porto Alegre.

Quadro 4 – Transcrição do Relatório de Atividades, 1981, fl. 4

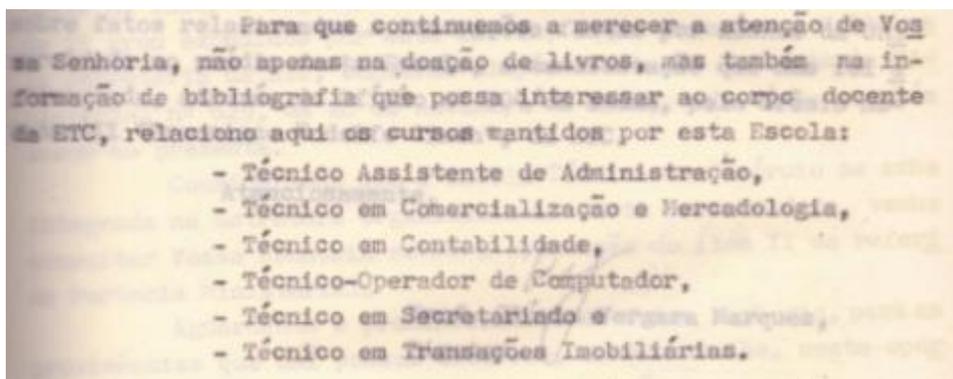
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	
RELATÓRIO/1981	Fl. 4
<p>[...] conseguiu renovar os móveis e melhorar as condições de ambiente de trabalho.</p> <p>Foi ampliado o número de salas de aula, com o retorno de uma ampla área que estava cedida ao PREMEM, e que, reformado, dará origem a três novas salas de aula, dando origem, assim a que se dispusesse de uma sala para instalar a Biblioteca.</p> <p>Foi renovado o acervo de máquinas de datilografia, sendo adquiridas dez máquinas, distribuídas entre a Secretaria, Serviços Técnicos e Escritório de Mecanografia.</p>	

Fonte: a autora, 2016. Livro de correspondências expedidas de 1982 – Fundo documental armazenado na sala 817, Torre Norte, 8º andar do IFRS *campus* Porto Alegre.

Em outra correspondência, o Ofício nº 71/1982, datado de 27 de abril de 1982, o professor Vergara agradece a contribuição da bibliotecária-chefe da Faculdade de Educação, Helena Osório Sehnen, pela doação de obras para a formação do acervo bibliográfico da Biblioteca, que chegam à ETC através da professora Maria Adélia Pinhal de Carlos. É essa mesma professora que articula o contato com a editora AUDIPEL. As ações comprovam que o movimento não foi solitário: contou com docentes, discentes e técnicos-administrativos, que não só doaram obras à Biblioteca, como também buscaram parcerias fora dos muros da Escola.

O Ofício nº 34/1982 é mais uma missiva de agradecimentos por parte do diretor da Escola endereçada aos gestores da empresa AUDIPEL pela doação de livros didáticos. Na correspondência, o professor Vergara utiliza o termo “incipiente” para se referir à Biblioteca da ETC. Ao mesmo tempo em que reconhece as deficiências do acervo e a ausência de uma estrutura adequada para alocar a Biblioteca, ele relaciona os cursos ministrados na Escola (Figura 5). Com isso, solicita a divulgação da bibliografia produzida pela AUDIPEL, que poderia vir a interessar ao corpo docente, talvez com a esperança de garantir mais doações à futura Biblioteca da Escola Técnica de Comércio.

Figura 5 – Ofício nº 34/1982



Fonte: a autora, 2016. Livro de correspondências expedidas de 1982 -Fundo documental armazenado na sala 817, Torre Norte, 8º andar do IFRS *campus* Porto Alegre.

Quadro 5 – Transcrição de extrato de texto do Ofício nº 34/1982

Para que continuemos a merecer a atenção de Vossa Senhoria, não apenas na doação do livro, mas também na informação de bibliografia que possa interessar ao corpo docente da ETC, relaciono aqui os cursos mantidos por esta Escola:

- Técnico Assistente de Administração,
- Técnico em Comercialização e Mercadologia,
- Técnico em Contabilidade,
- Técnico-Operador de Computador,
- Técnico em Secretariado e
- Técnico em Transações Imobiliárias.

Fonte: a autora, 2016. Livro de correspondências expedidas de 1982 -Fundo documental armazenado na sala 817, Torre Norte, 8º andar do IFRS *campus* Porto Alegre.

As doações foram generosas. Todo o acervo recebido ia sendo guardado na sala do diretor, em um armário. É obvio que a estratégia não se sustentaria por muito tempo, haja vista que espaços formais de guarda e armazenamento de acervo precisam ser constantemente reformulados. O período em que essa modalidade de acesso a fontes de informação ocorreu, a década de 1980, parece dizer respeito a uma escola rural, e não a uma escola técnica de comércio situada na capital do Rio Grande do Sul. Contudo, eram esses os recursos informacionais a que os alunos tinham acesso.

Por conta do acúmulo de material, o professor Vergara vê que algo precisa ser feito. Decide, então, convidar a professora Elisabeth Passos, servidora do quadro efetivo, com formação em Biblioteconomia e Arquivologia, para dar início à organização da Biblioteca. Ela aceita a incumbência e é nomeada por meio de uma portaria interna (Anexo A).

Na portaria, datada em 1º de junho de 1982, o professor Vergara atribui à professora Beth Passos a responsabilidade de organizar e implantar a Biblioteca da Escola Técnica de Comércio. Esse é o único documento em que fica explícita a intenção do diretor em consolidar a Biblioteca, por conta da real necessidade da comunidade escolar.

Existe um outro documento, um projeto de planejamento e implantação da Biblioteca, que se encontra desaparecido e que descreve as intenções de criação e organização da Biblioteca Clóvis Vergara Marques por parte da administração. O projeto, realizado pela professora Beth Passos em 1982, trazia em sua descrição os recursos mínimos materiais e humanos necessários para que a Biblioteca se consolidasse no ambiente escolar.

O projeto foi apresentado em uma reunião de Coordenação de Ensino ainda no ano de 1982, um pouco antes da inauguração da ETC, que, segundo as entrevistadas, ocorreu em novembro. O projeto apresentava como justificativa para a implantação da Biblioteca os prejuízos decorrentes da ausência de um ambiente de ensino e de leitura. Para a autora do projeto, a Biblioteca era essencial à vida escolar, como instrumento pedagógico. O documento que formaliza a Biblioteca perante toda a comunidade se encontra desaparecido desde a última mudança da Biblioteca realizada no interior do *campus* Porto Alegre, em meados do ano de 2015. Além das descrições de bens materiais e de consumo, destacava a necessidade de profissionais especializados para cuidar do ambiente.

A busca por documentos que descrevessem as intenções do diretor e seus parceiros para com o ambiente biblioteca prosseguiu e conduziu a uma leitura mais atenta dos livros de correspondências das décadas de 1960 a 1980, guardados no 8º andar da sala 817 do IFRS *campus* Porto Alegre. Perceber o vocabulário, o cuidado com a construção dos textos, demonstra preocupação com a receptividade das correspondências e a busca de parcerias. Foi por meio dessas cartas que podem ser percebidas as estratégias do professor Vergara para a criação da biblioteca. A cronologia presente nas fontes documentais leva a crer que a ação foi

acontecendo aos poucos, amadurecendo lentamente. As correspondências emitidas pelo professor Vergara comprovam que o projeto levou aproximadamente três anos.

O Ofício nº 169, de 13 de outubro de 1982, encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Pessoal da UFRGS, pede providências e agilidade na remoção da servidora Teresa, lotada na Pró-Reitora de Graduação, para a ETC, com função específica de datilógrafa, “[...] que deverá atender aqui os trabalhos de datilografia da *Biblioteca* que está sendo organizada pelo Serviço de Recursos de Aprendizagem da ETC” (UFRGS, 1982, Of. nº 169, grifo nosso).

A chegada de Teresa à ETC fez com que os livros guardados no armário da sala do professor Vergara ganhassem os corredores da Escola e o afago dos alunos, que passam a contar com mais uma opção de pesquisa em fontes de informação, deixando de ser tão dependentes dos serviços oferecidos em outras bibliotecas da Universidade. A partir daí, reconhecem-se e se apropriam desse espaço de ensino e leitura, mesmo a Biblioteca apresentando alguns serviços com certa precariedade. Tinha início uma circulação informal das obras, que iriam, posteriormente, completar o acervo da Biblioteca que a professora Beth Passos havia idealizado em seu projeto.

As correspondências também evidenciam que até esta data não haviam atribuído à biblioteca um nome, ou seja, ela ainda não tinha uma identidade. Talvez venha daí a concepção que o próprio professor Vergara lhe atribuiu em uma de suas correspondências: “incipiente”. A expressão, que descrevia um ambiente inócuo, meio disforme, aparece também no discurso da professora Liana Richter e de Teresa, responsável pelo controle e pela circulação dos itens. A definição que Teresa concede à biblioteca é mais poética: uma “névoa de biblioteca”. Para Weil¹⁸ (1996 apud SILVEIRA, 2014), os termos utilizados para representar uma unidade de informação trazem para o centro dos acontecimentos pessoas comuns,

[...] na tentativa de buscar no passado respostas para a construção do presente. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. (WEIL, 1996, p. 411 apud SILVEIRA, 2014, p. 111)

¹⁸ WEIL, Simone. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

São relatos, como os descritos por Weil (1996), que trazem ao conhecimento a memória/história institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques, uma “[...] verdadeira pedagogia da memória de instituições educativas [...]” Farias Filho (, 2013, p. 6), construída a partir do entrelaçamento de documentos, de afetos, de compromissos e até mesmos de ranços, tão comuns na constituição de ambientes de ensino e nas relações pessoais. Tais relações são responsáveis por fazer com que as instituições funcionem, e pessoas são imprescindíveis para as bibliotecas, seja no trato com o acervo, seja na utilização de seus recursos. Caso contrário, a biblioteca perde seu objetivo, que é o desenvolvimento profissional e pessoal dos indivíduos.

A história e a memória das instituições são constituídas por seus registros documentais, guardados em arquivos institucionais e privados, bem como pelas lembranças das pessoas que fizeram parte das rotinas ali desenvolvidas. Na seção que segue se dará destaque à história oral das quatro senhoras, alunas e servidoras, que, subsidiadas pelo documento, compõem o fundo documental da história institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

4.4 AS LEMBRANÇAS: A BIBLIOTECA CLÓVIS VERGARA MARQUES NOS RELATOS DOS SERVIDORES

Este projeto de pesquisa vinha se desenvolvendo amparado na literatura e nas fontes documentais, deparou-se com algumas lacunas: os documentos não foram suficientemente claros ou não foram em número suficiente para contextualizar a história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques. As histórias das instituições não estão restritas aos documentos, pois elas são construídas por pessoas e delas dependem para que se perpetuem ao longo do tempo.

As lembranças de indivíduos que circularam em suas estruturas e colaboraram para seu reconhecimento pela comunidade local podem auxiliar, por meio de narrativas particulares e em alguns momentos coletivas, para que se conheçam, no presente, as razões que levaram à sua criação e sua consolidação na esteira do tempo e do espaço que ocupa(ou) na Instituição que a abriga. Compreender uma instituição, ou seja, sua história ou parte dela por meio das lembranças e narrativas de pessoas que participaram ativamente de seu constructo é uma esperança de restituí-la e preservá-la para o futuro.

As lembranças das mulheres participantes desta pesquisa variaram de acordo com suas vivências e seus laços de afeto e pertencimento à Escola Técnica de Comércio e sua Biblioteca. Trata-se de quatro senhoras, que rememoraram suas trajetórias na Escola e em sua Biblioteca de formas distintas: a professora Liana Richter e Ana Springer, como alunas; e a professora Beth Passos e Teresa, como servidoras. Cada uma delas, com suas próprias percepções do ambiente de ensino e leitura.

Os extratos das narrativas trazidas para a presente dissertação, por meio das lembranças dessas senhoras, serviram para a produção de uma peça tecida em um grande tear, onde os fios tramados e urdidos foram trabalhados manualmente para a confecção da peça final. A história oral produzida por cada uma delas e as lembranças recuperadas se entrelaçam na reconstrução dos seus passados e do lugar que lhes é comum, nuances diferenciadas que dão forma ao pensamento e à história de uma instituição, a Biblioteca Clóvis Vergara Marques. O ressentimento pela falta de uma Biblioteca própria aparece nos discursos da professora Beth Passos, como é possível de se observar na fala abaixo destacada, e nas falas de Ana Springer, no decorrer desta seção.

[...] e aí nós não tínhamos naquela ocasião... até pela localização física da Escola e da precariedade das instalações... a gente não tinha biblioteca... nossos alunos pipocavam na Faculdade de Ciências Econômicas... no Direito... na Filosofia, que era ali no centro ainda... na Matemática... ahn... em busca, né, de materiais para fazer suas pesquisas... (Prof.^a Beth Passos)

Como já descrito, a Biblioteca da ETC começa a formação de seu acervo nos moldes das bibliotecas das escolas rurais, em um armário. O diretor da Escola, por meio de doações próprias e dos demais servidores, começa a formar um acervo. A iniciativa motiva alguns dos professores, que adquirem livros novos para doarem à Biblioteca e procuram doadores fora dos muros da ETC. A prática é comprovada por meio dos ofícios arquivados nos livros de correspondências expedidas, através das cartas que solicitam doações e, posteriormente, agradecem as solicitações atendidas.

A forma peculiar escolhida pelo professor Vergara para o armazenamento dos livros, um armário, aparece nos discursos das quatro senhoras, que testemunharam a prática. A ex-aluna Ana Springer, na época uma adolescente, diferentemente da professora Beth Passos e de Teresa, que se referem a um armário, descreve uma estante, como pode ser constatado no extrato de sua fala a seguir destacada:

Mas falando sobre a biblioteca... quando... primeira coisa que me chamou atenção quando eu falei com ele é que atrás tinha uma prateleira... tinha uma estante muito grande... eu pensei assim... mas bah! Este homem gosta de ler, né... na realidade, eram os livros que estavam ali... Eram livros da... que seria a biblioteca... e o professor Vergara, ele era assim... a gente precisava de um livro, pegava lá com ele... (Ana Springer)

A recuperação diferenciada de um objeto é tida como normal dentro da história oral, pois se costuma recuperar em lembranças o que é mais familiar. É necessário levar em conta, ainda, a lacuna temporal por meio da qual os fatos são narrados em relação ao presente, conforme as relações que cada uma das senhoras estabelecia com o ambiente: as alunas, que utilizavam esporadicamente o espaço, e as servidoras, que se faziam presentes cotidianamente neste mesmo ambiente.

Já para a professora Liana Richter a biblioteca recuperada por sua memória de estudante é uma sala com poucos assentos, um balcão de atendimento, um ambiente utilizado mais para a socialização dos alunos do que propriamente um espaço de pesquisa e leitura. As cenas recuperadas pelas lembranças da professora se passam no final da década de 1960 e início de 1970, período em que realizou o Curso Técnico de Secretariado. Questionada a respeito de qual biblioteca se referia, se não era a da Faculdade de Economia, ela afirmou categoricamente que não, que a ETC sempre teve sua biblioteca, desde os tempos do professor Vergara, e era deste ambiente que ela estava falando, apesar de ter tido uma relação pouco afetiva com a Biblioteca.

na verdade ela... digamos assim, ó... pra... pra o meu afeto e pra minha lembrança... ela ocupa um espaço muito pequeno...

[...] daquela época detrás da João Pessoa, n. 52... (Prof.^a Liana Richter)

O recorte temporal no qual a professora Liana Richter contextualiza a Biblioteca da ETC, colocando-a na “Av. João Pessoa, n. 52”, acontece ao final da década de 1960 e início dos anos 1970, uma lacuna de mais de dez anos em relação às lembranças de Ana Springer a respeito da “biblioteca-armário” dentro da ETC. Talvez isso aconteça porque o fato narrado pela professora Liana Richter trata de um espaço que lhe parecia, ao final dos anos de 1960, semelhante a uma biblioteca, quando, na verdade, era mais utilizado como ambiente de socialização pelos alunos e se mostrava inapropriado a um ambiente de ensino e leitura. Era, por tal razão, segundo a professora, pouco utilizado para a pesquisa escolar:

[...] tá... mas eu quero te dizer um pouco antes da Ramiro... na verdade como eu fui aluna da Escola Técnica... eu vivi o primeiro prédio de Escola Técnica... dividia as salas com outras unidades da Universidade... não tinha uma identidade como Escola... biblioteca... que na verdade era mais um espaço pros alunos sentarem... aguardarem as aulas... ou aguardarem alguma coisa... do que efetivamente de pesquisa... (Prof.^a Liana Richter)

Talvez a direção da Escola tenha pensado no ambiente como um espaço provisório de pesquisa, ação corriqueira na administração pública, como se tem conhecimento ainda hoje, em que ainda há tomadas de decisões equivocadas em relação a bibliotecas.

As narrativas das entrevistadas seguem se encontrando na descrição de um mesmo feixe de lembranças. O local que abrigava a biblioteca dentro das estruturas da Faculdade de Economia era uma sala de aula pequena, segundo descrição da professora Beth Passos. Já na descrição feita pela professora Liana Richter a respeito do prédio, aparece uma “linguiça”, assim como no desenho rascunhado no verso de uma folha de ofício por Teresa que se utiliza da mesma descrição. Em um conjunto de salas de aula localizadas no térreo, fora das estruturas da Faculdade de

Economia, a Biblioteca ficava na última sala, com a entrada voltada para a rua Sarmiento Leite.

As correspondências, já abordadas na seção anterior, registram as iniciativas que deram origem à Biblioteca, mas também demonstram a movimentação de sua estrutura dentro da ETC. Os fatos são comprovados não só pela documentação levantada, mas também nas narrativas da professora Beth Passos, da professora Liana Richter e da servidora Teresa.

me lembro assim... da biblioteca muito... muito pequena... muito... não diria nem meia dúzia de cadeiras... nem... nem nada... depois ela saiu do prédio principal e ficou numa das salas no meio do... deste espaço que a Escola Técnica tinha... que ocupava salas até o outro lado... até ali a Sarmiento Leite... era uma linguixa... (Prof.^a Liana Richter)

A Biblioteca inicia o seu acervo em um armário localizado na sala do professor Vergara, nos moldes das escolas rurais, de acordo com as narrativas das senhoras participantes desta dissertação. Talvez porque este formato de guarda e armazenamento do acervo tenha sido sua experiência mais próxima de acesso à informação e de desenvolvimento da pesquisa escolar. O diretor acumula as doações em sua sala e, para garantir um acesso mínimo às obras, solicita à administração da Universidade a cedência de uma servidora. É neste cenário que a servidora Teresa chega à ETC, com a função específica de cuidar do acervo e de organizar e administrar uma circulação mínima dos itens. Tudo isso ocorre no ano de 1982, conforme conversa mantida com a professora Beth Passos:

D¹⁹: é... porque ele começa esse movimento... exatamente isso... ele começa esse movimento, de pensar a biblioteca, em oitenta...

Beth: ((foi))

D: e aí executa e inaugura... vocês consolidam ela ((a biblioteca)) em oitenta e três...

¹⁹ Documentarista (D), responsável por mediar as entrevistas.

Beth: ((dois...))

D: ((oitenta e três... dois))

Beth: ((dois...))

A portaria (Anexo A) que designa a professora Beth Passos como servidora responsável pela organização e implantação da Biblioteca é de 1º de junho de 1982. Já o ofício que solicita à Pró-Reitoria de Graduação a cedência da servidora Teresa é datado de 15 de outubro de 1982. Teresa vem com a missão de realizar o tombamento dos livros doados e otimizar a circulação dos itens armazenados na sala do diretor.

As datas explicitadas nos documentos, portarias e ofícios se chocam com os fatos narrados e levam a crer que Teresa já executava essa função dentro da Escola antes mesmo das tratativas serem oficializadas. Teresa foi aluna do Curso de Secretariado na ETC e foi estagiária em seu tempo de estudante, vindo a ser contratada mais tarde pela Universidade. Segundo ela, a Biblioteca ficou seis meses sem a figura de um bibliotecário, mas ela lembra de ter auxiliado a professora Beth Passos na organização do acervo, fato que leva a crer que Teresa inicia o tombamento antes do professor Vergara convidar a professora Beth Passos para fazer o processamento técnico, fato descrito na portaria interna (Anexo A).

Em 1982 surge a necessidade deste espaço pedagógico na Escola, que traz consigo um aspecto mais formal de biblioteca, em uma sala de 20m², na esquina da Av. João Pessoa com a Av. Desembargador André da Rocha, junto ao prédio histórico da Faculdade de Engenharia, atualmente salas de aula desta faculdade. Acervo, mobiliário, serviços específicos – neste primeiro momento não havia a figura do bibliotecário. O serviço de organização e circulação era realizado por ela, Teresa. [...] Durante seis meses a biblioteca funcionou sem a presença de um profissional especializado [...]. Era uma biblioteca escolar, com um acervo bem generalizado. (Teresa)

A narrativa de Teresa demonstra que ela detinha um conhecimento mínimo de organização, já que no curso de Secretariado havia as disciplinas de Arquivologia

e Biblioteconomia, que forneciam um norte para a então estudante iniciar as atividades de circulação. Nos dados temporais da documentação, existe um intervalo de três meses. O professor Vergara nomina, por meio de ofício, a servidora que deseja para a função de cuidar e datilografar o acervo da Biblioteca que começa a ser organizada.

A professora Beth Passos é nomeada para consolidar a Biblioteca a partir dos preceitos biblioteconômicos no mês junho, e o ofício que solicita para a Escola a servidora Teresa é do mês de outubro. A complexidade que envolve a organização de um acervo leva a crer que Teresa realizava um atendimento informal, enquanto a professora Beth Passos, devido à sua formação, avançava na organização do acervo e da biblioteca, já que as duas fazem referência ao armário abarrotado de livros e da necessidade de fazer com que as obras circulassem entre os alunos.

Segundo a narrativa da professora Beth Passos, a Biblioteca Clóvis Vergar Marques começa em uma pequena sala localizada no primeiro andar. Lá, ela e o professor Vitos, seu vizinho de andar, desenvolviam os novos serviços que seriam oferecidos à comunidade escolar. E, já naquele momento, em que a Biblioteca começava a tomar forma, previam a necessidade de se projetar espaços maiores e mais adequados aos serviços que desejavam oferecer:

[...] naquela época eu me lembro assim... se subia uma escadinha no primeiro andar da Escola Técnica... tinha umas salinhas lá em cima... e então... me cederam uma sala pequeninha e outra ao lado para o professor Vitos, que estava implementando o primeiro laboratório de informática da Escola Técnica... com aqueles computadores deste tamanho ((abre os braços))... era eu e o Vitos... nós éramos vizinhos ali, e assim... um olhava para o outro... e eu dizia assim: “o primeiro que vai bailar é tu, porque vou precisar de mais espaço”, e ele dizia: “não... o laboratório que vai crescer e a biblioteca que vai sair”... ((risada))... então assim... foi nesta década aí... (Prof.^a Beth Passos)

O acervo foi sendo organizado dentro de uma estrutura mínima, com o formato de uma biblioteca comum a um ambiente escolar, com poucas estantes, um

balcão de atendimento e algumas mesas de estudo. Todos os móveis foram construídos pelo setor de marcenaria da Universidade, que, na época, estava localizado no perímetro urbano da Av. João Pessoa, dividindo espaço com as Faculdades de Economia, Direito, Engenharia e com a Escola Técnica de Comércio, o que tornava mais fácil a comunicação e a solicitação de serviços.

A inauguração da Biblioteca ocorreu no final do ano de 1982, segundo a professora Beth Passos em meados de outubro ou novembro. Localizada ainda na salinha do primeiro andar, possuía um acervo pequeno, com cerca de quinhentos títulos. Segundo Teresa, para não “fazerem feio” na inauguração, ela e a professora Beth Passos resolveram espalhar os livros nas estantes; assim, a biblioteca, ao ser fotografada, passaria a impressão de contar com um acervo generoso.

O número de livros guardados no armário da sala do diretor parecia ser bem maior, mas, ao serem tombados, catalogados e organizados nas estantes, percebeu-se que o número de títulos era pouco expressivo para uma escola de ensino profissionalizante, já com seus setenta anos dedicados à formação de mão de obra qualificada para o setor de serviços. A pequena cerimônia de inauguração do espaço de ensino e leitura juntou as figuras responsáveis por sua implantação, como se pode verificar na narrativa da professora Beth Passos:

agora a data de inauguração tu pode me rachar ao meio que eu não lembro... eu sei que foi para o final do ano, lá pra... outubro... novembro que a gente inaugurou... era calor... eu posso te dizer assim... que tava o professor Vergara, óbvio que cortou a fita, ahn... o professor ((ele ainda era diretor))... sim... sim... ahn... o professor Luís Osvaldo Calvete... que era o coordenador pedagógico... o professor Antônio Albino de Oliveira tava lá também... a Dona Lilia, da secretaria... a estagiária era a [Teresa], irmã da Tânia... trabalhou com nós um tempão... assim... inauguramos a biblioteca e aí a coisa foi crescendo. (Prof.^a Beth Passos)

O crescimento do acervo e a utilização dos serviços da Biblioteca da ETC pelos alunos, conforme as entrevistas coletadas, obrigaram a direção a pensar em uma reorganização do espaço. Rememorando o momento, a professora Beth

Passos estabelece uma comparação das atividades desenvolvidas no primeiro andar da Faculdade de Economia com as novas possibilidades que teriam com o novo espaço, agora no pátio, atrás do prédio da Economia. Segundo a professora, foi possível pensar em melhorias dos serviços de atendimento, em uma melhor disposição das estantes e até em salas de estudo. E, o mais importante, seria um espaço maior, melhor localizado, que passaria a ficar junto às salas de aula, no térreo, nas salas anteriormente cedidas ao PREMEM, como narra o professor Vergara no relatório do ano de 1981 enviado à administração da Universidade. Mais uma vez a professora Beth Passos é a voz que narra o fato:

Tivemos que sair do primeiro andar, que não tinha mais espaço, cederam uma sala lá embaixo no térreo... sala onze... que era uma sala de aula grande... e aí... aí eu me senti... bah!... poderosa, porque aí nós tínhamos sala de leitura... na outra... na salinha lá em cima a gente não tinha... eram umas estantezinhas e um balcãozinho de empréstimo... aí quando a gente consegue ir lá para baixo... conseguimos sala de leitura... tudo bonitinho... enfim.. eu fiquei oito ou nove anos... mas a verdade é que eu não era bibliotecária da Escola... eu era professora, tá... (Prof.^a Beth Passos)

Havia na UFRGS, no início da década de 1980, de acordo com os relatos da professora Beth Passos, um movimento para que todas as unidades que possuíssem bibliotecas passassem a fazer parte do sistema de bibliotecas da Universidade. Seriam estabelecidos serviços unificados de circulação, catalogação e indexação, e políticas de desenvolvimento de acervos. As exigências fizeram com que a professora Beth Passos apresentasse ao professor Rosito, diretor da ETC no período, seu pedido de afastamento das funções de coordenação da biblioteca. Segundo ela, não estava mais sendo possível desempenhar as duas funções com as quais tinha se comprometido na ETC, docente e administradora da Biblioteca Clóvis Vergara Marques. Em 1989, ela se afasta definitivamente da coordenação da Biblioteca, por meio do Ofício nº 90/89 (Anexo B):

[...] quando nós já estávamos com o professor Rosito como diretor em oitenta e nove... pedi meu afastamento... pedi meu afastamento porque aí já andava aquele movimento que todas as bibliotecas tinham que ser filiadas à central da UFRGS... começaram a me convocar para um monte de reuniões [...].
(Prof.^a Beth Passos)

O Ofício nº 90/89 (Anexo B), do acervo pessoal da professora Beth Passos, permite comprovar que, em 14 de abril de 1989, a biblioteca da ETC já tinha um patrono, uma identidade. O nome do professor Clóvis Vergara Marques aparece no ofício assinado pelo professor Rosito, diretor da ETC na época. O diretor agradece os seis anos de dedicação da professora Beth Passos, fazendo referência e destacando o nome do patrono. A questão a respeito da identidade da Biblioteca já havia sido levantada durante os encontros com as senhoras entrevistadas, mas nenhuma delas lembrava quando a homenagem ao professor Vergara havia sido feita. Nos documentos analisados para esta dissertação, a informação também não foi encontrada. Talvez, quando os livros de atas das Reuniões de Congregação forem encontrados, a informação seja recuperada.

Apesar de a história oral, segundo Meihy e Holanda (2015, p. 111), não ter alcançado, “[...] fora dos muros das universidades [...]”, a importância e a credibilidade merecida, este trabalho não a prescindiu, pois comprometeria a reconstrução da história de uma instituição.

Toda a literatura consultada para o projeto de pesquisa destaca a importância da participação dos sujeitos na recuperação da história institucional: recuperam não apenas suas identidades como agentes ativos da história, mas a eles também é conferida a noção de pertencimento a um determinado espaço da história das instituições que ajudaram a constituir.

Muitos alunos só são apresentados ao ambiente biblioteca enquanto estudantes. Portanto, cabe aos professores apresentarem e utilizarem o universo de possibilidades que pode vir a se tornar a biblioteca, independentemente do nível de ensino. Mostrar-lhes que a biblioteca não só deve ser utilizada de maneira impositiva, para as tarefas escolares, mas também como um espaço prazeroso para quem quiser se aventurar na leitura e apropriar-se de conhecimento.

Esta prática já era adotada pelos professores da ETC na década de 1980 e aparece na fala da ex-aluna Ana Springer. Apesar de um primeiro contato não ter lhe causado uma boa impressão, ela ainda consegue perceber a importância do ambiente dentro da Escola e reconhece os esforços de seus professores para a sua utilização, ao referir-se à sala utilizada para a Biblioteca no primeiro andar da Faculdade de Economia:

[...] professores levavam a gente para a biblioteca... para mostrar a biblioteca... então eu conheci a biblioteca através de um professor... eu lembro desse dia em que a nossa turma foi à biblioteca... eu achei a biblioteca feia, assim... sendo bem sincera... mas ela era bem cuidada... os móveis eram velhos... os móveis eram antigos... O espaço da biblioteca era... não era tão pequeno assim... as pessoas achavam pequeno... mas talvez porque eu era pequena... não achava tão pequeno assim... han... a gente entrava e não tinha uma claridade muito boa. (Ana Springer)

Quando se pensa em uma escola de ensino profissionalizante dentro de uma Universidade, vêm à tona todas as possibilidades que esta unidade pode obter além da chancela do nome que abriga uma instituição deste porte. A ETC sobreviveu, durante 107 anos, graças às habilidades de seus gestores em lidar com estruturas maiores, que em muitos momentos a sufocavam, ou simplesmente a ignoravam.

Imaginar os alunos em tais ambientes fica mais fácil quando se consegue captar, em suas falas, suas emoções e suas vivências nesses espaços democráticos. Afinal, não é assim que se pensa e se deseja uma biblioteca? Como um espaço plural, onde o acolhimento acontece independentemente do grau de formação, do extrato social e da faixa etária à qual pertence o usuário que ali circula.

Os trabalhos... os professores faziam questão de pedir trabalhos que nos levassem a ir à biblioteca... eu era aluna da noite... o que eu achava ruim... quando... quando eu saí do estágio e ia para a biblioteca e os livros a maioria já não tinha... porque os livros eram muito poucos... era um ou dois exemplares... e a maioria das pessoas que tentavam pegar os

livros não conseguia... porque passavam de um por um... os livros... eram numas prateleirinhas... com uns cartõezinhos quadrados... que tu... que a bibliotecária e auxiliar de... não era bibliotecária, era a professora Beth, Teresa... que iniciou... elas colocavam a data que tu tinhas que devolver e um

A descrição que a ex-aluna Ana Springer faz da biblioteca da sua instituição de ensino e da importância do ambiente de leitura para a formação dos alunos, quando se reporta ao desejo coletivo de consolidação da Biblioteca, leva a imaginar como era aquele ambiente e faz pensar na importância do planejamento das bibliotecas, para que sejam espaços que não se resumam a livros e estantes.

A minha memória da biblioteca... é... é essa... mas também um lugar de acolhimento... era um... a biblioteca não era bonita... mas éramos bem acolhidos pelos funcionários, servidores... a gente entrava e era sempre um sorriso no rosto... nunca fomos maltratados... acho que porque era um grande sonho de todos... (Ana Springer)

Esse extrato de narrativa dá voz às questões levantadas anteriormente, relativas à necessidade de criação de uma biblioteca própria para a Escola, com acervo específico para o ensino profissionalizante, principalmente por conta do perfil dos alunos da Escola Técnica de Comércio. A forma por meio da qual os alunos eram acolhidos nas demais bibliotecas da Universidade justifica o esforço do professor Vergara em buscar parcerias para organizar e colocar em funcionamento a biblioteca da ETC. Essas questões são pontuadas de forma recorrente na narrativa de Ana Springer:

[...] antes nós tínhamos que ir lá na Faculdade de Economia buscar os livros... na biblioteca da Faculdade de Economia... que era ao lado... e nós não éramos bem tratados... os alunos não eram bem tratados... talvez porque tivesse as prateleiras... tivesse uns livros assim... com dificuldade de alcançar para nós... porque eram poucos volumes... e era

uma gurizada... [...] Imagina... na faculdade normalmente eram pessoas de mais idade e entrava lá umas gurias... 14, 15, 16 anos... e rir faz parte da adolescência... então a gente tava sempre rindo... e tinha que fazer o tal do silêncio... (Ana Springer, grifo nosso)

A referência ao silêncio que faz a ex-aluna Ana Springer, parece algo impregnado no imaginário da Biblioteca e na figura do bibliotecário reconhecido pela comunidade escolar ainda hoje. Para Arena (2009) é preciso reconhecer e resenificar a Biblioteca, necessita-se primeiramente eliminar barreiras comportamentais, segundo o autor a austeridade precisa ser eliminada, já que é algo sempre presente no conceito Biblioteca, “Se antes, mas não mais, uma biblioteca pública era o reinado do silêncio, a biblioteca escolar seria o reinado do ruído, embora mantido a muitos *psius* e olhares severos” (ARENA, 2009, p.161, grifo do autor).

Parece-nos que o ambiente biblioteca ainda permanece impregnado por estes simbolismos, que revelam uma censura constante. São tantos nós, que fazemos do labor e deste espaço de cultura e ensino, que o tornamos um espaço vazio e sem voz, sem musicalidade, sem poesia. Quando na verdade a Biblioteca deveria ser reconhecido como um espaço comum a todos, de acolhimento, de interação, de novas ideias e aprendizados.

Como percebemos na narrativa da ex-aluna Ana Springer, há uma discrepância no tratamento recebido pelos alunos nas bibliotecas da Universidade e nas relações mantidas com os servidores da ETC, uma Escola de nível técnico, com um corpo funcional que tinha conhecimento do público que atendia, não só pela faixa etária, mas também pela origem humilde de muitos que circulavam por ali.

Na década de 1980, o perfil do aluno da ETC havia mudado consideravelmente: já não era composto apenas por indivíduos de classe média que vinham em busca de uma formação mais especializada, com boa instrução, dados os requisitos de seleção que eram exigidos para cursar as habilitações oferecidas na ETC. Pessoas de origem mais humilde passaram a buscar novos horizontes, e muitos dependiam dos acervos disponíveis nas bibliotecas da Universidade para o desenvolvimento intelectual e profissional.

[...] já na biblioteca da ETC eles pediam para a gente não rir... ou falar baixo... mas de outro jeito... que não xingando... (Ana Springer)

Segundo Teresa, era costume do professor Vergara circular pela Escola, frequentar o recreio nos três turnos e conversar com os alunos. Ele gostava de se inteirar das aulas, procurava saber o porquê das ausências e fazia questão de se manter a par dos acontecimentos que pudessem, de alguma forma, atrapalhar o rendimento dos alunos ou levá-los à evasão. As queixas referentes ao acolhimento dos alunos da ETC por outras unidades da Universidade devem ter sido trazidas para as rodas de conversa. Criar setores capazes de suprir estas lacunas era, portanto, uma forma de proteger os alunos. Ana Springer integrou o grupo de alunos ao qual o professor Vergara dispensava um cuidado mais paternalista, sem, entretanto, deixar de cobrar resultados nos estudos.

[...] o professor Vergara, ele... ele me dava todas as noites... todas as noites dois papezinhos pra eu almoçar e jantar no RU... porque eu não tinha dinheiro pra pagar o RU... a situação era tão ((risos)) calamitosa que não tinha dinheiro para o RU... ele me dava dois papezinhos azuis... eu lembro direitinho... com um carimbinho que era para aluno carente.. que deveria ser esse termo carente.. mas na época eu não lembro qual era o termo... ele me dava... ele me ajudava assim... com várias coisas. (Ana Springer)

A Biblioteca consolidada era uma de suas metas. O professor Vergara se preocupava não só com o acesso dos alunos à uma formação de qualidade, mas também pensava em criar setores que contribuíssem e fizessem com que eles pudessem avançar nos estudos. Esse cuidado se revela na voz de Ana Springer ao narrar a atitude do diretor após a inauguração da Biblioteca, que contou com poucos representantes da comunidade escolar: ele sai pela Escola e comunica o ocorrido, pois sabia que não era possível congrega todos os alunos no evento. Além disso, era uma forma de divulgar a Biblioteca. O professor entra em cada sala de aula,

conversa com alunos e professores, fala a respeito da criação do novo espaço na Escola e convida todos a frequentar a Biblioteca, como nos relata Ana Springer:

O professor Vergara fazia aqueles... aquelas entradas na biblioteca... quando... quando tinha um tempo... acho que todas as semanas ele entrava... para ver como tava o atendimento... como é que tavam os colegas... mas nunca cobrando nada dos funcionários... elogiando... a inauguração... foi uma inauguração pequena... eu não participei porque foi de dia... mas de noite ele passou nas salas de aula dizendo que havia acontecido a inauguração da biblioteca... e mais ou menos é isso que eu lembro [...]. (Ana Springer)

A história oral expressa nesta pesquisa procurou ser fiel às narrativas transcritas e ao compromisso assumido com as senhoras, que abriram espaços em suas agendas e fizeram de suas lembranças pessoais fontes de pesquisa para que a história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques pudesse ser contada.

Trata-se, pois, de uma história que procurou nos discursos de Ana Springer, de Teresa, da professora Liana Richter e da professora Elisabeth Passos respostas, vestígios que colaborassem para o resgate da trajetória de criação da Biblioteca, inserida em uma instituição centenária, que passa a ter um ambiente de pesquisa e cultura à disposição de sua comunidade escolar setenta e três anos após sua fundação. Para Meihy e Holanda (2015, p. 111), em outros continentes a história oral é mais valorizada e colabora para a construção da história pública e privada, mas, segundo os autores, “[...] entre nós isso fica para o futuro, sempre adiado”.

Esforços foram engendrados nesta pesquisa para que, no momento presente, a história oral tomasse emprestada as vozes destas quatro senhoras, capazes de romper o silêncio característico das fontes documentais impressas. Segundo Nora (1993, p. 14), o rememorar coletivo “[...] se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais matéria no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem [...]”, e também sobre fontes deixadas do lado de fora das portas de arquivos institucionais.

Ouviram-se muitas narrativas informais por parte de servidores do IFRS *campus* Porto Alegre sobre as origens da ETC e como a gestão da Universidade

tratava a unidade. Por questões metodológicas, foram selecionadas quatro senhoras que mantiveram relações profissionais e de afeto com o professor Vergara e com a Biblioteca mais diretamente.

As narrativas das senhoras não aparecem em sua totalidade na dissertação, devido à complexidade e à extensão que todas as transcrições alcançaram, mas os trechos considerados relevantes estão presentes neste texto. Dentre eles, um dos extratos da entrevista concedida por Teresa, em que ela faz referência à Biblioteca e à ETC dentro das estruturas da UFRGS. A referência parece uma explicação coerente para se entender a Escola Técnica de Comércio, a forma como a Biblioteca foi concebida e todas as dificuldades para a sua emancipação como um instrumento pedagógico e não meramente como um espaço para a guarda e o armazenamento de acervo bibliográfico, até mesmo dentro da ETC. Para Teresa,

[...] a Biblioteca era um espaço perfeito, dentro da imperfeição, que é uma Escola de formação técnica dentro de uma Universidade [...]. (Teresa)

Para que este trabalho vá além dos muros da academia e não caia no esquecimento, e para que a memória institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques seja conhecida pela sua comunidade acadêmica, a dissertação teve como proposta reunir todas as fontes documentais garimpadas para a pesquisa, os documentos impressos, as histórias orais gentilmente cedidas pelas entrevistadas e, a partir de todo esse material, realizar um registro, culminando com a publicação de um livro. Na próxima seção, são abordados os caminhos e as questões que levaram à seleção deste formato e à proposta de editoração do livro.

5 DO DOCUMENTO, DA ORALIDADE AO REGISTRO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Esta dissertação teve como objetivo o registro da memória institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques. Para que a intenção se concretize, propõe-se, como produto final da pesquisa, inserida em um programa de Mestrado Profissional, a compilação de todo o fundo documental levantado. Apresenta-se, pois, como proposta, a criação de um livro eletrônico (Apêndice B), gerado por meio do *software* livre Livros Digitais²⁰ e disponibilizado no portal do Instituto Paramitas²¹ para acesso público.

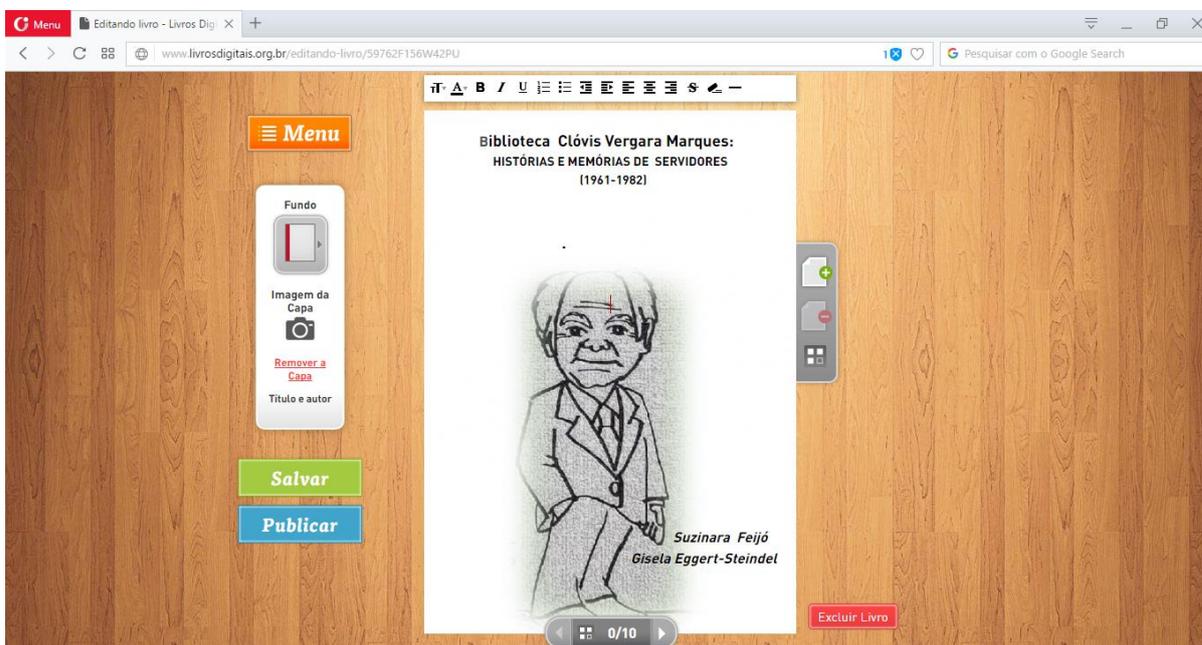
No ambiente virtual da Livros Digitais, é possível a criação de livros de forma intuitiva. A facilidade de operacionalizar cada etapa de criação permite que se gerem ou se insiram os conteúdos e a editoração seja otimizada. A plataforma, criada em 2012, possui atualmente 65.000 usuários cadastrados e 50.000 livros criados, dos quais 15.000 foram publicados. Por meio da plataforma, é possível criar, publicar e compartilhar livros, e ainda imprimir livretos para distribuição (LIVROS DIGITAIS, 2017). O site abriga, em sua Biblioteca Digital, todos os livros gerados em seu ambiente e permite que se faça uma pesquisa por autor.

Para que esta proposta se torne exequível, a editoração do livro vem sendo realizada dentro da plataforma digital gratuita Livro Digital (Figura 6), onde todos os conteúdos desenvolvidos no ambiente estão sujeitos às políticas de acesso livre (Creative Commons²², atribuição não comercial, sem derivados 3.0, não adaptada).

²⁰ O Livros Digitais é uma plataforma de criação de livros de forma prática, simples e gratuita. Qualquer pessoa pode criar, publicar e compartilhar seu livro por meio das redes sociais. Disponível em: <<http://institutoparamitas.org.br/web/noticias.php?id=5631>>. Acesso em: 30 abr. 2016

²¹ O Instituto Paramitas foi fundado em 2009, idealizado por um grupo de educadores que tinham o desejo de desenvolver ações que contribuíssem para a qualidade educativa e social. Desde então, desenvolve ações socioeducativas aliadas à tecnologia que contribuam para a aprendizagem, autonomia e transformação social. Disponível em: <<http://institutoparamitas.org.br/web/nossahistoria.php>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

²² O Creative Commons (CC) é uma organização global sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e a reutilização de criatividade e conhecimento através da provisão de ferramentas legais gratuitas. Suas ferramentas legais ajudam aqueles que querem incentivar a reutilização de suas obras, que querem fazer uso criativo de obras e que desejam se beneficiar do compartilhamento. Almeja-se ajudar desenvolvedores de conteúdo a demonstrarem todo o seu potencial criativo na WEB. A CC tem colaboradores em todo o mundo, que ajudam a garantir que as licenças funcionem internacionalmente e que promovam a conscientização sobre o trabalho desenvolvido (tradução nossa). Disponível em: <<https://creativecommons.org/faq/#about-cc>>. Acesso em: 31 mai. 2017.

Figura 6 – Proposta de capa para o livro²³

Fonte: Elaborado pela autora no ambiente virtual Livros Digitais, 2016.

As resoluções presentes na descrição do protocolo do Creative Commons dizem respeito às regras a que estão sujeitos os usuários da plataforma Livros Digitais. O criador de conteúdo desenvolvido neste ambiente virtual tem o direito de compartilhar sua criação e de “criar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato” (CREATIVE COMMONS, 2017). Os regramentos são definidos dentro dos seguintes termos:

Atribuição – você deve dar o crédito apropriado, prover um *link* para licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Não comercial – você não pode usar o material para *fins comerciais*.

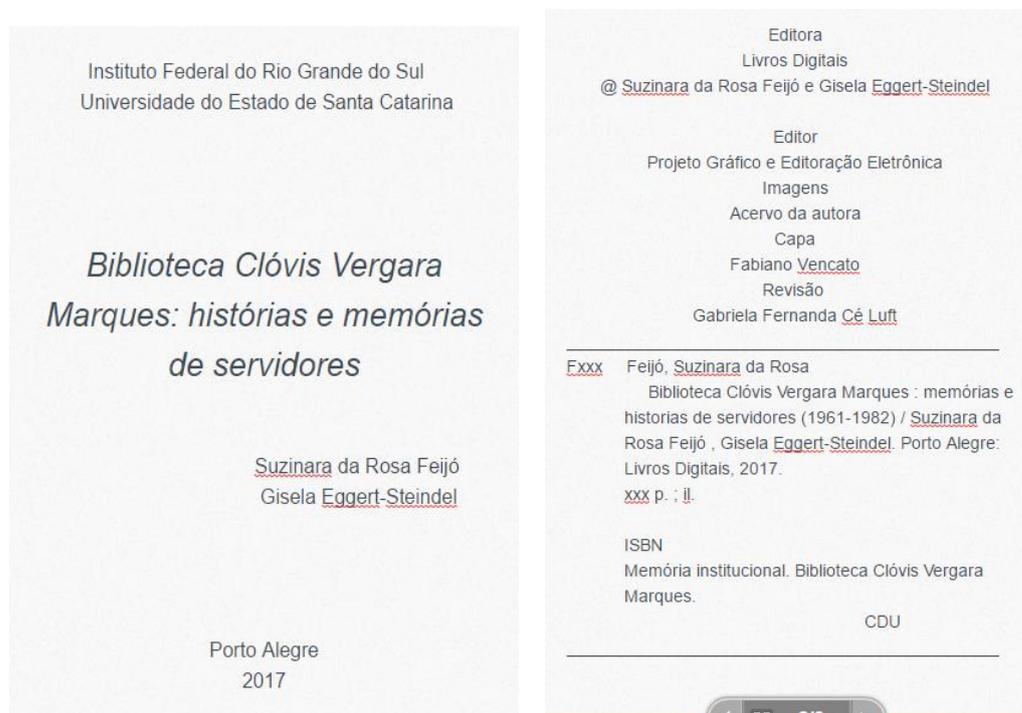
Sem derivações – se você *remixar, transformar ou criar a partir* do material, você não pode distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais – você não pode aplicar termos jurídicos ou *medidas de caráter* tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita. (CREATIVE COMMONS, 2017, grifos do autor)

²³ Disponível em: < <http://www.livrosdigitais.org.br/editando-livro/59762F156W42PU?page=0>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

A intenção de registrar a história documental e a história oral (Figura 7) coletadas para esta pesquisa vem da necessidade de que as informações não se percam e que possam ser utilizadas pela comunidade acadêmica do IFRS *campus* Porto Alegre e, também, sirvam como incentivo aos demais bibliotecários do sistema de bibliotecas do IFRS para formarem um fundo documental que registre e preserve as histórias de suas unidades.

Figura 7 – Folha de rosto e ficha técnica



Fonte: elaborada pela autora no ambiente virtual Livros Digitais, 2016.

A importância do registro da trajetória de bibliotecas se justifica pela história da educação deflagrada a partir da criação dos Institutos Federais, já que muitas das unidades de informação estão sendo concebidas a partir do planejamento e da criação de novos *campi* no IFRS, que, no futuro, não podem configurar meros dados estatísticos.

O sumário pensado para o livro ainda não é o definitivo (Figura 8), pois o ato de escrever se refaz a cada momento em face de novas leituras e do compartilhamento dos conteúdos com colegas, capazes de auxiliar na revisão. As ideias se entrelaçam e, a cada nova leitura, descobre-se que o texto pode ser melhorado, ou não está tão claro quanto se desejaria que estivesse. Para que o diálogo entre texto e leitor venha a acontecer da melhor forma possível, são

necessários objetividade e clareza, a fim de que a leitura seja prazerosa e constitua um referencial da memória institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

Figura 8 – Proposta de sumário

Sumário
Apresentação
Filipe Xerxeneski da Silveira
Introdução
Capítulo 1
A Escola Técnica de Comércio
A Biblioteca da Escola Técnica de Comércio
Capítulo 2
A pesquisa histórica como fio condutor da memória institucional
Capítulo 3
A memória institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques nas vozes emprestadas de servidores da Escola Técnica e Comércio
Bibliografia
Fontes documentais
Fontes orais
Anexos

Fonte: elaborado pela autora no ambiente virtual Livros Digitais, 2016.

Algumas das bibliotecas das unidades dos *campi* do IFRS iniciaram suas atividades em uma sala de aula, com algumas poucas estantes e um pequeno acervo. Com um pouco de sorte, contavam com um corpo técnico especializado. Esse momento, para muitos de pouca importância, marca o esforço de comunidades inteiras, que buscam melhorar suas vidas, suas tarefas laborais, adquirir novas competências, investir no futuro de sua juventude. E só elas sabem o esforço e as tratativas políticas que tiveram que construir para que esses momentos e espaços se concretizassem.

Deixar que essa história se perca pode custar caro, pois são os registros que indicam caminhos futuros e quais devem ser evitados, de acordo com as experiências vividas pelas pessoas que contribuíram para a consolidação desses espaços de ensino e leitura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Biblioteca Clóvis Vergara Marques é uma biblioteca, e na linguagem biblioteconômica do século XXI, dita unidade de informação com acervo misto (MATTOS; PINHEIRO, 2006), voltado para o ensino profissionalizante há mais de cem anos. Está inserida em uma estrutura multicampi, no *campus* Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Os Institutos Federais, criados em 2008 por lei federal, têm uma proposta que abarca todos os níveis de ensino: educação básica, profissionalizante e superior (IFRS, 2016).

A apresentação institucional do espaço no qual a Biblioteca está inserida como instrumento pedagógico serviu para ratificar a importância desse ambiente de pesquisa e leitura para a formação educacional, independentemente do nível de ensino atendido.

Como visto, a Biblioteca Clóvis Vergara Marques ganha uma identidade de acordo com os documentos publicados em fins da década de 1980, como o Ofício nº 90/89 (Anexo B). No entanto, sua existência é percebida dentro da Escola Técnica de Comércio já no início dos anos de 1970.

Nas vozes tomadas emprestadas para o presente estudo, as iniciativas do professor Vergara mostram-se presentes e humanizadas por conta do afeto e da admiração que as senhoras entrevistadas dedicam ainda hoje à sua pessoa. Mais do que mestre ou administrador da Escola, ele foi um amigo, um conselheiro em momentos de necessidade e alegria.

A imagem da Escola, assim, remonta à afetividade, capaz de ainda ser percebida em instituições de pequeno porte. Gerir a ETC, na Av. João Pessoa, nº 52, que dividia espaço com as faculdades de Economia, Direito e Engenharia, não deve ter sido tarefa fácil. A Escola só sai para um espaço independente no ano de 1992, quando passa a se situar na rua Ramiro Barcelos, no *campus* Saúde da UFRGS.

O Prof. Vergara conseguiu tal proeza: articulou-se com os diretores das faculdades, quando necessário, a fim de garantir que a Escola continuasse existindo, e seguiu fazendo uso de sua diplomacia junto às Pró-Reitorias da Universidade, como narra a professora Beth Passos, ao se referir ao patrono da Biblioteca como um diplomata.

Conforme os documentos analisados, já no ano de 1980 o professor Vergara, ciente da necessidade de seus alunos em relação ao aprofundamento de seus aprendizados, começa a solicitar doações de obras voltadas para os cursos profissionalizantes oferecidos pela ETC. As cartas, os ofícios e as entrevistas narram esses episódios. Os ofícios descrevem, por meio de extratos de textos selecionados, as tratativas que ele organizou para iniciar um acervo e as pessoas com as quais estabeleceu aliança a fim de alcançar seus objetivos e oferecer uma circulação mínima de bibliografia a seus alunos.

A alusão a um ambiente que remete a uma estrutura de Biblioteca na década de 1970 surge, por conta da história oral, na voz da professora Liana Richter, quando rememora o período em que foi aluna da Escola. Ela descreve uma “pequeníssima Biblioteca, com pouquíssimos livros [...]”, que abrigava, em seu interior, poucas mesas e não mais que seis cadeiras, sendo mais utilizada, na época, como espaço de acolhimento e socialização, sendo pouco reconhecida pela comunidade escolar do período como uma biblioteca.

Não foram encontrados nos arquivos institucionais visitados fontes documentais impressas que se reportem ao recorte temporal acima mencionado. As buscas realizadas nos arquivos se pautaram em provas capazes de colaborar com os objetivos deste trabalho, que se propôs a descrever a trajetória da Biblioteca Clóvis Vergara Marques na Escola Técnica de Comércio dentro de um recorte temporal específico: 1961 a 1982. Buscaram-se indícios passíveis de relatar as origens da Biblioteca e de indicar as pessoas que participaram dos momentos que envolveram a sua criação.

Ao ler os conteúdos presentes em cada um dos ofícios, percebe-se que a instituição Biblioteca, em sua plenitude, não se confirmou dentro da ETC até meados de 1980. Os alunos da Escola dependiam das outras unidades de informação da Universidade. O fato é verificado na narrativa da professora Liana Richter, enquanto aluna da ETC, que não percebe no ambiente descrito por si a Biblioteca. Tal percepção, da não existência do ambiente biblioteca na Escola, confirma-se nos extratos de textos selecionados e destacados dos ofícios utilizados como fontes documentais na seção quatro desta dissertação. Neles, é possível perceber o conhecimento que o administrador possuía acerca da lacuna na formação de seus alunos devido à falta desse instrumento pedagógico na Escola e, por conta dessa

percepção, inicia um movimento de doação de obras para compor o acervo da Biblioteca da ETC.

A criação de uma biblioteca, por mais singela que pareça, não é uma tarefa fácil em nenhuma instituição de ensino. Torna-se sempre um projeto coletivo, que até pode ser originado a partir da determinação de um indivíduo, mas nunca se trata de um projeto solitário. As cartas escritas pelo professor Vergara e endereçadas a pessoas e instituições solicitando ou agradecendo as doações recebidas comprovam a forma por meio da qual a Biblioteca foi gestada.

A ETC, como verificado na fala das entrevistadas, não possuía uma Biblioteca formalizada. Os documentos analisados começam a desvendar a Biblioteca no ano de 1981, quando o professor Vergara faz menção à sua idealização no relatório de prestação de contas da Universidade. Os dados também estão presentes nas narrativas das demais entrevistadas, que iniciam sua relação com a Escola no início da década de 1980, período que registra o movimento realizado pelo professor Vergara na busca de materiais específicos para os cursos da Escola. Durante dois anos, ele arrecada materiais bibliográficos para a Biblioteca.

A história oral recuperada nas narrativas da ex-aluna Ana Springer e da professora Beth Passos falam a respeito de um armário mantido na sala do diretor. Segundo Ana Springer, os alunos que precisassem de auxílio para pesquisa escolar apresentavam o assunto solicitado pelo professor da disciplina ao professor Vergara, que, pessoalmente, verificava as obras que correspondiam ao tema, fazendo com que os livros circulassem.

Conforme os relatos colhidos sugerem, as atividades de pesquisa e de circulação de materiais ocorreram informalmente por mais de uma década, já que toda a bibliografia a que os alunos tinham acesso se encontrava armazenada em um armário localizado na sala do diretor da ETC, e cabia a ele realizar o empréstimo e o controle da entrega das obras ali guardadas.

A Biblioteca da ETC esteve subordinada à Faculdade de Economia durante vinte e dois anos. Nesse período, conforme as narrativas e os próprios documentos utilizados como fontes para esta pesquisa comprovam, os alunos utilizavam as bibliotecas dessa Faculdade ou da Faculdade de Direito, devido à proximidade. A direção da Escola levou vinte e um anos para atentar para as lacunas na formação de seus alunos, muitos dos quais eram constrangidos ao acessar unidades de

informação da Universidade, motivo pelo qual têm início as tratativas de formalização e implantação da Biblioteca da ETC.

A estratégia do armário não se sustentou por muito tempo: o professor Vergara percebeu seus limites e convidou a professora Beth Passos para assumir a organização da Biblioteca. Após o aceite, ele a nomeia, em 1º de junho de 1982 (Anexo A), como responsável pela Biblioteca. Segundo a professora, a Biblioteca inicia sua formação em uma pequena sala do primeiro andar da Faculdade de Economia, espaço destinado para a sua implantação, e é lá que ela começa a catalogar e organizar as doações recebidas e os livros armazenados no armário da sala do diretor.

O professor Vergara, percebendo a complexidade da tarefa, solicita a transferência de uma servidora da Universidade, formada na ETC no curso de Secretariado, para auxiliar nos serviços de organização da Biblioteca. É dessa forma que Teresa chega à Escola. E é também por meio de seu trabalho na Biblioteca que a circulação do acervo é colocada em prática.

A Biblioteca, conforme os depoimentos da professora Beth Passos, foi inaugurada no final do ano de 1982. Não foi possível encontrar nos documentos analisados para esta pesquisa o registro de uma data precisa. Contudo, encontrou-se no auditório²⁴ da Torre Sul do IFRS Campus Porto Alegre o projeto de Reaparelhamento Operacional de Escola de II Grau, do ano de 1989, que registra, em sua justificativa, os dados referentes à Biblioteca da ETC. No documento, aparece registrada a inauguração como tendo ocorrido em dezembro de 1982 (UFRGS, 1988, fl. 12). Nesse projeto, que extrapola o recorte temporal desta pesquisa, a Biblioteca tem mais uma vez reconhecida a sua identidade como Biblioteca Clóvis Vergara Marques. Mas as rotinas escolares, como são conhecidas, levam a pensar tal qual a professora Beth Passos a respeito da data de inauguração, pois dezembro geralmente era – e continua sendo – mês de férias nas instituições de ensino. Não seria inteligente realizar a inauguração de um espaço tão esperado pela comunidade escolar nesse período. Para colaborar com esse ponto de vista, há, ainda, o testemunho da ex-aluna Ana Springer relativo à atitude do professor Vergara, que, segundo ela, passou nas salas de aula, à noite, comunicando o ato de inauguração ocorrido durante o dia, procurando, com isso,

²⁴ Antigo espaço da ULBRA TV.

reforçar para a comunidade escolar a importância desse ambiente para suas formações.

No final de 1982, conforme os relatos e a documentação pesquisada, a Biblioteca é formalizada dentro da Escola e, mesmo antes de sua inauguração, o acervo passa a circular, a partir desse momento com mais controle, pois é constituída a equipe da Biblioteca, composta por duas servidoras realizando as atividades de auxiliares de biblioteca, Teresa e Zezé, e a professora Beth Passos, responsável pelo processamento técnico dos itens. Com a organização da Biblioteca finalizada, começam a ser prestados os serviços tradicionais desse tipo de instituição: empréstimo domiciliar e auxílio à pesquisa local e ao ensino. Na época, já eram cobradas multas para os casos de atraso e reposição de material quando ocorriam danos ou perdas de itens. Seu acervo era composto em sua totalidade por materiais impressos. Tratava-se de uma biblioteca escolar, com acervo diversificado, conforme descreve Teresa, fato que não surpreende, quando se sabe que todo o seu acervo foi resultante de doações.

A busca pelo percurso histórico da Biblioteca Clóvis Vergara Marques dentro do recorte temporal selecionado, 1961 a 1982, partiu das informações existentes no projeto elaborado pela professora Beth Passos, das fontes documentais e da história oral coletada de servidores e alunos da ETC.

A partir do projeto, era sabido que uma estrutura básica de Biblioteca havia sido pensada, mas precisava-se de mais dados, principalmente depois do desaparecimento do documento. Como a Escola Técnica de Comércio estava abrigada, no período, nas estruturas da Faculdade de Ciências Econômicas, registros impressos que revelassem alguma informação da Biblioteca poderiam vir dali ou do Arquivo Geral da UFRGS.

No Arquivo Geral da UFRGS, uma conversa com a arquivista responsável pelo setor, revelou que a possibilidade de haver qualquer documento a respeito da ETC era remota, pois as políticas de gestão de documentos indicam que, quando uma instituição migra para outro órgão, leva consigo todo o seu fundo documental. Mesmo assim, foi solicitada uma busca no Arquivo Geral da UFRGS e a previsão da arquivista se confirmou: não foram encontrados quaisquer documentos que tratassem da ETC ou de sua Biblioteca.

Restava, pois, a Faculdade de Ciências Econômicas. Após contato com a bibliotecária Lilian Maciel, colega do Grupo de Estudos em Catalogação do

SBU/UFRGS, que integrei enquanto a Biblioteca Clóvis Vergara Marques fez parte do sistema de bibliotecas da UFRGS, fui apresentada à bibliotecária Eliane Gonçalves, coordenadora da biblioteca Gládis Wiebbling do Amaral, da Faculdade de Ciências Econômicas.

A bibliotecária Eliane Gonçalves estabeleceu contato com o servidor responsável pelo Arquivo Histórico Prof. Pery Pinto Diniz da Silva, que autorizou meu acesso ao Arquivo Histórico, mediante acompanhamento de uma bolsista do curso de Arquivologia da UFRGS, o que me permitiu uma seleção e análise minuciosa dos documentos. Durante quatro semanas, vasculhei as caixas de arquivos, organizadas cronologicamente e de acordo com a tipologia de documentos que abrigavam. Infelizmente, pouco havia ali sobre a Escola Técnica de Comércio e suas estruturas. Contudo, foi possível recuperar informações sobre os dados funcionais do professor Vergara, que auxiliaram na formação do seu perfil e a perceber sua trajetória dentro da ETC. Porém, onde estavam os documentos que formalizaram a Biblioteca Clóvis Vergara Marques?

Retornei para a minha unidade, o *campus* Porto Alegre do IFRS, em busca dos livros de atas das Reuniões de Congregação. Contudo, como o *campus* ainda não possui um arquivo minimamente organizado, os documentos ainda estão dispersos em alguns setores da instituição.

Iniciou-se a busca nos diversos setores do *campus*. Na estrutura física onde estava alocada a Biblioteca Clóvis Vergara Marques, no térreo da Torre Sul, foram encontrados alguns documentos históricos da ETC. Tratava-se de boletins de aproveitamento dos alunos e registros de ponto dos professores das décadas de 1950 e 1960, bem como uma cópia da justificativa do projeto de Reparcelhamento Operacional de Escola de II Grau (ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO, 1988).

No projeto de Reparcelhamento Operacional entregue a Reitoria de Graduação da UFRGS, são descritos os vários setores da ETC. Nele também aparece uma descrição da Biblioteca e seu acervo, que reafirma sua identidade quando faz referência ao ambiente por meio do nome de seu patrono, o professor Clóvis Vergara Marques, dado que já havia sido verificado no ofício nº 90/89 endereçado à professora Beth Passos pelo professor Rosito, no ano de 1989.

O projeto, datado do ano de 1988, apesar de extrapolar o recorte temporal da pesquisa, é mais um registro impresso que ajuda a desvendar o ano em que a Biblioteca Clóvis Vergara Marques foi inaugurada, 1982. Descreve o acervo em

dados numéricos, assim como informa o número de usuários cadastrados: “acervo: 1.700 títulos registrados, 3.000 exemplares disponíveis e o número de usuários cadastrados naquele ano: 620 usuários” (ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO, 1988, p. 13).

O fundo documental que compôs esta pesquisa e que tem relação com a criação da Biblioteca Clóvis Vergara Marques estava armazenado no arquivo histórico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, na sala 817 do oitavo andar da Torre Norte do IFRS *campus* Porto Alegre, nos documentos do arquivo pessoal da professora Beth Passos e na história oral trazida à tona pelas senhoras entrevistadas.

Tem-se presente na área de Educação que o ato que leva à criação de uma biblioteca é a necessidade de seus usuários por fontes de informação e pelo fato desse ambiente agregar valor às instituições que as administram. A Biblioteca Clóvis Vergara Marques começa a tomar forma na Escola, a partir de um “armário-biblioteca”, como já foi abordado, nos moldes das escolas rurais. Todo o esforço por parte do diretor em montar um acervo e fazer com que os títulos circulassem veio, em parte, por verificar que as bibliotecas da Universidade pouco tinham a oferecer aos alunos do ensino profissionalizante, em sua maioria trabalhadores, já que grande parte dos cursos eram oferecidos à noite.

O mais grave, contudo, diz respeito à forma por meio da qual esses alunos eram acolhidos nas bibliotecas da Universidade, conforme relatam a ex-aluna Ana Springer e a professora Beth Passos. As queixas, com certeza, foram compartilhadas em conversas durante os recreios, nos quais o professor Vergara sempre se fazia presente. Todos esses fatos cooperaram para que um desejo que o professor Vergara guardava para si viesse a tomar forma. A prova estava no armário que foi mantido em sua sala por um longo período.

As questões levantadas e comprovadas pelos alunos e a certeza de que as bibliotecas da Universidade não supriam as necessidades de pesquisa dos cursos oferecidos pela Escola cooperaram para que a ideia de uma biblioteca saísse do papel e fosse instaurada na prática do cotidiano escolar.

Em todas as correspondências e nos detalhes das narrativas das histórias orais transmitidas pelas vozes de quatro senhoras que vivenciaram a ETC na década de 1980 como alunas e servidoras, fica explícita a responsabilidade que o professor Vergara toma para si no que diz respeito à construção de um ambiente de

ensino e aprendizagem. Mesmo prestes a deixar a Instituição, já que sua aposentadoria acontece no ano de 1983, envolve-se pessoalmente no projeto de criação da Biblioteca e deixa esse legado para a comunidade escolar.

O sonho de consolidação da Biblioteca Clóvis Vergara Marques não foi um sonho solitário – nem poderia ser, já que se tratou de um projeto moldado dentro de uma instituição de ensino. O movimento de criação contou com o corpo docente, com técnicos-administrativos e mesmo com pessoas que não labutavam na Escola, mas tinham ciência do quanto a informação tem poder para melhorar a vida de um coletivo social e lhe dar novos horizontes. Essa também era a meta do diretor: fazer com que seus alunos sonhassem o mais alto possível.

A criação da Biblioteca Clóvis Vergara Marques nasceu, assim, da necessidade de seus alunos por espaços adequados de pesquisa, pelo zelo com a pessoa humana, que merece ser tratada com respeito em instituições públicas ou privadas, e pela determinação de um homem, o professor Clóvis Vergara Marques, que primeiramente enxergava a pessoa humana para só depois pensar nas questões burocráticas que a gestão de uma instituição pública impõe.

Cabe destacar, por meio das figuras da professora Beth Passos, professora Liana Richter, Teresa e Ana Springer, todos os alunos e servidores que labutaram na Biblioteca Clóvis Vergara Marques, que não só representam os esforços da comunidade escolar, mas também confirmam a importância do conhecimento que ali adquiriram, e que hoje estão presentes nos mais diversos segmentos do mercado de trabalho por todo o território brasileiro.

A legislação referente à criação da Biblioteca não foi encontrada. O projeto elaborado pela professora Beth Passos continua desaparecido, assim como o conjunto de fotos do ato de inauguração. Os livros de ata das Reuniões de Congregação ainda não foram localizados, e neles certamente deve haver alguma referência à Biblioteca, haja vista que todos os fatos e atos pertinentes à ETC eram discutidos nessas Reuniões. Verifica-se, assim, que documentos que estavam minimamente organizados na antiga sede da ETC, na rua Ramiro Barcelos, encontram-se desaparecidos, pela falta de zelo no que diz respeito à manutenção e à preservação da história de uma instituição. A precariedade de guarda e armazenamento dos documentos causou uma lacuna expressiva nesta dissertação. No entanto, no futuro será possível que a história da Biblioteca seja recontada com mais riqueza de detalhes.

A proposta de criação de um documento que registre o levantamento documental realizado para esta dissertação parte do desejo de que os fatos aqui narrados circulem entre a comunidade acadêmica do IFRS. Que as pessoas que fizeram com que instituições sobrevivessem ao longo do tempo sejam lembradas e referenciadas com o devido respeito. Afinal, é por meio da identidade dessas figuras históricas e relevantes que os ambientes se firmam, haja vista o exemplo da Biblioteca Clóvis Vergara Marques do IFRS *campus* Porto Alegre, uma unidade de informação de qualidade consolidada junto à sua comunidade.

Esta dissertação não encerra a questão sobre a história da Biblioteca Clóvis Vergara Marques. A pesquisa contou com indícios encontrados em meio às correspondências e sua fundamentação se baseia nesses dados e na história oral trazida pelas senhoras que participaram do estudo, rica em contribuições e detalhamentos.

A Biblioteca da Escola Técnica de Comércio surgiu a partir da determinação de um homem, o professor Clóvis Vergara Marques, que não mediu esforços para concretizar o projeto e agregou ao seu redor pessoas capazes de lhe dar sustentação e abraçar com ele o sonho de uma Biblioteca capaz de atender a comunidade escolar, com acervo específico para o ensino profissional e que tivesse como proposta não só a formação de guarda e armazenamento de acervo para o ensino e a pesquisa, mas constituir um espaço em que todos se sentissem acolhidos, onde a noção de pertença impregnasse alunos e professores.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22. João Pessoa, PB. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003. 10 f. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6705/1346.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 out. 2016.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1991.

ARENA, Dagoberto Buim. Leitura no espaço da biblioteca escolar. In: Souza, Renata Junqueira de (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas: Mercado das Letras, 2009. p. 157-185.

BARBOSA, Ricardo A. M. **Administração de empresas**: entenda a diferença de organização e instituição. Publicado em 29 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.innovia.com.br/blog/business/administracao-de-empresas:-entenda-a-diferenca-de-organizacao-e-instituicao>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Texto de História**, Brasília: UNB, vol. 11, n. 1-2, p.145-171, 2003.

BAUER, Martin W.; GASKELL. George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL. George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 17-89.

_____. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL. George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BIAGINI, Jussara. **Revisitando momentos da história do ensino técnico**. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1713.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

BORG, Walter. Investigación educacional: una introducion. In: HAYMAN, J. C. **Investigación y educación**. Buenos Aires: Paidós, 1974.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 out. 2014.

_____. **Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 26 out. 2016

_____. **Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011**. Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12458.htm>. Acesso em: 26 jul. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1339-9-janeiro-1905-612623-publicacaooriginal-135659-pl.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. _____. **PROJETO DE LEI N.º 6.901-B, de 20 de abril de 2006**. Do Sr. Celso Russomanno) Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona. Disponível em:<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=13D4D1274C5FE3A79A3ACC2E1F68380A.node2?codteor=428428&filename=Avulso+-PL+6901/2006>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. _____. **Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931**. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>>. Acesso em:24 jun. 2017.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 2011. p. 7-38.

_____. **A Revolução Francesa da historiografia:** a Escola dos Annales 1929-1989. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **O que é história cultural?** 2. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. CAMPUS PORTO ALEGRE. **Ingresso.** Disponível em: <<http://www.poa.ifrs.edu.br/institucional/copese>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4). p. 679-684.

CERTEAU, Michel de. In: LE GOFF et al. **A nova história.** Lisboa: Editora 70, 1984. 89p. (Mesa redonda).

CERVO, Armando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica:** para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

CORAZA, Gentil. Uma história centenária. In: CORAZA, Gentil (Org.). **História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas:** 1909-2009. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

DUBY, Georges. Problemas e métodos em História Cultural. In: **Idade Média, idade dos homens:** do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 125-130.

Educação propedêutica. In: MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Dicionário interativo da educação brasileira:** *Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/educacao-propedeutica/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

EGGERT-STEINDEL, Gisela. **Dos espaços de leitura à Biblioteca Municipal de Jaraguá do Sul:** discursos e percursos (1937-1983). Florianópolis: Insular, 2009.

FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. Uma pedagogia da memória. In: NASCIMENTO, Adalson ; CHAMON, Carla Simone (Org.). **Arquivos e história do ensino técnico no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

FREITAS, Sonia Maria de. **História oral:** possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FUNDACENTRO. Grupo de Resgate Histórico – GRH. **A importância da memória institucional**. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/resgate-historico/a-importancia-da-memoria-institucional>>. Acesso em: 19 nov. 2016

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Campus* Porto Alegre. **Cursos oferecidos no Campus**. Disponível em: <<https://www.poa.ifrs.edu.br/institucional/a-instituicao/do-campus-porto-alegre/cursos-tecnicos>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1990. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

_____ et al. A história: uma paixão nova. In: LE GOFF, Jacques et al. **A nova história**. Lisboa: Editora 70, 1984. 89p. (Mesa redonda).

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2011. p. 135-163.

MACHADO, Geraldo Ribas. **Um estudo do perfil demandado pelo mercado de trabalho para alunos egressos da Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Engenharia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Engenharia, Porto Alegre, 2002.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiros**. São Paulo: Cortez, 1982.

MANZINI, Eduardo. J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. 2, 2004, Bauru. **Anais Eletrônicos...** Bauru: Universidade Sagrado Coração, 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/lisipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

MARANON, Eduardo Ismael Murguia. A memória e sua relação com arquivos, bibliotecas e museus. In: MARANON, Eduardo Ismael Murguia (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010. p. 11- 32.

MARQUES, Clóvis Vergara. Prefácio. In: VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Do curso geral à Escola Técnica de Comércio: 1909-1979: a história do ensino técnico comercial de segundo grau na UFRGS**. Porto Alegre, [1979]. p. 5.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MATTOS, Ana Luiza de Oliveira; PINHEIRO, Michelle. O perfil das novas bibliotecas escolares universitárias (bibliotecas mistas) nas instituições de ensino privado no estado de Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.11, n .1, p.171-184, jan./jul., 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MORENO, Nádina Aparecida. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: BARTALO, Linete ; MORENO, Nádina Aparecida (Org.). **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008. Capítulo 3.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo, n. 10, dez. 1993. Tradução de Yara Aun Houry. p. 7-28. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

OLIVEIRA, Aydê Andrade de. **A inter-relação entre o acesso e a preservação dos acervos audiovisuais do Centro Integrado de Teleducação do Sul (CITES/UFPEL)**. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/orais//final_540.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

OLIVEIRA, Denize Cristina. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, out./dez.; 16(4):

569-76, 2008. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

PEREIRA, Cláudio de Souza. Memória Organizacional: conceito e práticas em construção. In: EnANPAD, 37, Rio de Janeiro, 2013. **Anais ...** Rio de Janeiro, 2013. p. 1-15. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_ADI471.pdf>. Disponível em: 20 nov. 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

SALES, L. F.; SAYÃO, L. F. Inovações tecnológicas: grandes pensadores e seu reflexo nas bibliotecas. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. dá s G. (Org.). **Conhecimento: custódia & acesso**. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132/168>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Biblioteca escolar: da gênese à gestão. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tânia M. K. (Org.). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009. p. 187-204.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca pública, identidade e enraizamento**: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2014. 253 f.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. In: Congresso Internacional de Biblioteconomia. 3, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/csouza952/IIICIB.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa**: reflexões sobre uma nova velha história. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/stone-lawrence-o-ressurgimento-da-narrativa.html>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

_____. **Past and present**, n. 85, nov. 1979, p. 3-24. Tradução de Denise Bottman. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/stone-lawrence-o-ressurgimento-da-narrativa.html>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

THIESEN, Icléia. Informação, tempo e memória. In: THIESEN, Icléia **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

_____. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológico. 1997. 161p.: Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://tede-dep.ibict.br/bitstream/tde/39/1/icleiacosta1997.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

TOMPHSON, Paul. Prefácio à primeira edição. In: TOMPHSON, Paul **A voz do passado**: história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 9-11.

TRIVINOS, Augusto Nilbaldo. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.udesc.br/comit%C3%AAde%C3%A9ticaepesquisacomsereshumanos>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Pró-Reitoria de Planejamento. **O egresso da Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no quinquênio 1972/1976**: habilitação e atividade profissional. Porto Alegre, 1983. (Série Estudos e Projetos, n. 5).

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Do curso geral à Escola Técnica de Comércio**: 1909-1979: a história do ensino técnico comercial de segundo grau na UFRGS. Porto Alegre, [1979].

FONTES DOCUMENTAIS CONSULTADAS

ARQUIVO Histórico Prof. Pery Pinto Diniz da Silva, da Faculdade de Ciências Econômicas. **Portaria nº 6, de 18 de março de 1954.** Nomeia o Prof. Clóvis Vergara Marques Coordenador do Curso Técnico de Contabilidade.

_____. Universidade do Rio Grande do Sul. Portaria nº 82, de 24 de maio de 1945. **Decreto-Lei nº 789, de 11 de maio de 1945.** Transforma a Escola de Comércio em Faculdade de Economia e Administração.

_____._____. Faculdade de Ciências Econômicas. **Portaria nº 41, de 29 de setembro de 1961.** Nomeia o Prof. Clóvis Vergara Marques Diretor da Escola Técnica de Comércio.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO GRANDE DO SUL. Escola Técnica de Comércio. Relatório. **Atividades desenvolvidas pela Escola Técnica de Comércio no período letivo de 1981.** Livro de Correspondências Expedidas – 1982.

_____._____. **Ofício nº 34.** Porto Alegre, 16 de março de 1982. Carta de agradecimento endereçada à Editora AUDIPEL pela doação de livros didáticos. Livro de Correspondências Expedidas – 1982.

_____._____. **Ofício nº 71.** Porto Alegre, 27 de abril de 1982. Carta de agradecimento endereçada à Bibliotecária-Chefe da Faculdade de Educação. Livro de Correspondências Expedidas – 1982.

_____._____. **Ofício nº 169.** Porto Alegre, 13 de outubro de 1982. Carta de solicitação de remoção de servidora designada para iniciar os trabalhos de organização da Biblioteca à Pró-reitora de Graduação. Função específica de datilógrafa.

_____._____. **Portaria Interna.** Porto Alegre, 1º de junho de 1982. Designa a Prof.^a Elisabeth Passos de Oliveira, desta escola, para responder pela organização e implantação da Biblioteca da Escola Técnica de Comércio. (Acervo pessoal da Prof.^a Elisabeth Passos de Oliveira.

_____._____. **Ofício nº 90.** Porto Alegre, 14 de abril de 1989. Carta de aceite do Diretor da Escola Técnica de Comércio, Prof. Aldo Antonello Rosito, pelo afastamento da Prof.^a Elisabeth Passos de Oliveira das atividades de responsável pela Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

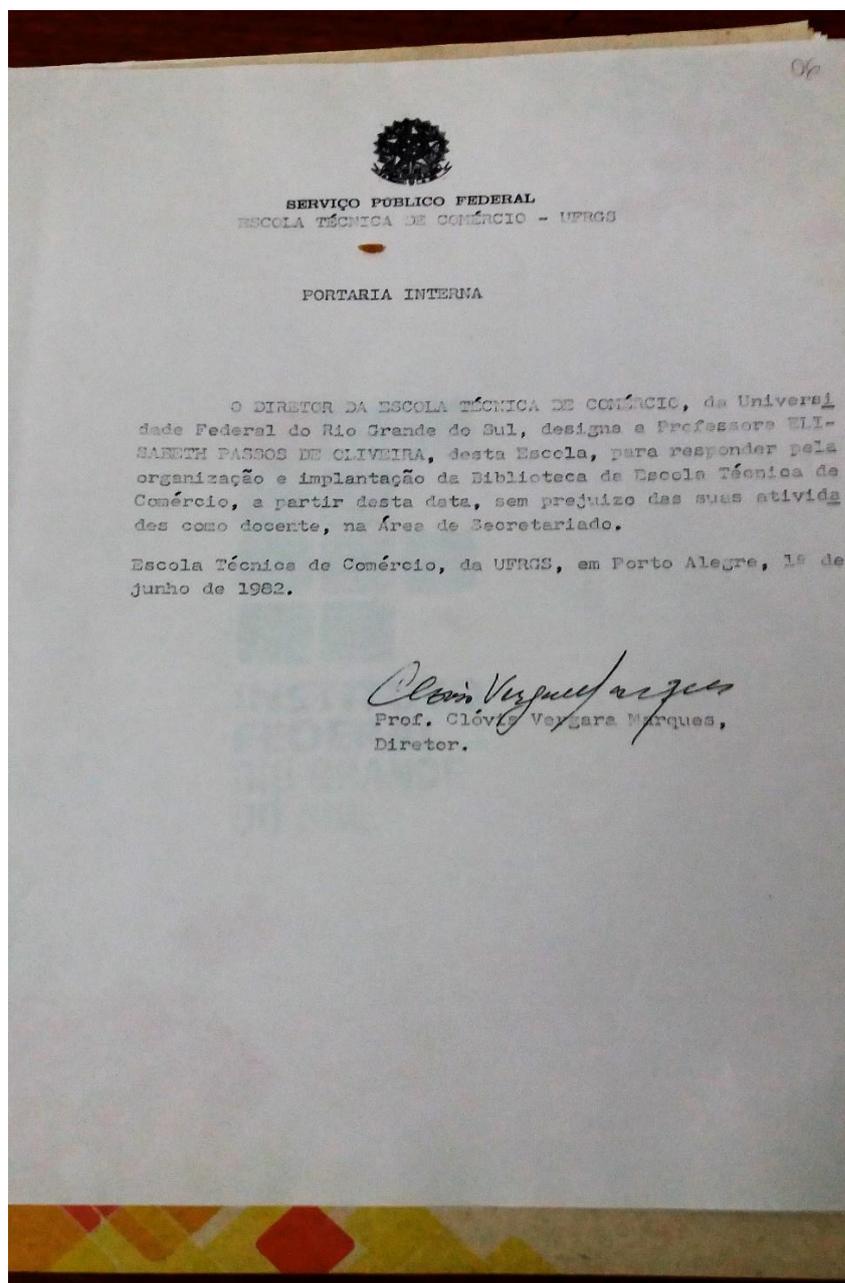
_____. _____. **Reaparelhamento Operacional de Escola de II Grau.** Justificativa de projeto. 1988. 22 fl.

_____. **Relatório de gestão:** 2000. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2000>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. **Relatório de gestão:** 2003. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/arquivos/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-ufrgs-2003>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

ANEXOS

ANEXO A – Portaria interna de 1º de junho de 1982



Fonte: a autora, 2016. Arquivo privado da Prof.^a Beth Passos

Quadro 6 – Transcrição do ANEXO A – Portaria interna de 1º de junho de 1982

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Escola Técnica de Comércio – UFRGS

PORTARIA INTERNA

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, designa a Professora Elisabeth Passos de Oliveira, desta Escola, para responder pela organização e implantação da Biblioteca da Escola Técnica de Comércio, a partir desta data, sem prejuízo das suas atividades como docente, na área de Secretariado.

Escola Técnica de Comércio, da UFRGS, em Porto Alegre, 1º de junho de 1982.

Prof. Clóvis Vergara Marques,
Diretor

Quadro 7 - Transcrição do ANEXO B – Ofício nº 90/89

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO – UFRGS**

Of. nº 90/89
1989

Porto Alegre, 14 de abril de

Senhora Professora:

Recebi sua carta datada de 07 do corrente mês, solicitando seu afastamento das atividades de responsável pela Biblioteca desta Escola, e, depois de refletir, considerando o seu trabalho profissional desenvolvido, aceitei seu pedido, levando em conta, inclusive, suas alegações de caráter pessoal, além de manifestações anteriores de Vossa Senhoria.

Nesta oportunidade, em nome de todos os segmentos que formam (sic) esta Escola, em nome da Direção e em meu próprio nome, desejo registrar profundos agradecimentos a Vossa Senhoria pelo trabalho efetuado durante esses seis anos em que desempenhou atividades de criação, de implantação e como responsável pela Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

Atenciosamente,

Prof. Aldo Antonello Rosito,
Diretor

Ilma. Sra.
Profa. Elisabeth de Ibarra Passos
NESTA ESCOLA

APÉNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Senhores (as),

Esta entrevista tem como objetivo ser parte integrante de um trabalho de pós-graduação, que busca subsídios para a construção da memória institucional da Biblioteca Clóvis Vergara Marques.

Sem a cooperação dos senhores e de suas lembranças este trabalho apresentará lacunas, e poderá ser apenas uma compilação de documentos. Gostaria de gravar nossa conversa, o senhor (a) permite?

Desde já agradeço sua cooperação.

1. Dados pessoais:

Nome:

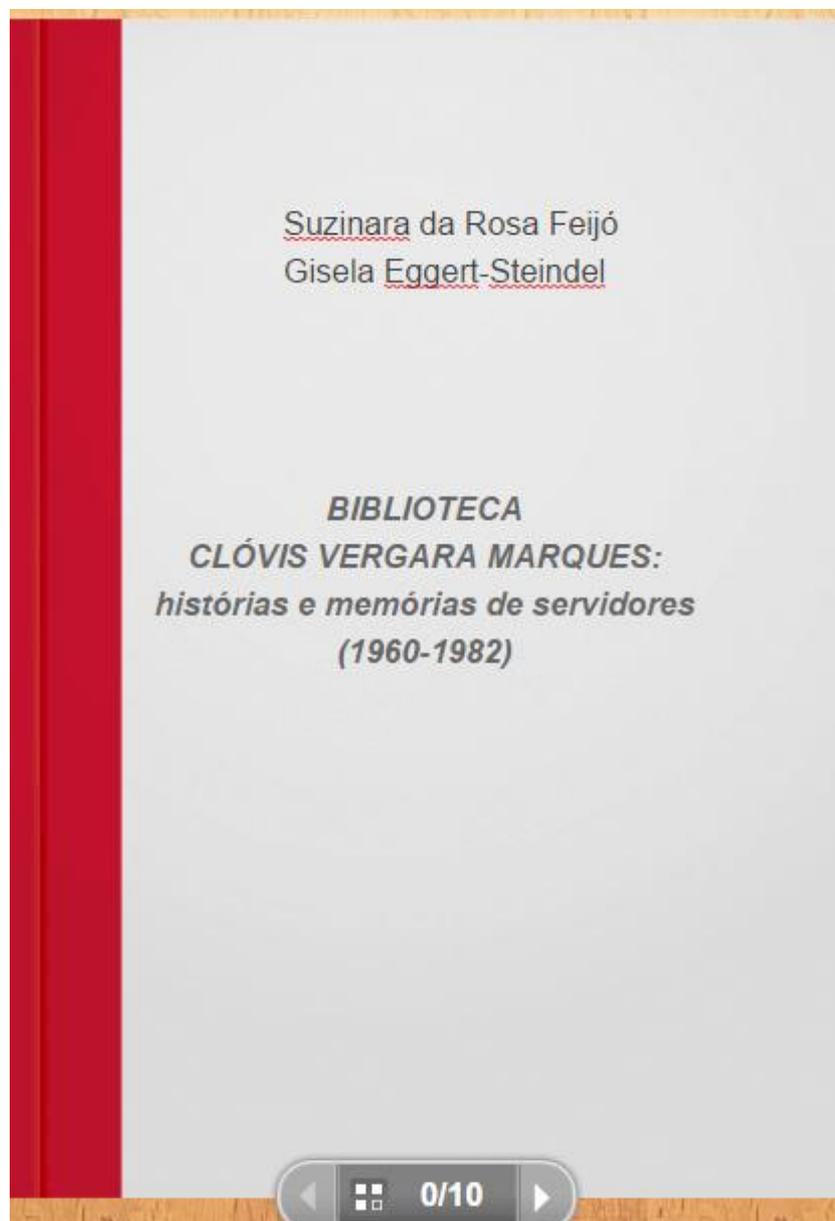
Formação/cargo/função:

Período de atuação:

1. Descreva a Biblioteca da ETC?
2. Você julga que as atividades desenvolvidas na Biblioteca atendiam as necessidades informacionais da comunidade escolar no período de 1961-1983?
3. O que levou a Direção a pensar/idealizar uma Biblioteca na ETC?
4. Quando a Direção demonstrou interesse em implantar a ambiente biblioteca na ETC?
5. O acervo da biblioteca foi pensado para contribuir nas atividades de ensino desenvolvidas para comunidade escolar?

APÊNDICE B – Livro eletrônico²⁵ - propostas de capa

Proposta de capa 1



Fonte: a autora. Elaborado no ambiente virtual da plataforma Livros Digitais

²⁵ Disponível em: <http://www.livrosdigitais.org.br/editando-livro/59762F156W42PU?page=0>>. Acesso em: 21 out. 2016

Proposta de capa 2



Fonte: a autora. Arte de capa: Caricatura de Fabiano Vencato.